

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

ANDRÉ SANTOS DE SOUZA

DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E TRABALHO NA AMAZÔNIA:
ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS A PARTIR DA
MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MARANHENSES DA MINERAÇÃO

MARABÁ (PA)
MARÇO DE 2014

ANDRÉ SANTOS DE SOUZA

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E TRABALHO NA AMAZÔNIA:
ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS A PARTIR DA
MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MARANHENSES DA MINERAÇÃO**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Campus Marabá, como requisito para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, na área de concentração Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Farid Eid

MARABÁ (PA)
MARÇO DE 2014

ANDRÉ SANTOS DE SOUZA

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E TRABALHO NA AMAZÔNIA:
ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS A PARTIR DA
MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MARANHENSES DA MINERAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Marques (Membro Titular)
(Programa de Pós-Graduação em Economia – UFPA)

Prof. Dr. Marcelo Carneiro (Membro Titular)
(Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas
Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA / Unifesspa)

Profa. Dra. Célia Congilio (Membro Suplente)
(Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas
Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA / Unifesspa)

Prof. Dr. Farid Eid (Orientador)
(Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas
Territoriais e Sociedade na Amazônia – PDTSA / Unifesspa)

CONCEITO: **APROVADA**

MARABÁ (PA), 17 DE MARÇO DE 2014.

*Dedico esta pesquisa àqueles
que me questionaram
“Para quê mestrado e para quê doutorado?”
ou comentaram “Você é louco!
Como engenheiro, ganhará mais
que como professor de universidade”.
Inconscientemente, cada um dos
abelhudos de plantão me incentivou
a desafiar o que parece óbvio e
a perseverar na busca por aquilo
em que acredito. Definitivamente,
gosto de contrariar expectativas.
“Pleiade” de linguarudos,
tenho hoje mais de uma dezena de
contribuição científica publicada em
anais de eventos importantes, nacionais e
internacionais, e textos cobijados pela
comunidade sobre a qual disserto.
Isso dinheiro não paga. Meu muito
obrigado por se preocuparem comigo
e com meu futuro. Ainda faltam
o doutorado e o pós-doutorado.
Estou quase chegando lá.
Nós nos encontraremos no futuro.*

AGRADECIMENTOS

Deus, agradeço ao Senhor pelo dom da vida e pela oportunidade a mim confiada, a fim de que eu pudesse dissertar sobre temas pelos quais tenho muito apreço: migração e mineração. Quando o Senhor abriu as portas do mestrado em Marabá, com certeza pensou em mim, particularmente, por saber da minha vontade de fazer o curso, exatamente para abordar esses dois temas, carentes de discussão atualizada aqui na região. O Senhor é 10!

Agradeço ao meu querido professor Farid Eid, que me botou muita pressão no começo. Ele me fez ler tanta coisa, como o livro gigantesco do Perico e a dissertação-livro do Silvio, ex-orientando dele. Quase pirei. Todavia, o professor Farid me deixou à vontade para que eu pudesse exercitar minha aspiração e, apesar da orientação a distância e de eu desaparecer às vezes, creio que cumpri os prazos.

Quero agradecer, também, ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, o PDTSA. Foram muitas aulas, muitos artigos e trabalhos para fazer, e tudo isso me despertou o hábito da publicação. Houve uma fase em que eu parecia um ninja da escrita, de tanto artigo que escrevi para evento. E foi tudo aprovado e divulgado. Os professores – cada um a seu modo – foram decisivos nesse processo de amadurecimento acadêmico. Ainda espero ver a Capes aumentar a nota do PDTSA para 6. Tenho muito orgulho de ter feito parte da turma pioneira de mestrado no sudeste paraense.

Meu muito obrigado à Banca de Qualificação, particularmente aos professores Marcelo Carneiro e Célia Congilio, que me deram setas importantes: ele, dizendo que eu deveria investir na migração e na associação à mineração; e ela, recomendando que eu suprimisse umas boas páginas de discussão desnecessária e até finalizasse sem que fosse necessário fazer pesquisa de campo, por haver, segundo ela, material suficiente. Tentei cumprir e adaptar as sugestões.

Cumprimento, nesta oportunidade, duas pessoas que me abriram os olhos para um fenômeno que, em 2013, passou a contrariar as hipóteses iniciais da minha pesquisa. Essas pessoas são Carmem Carume, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em Parauapebas, e Uriel de Jesus, da Cooperativa de Vans que faz o circuito Marabá-Parauapebas. Esses dois me deram pistas do novo fenômeno migratório que está em franca performance na região, com Canaã dos Carajás assumindo o papel de destino de Parauapebas.

Por outro lado, quero deixar um agradecimento todo especial a órgãos como as secretarias de Desenvolvimento, de Mineração e o Gabinete da Prefeitura Municipal de Parauapebas, cujos titulares não deram importância a minha pesquisa e fecharam as portas para a investigação científica. Não seja por isso. A pesquisa andou assim mesmo, artigos foram publicados, e hoje todos – inclusive quem não quis me atender – querem ter acesso aos dados da pesquisa, para providenciar o planejamento municipal de longo prazo. Meu compromisso sempre foi com a academia, com minha unidade de análise e com os prazos a cumprir.

Agradeço a mim mesmo que, na vaidade e no orgulho do meu esforço, em meio a tantas obrigações e mudanças de capítulos na história de vida, consegui chegar exausto, ainda assim vivo. E pronto para a próxima batalha. Bingo!

[...] Aprende que as circunstâncias e os ambientes têm influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos. Começa a aprender que não se deve comparar com os outros, mas com o melhor que pode ser. Descobre que se leva muito tempo para se tornar a pessoa que se quer ser, e que o tempo é curto. Aprende que não importa onde já chegou, mas onde está indo, mas se você não sabe para onde está indo, qualquer lugar serve. [...]
(Fragmento do poema “Um Dia Você Aprende”, de William Shakespeare)

RESUMO

SOUZA, A. S. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, abril de 2013. **Dinâmica Socioeconômica e Trabalho na Amazônia:** Análise do Município de Parauapebas a Partir da Migração de Trabalhadores Maranhenses da Mineração. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Orientador: Farid Eid.

O município de Parauapebas, no sudeste do Estado do Pará, é um dos que apresentaram as mais altas taxas de crescimento demográfico entre os censos demográficos de 2000 e 2010. Sua população é composta, majoritariamente, por migrantes, sendo que os maranhenses representam um de cada três moradores – eles são quase 63 mil dos 177 mil cidadãos de Parauapebas. A partir de referenciais teóricos construídos em diversos estudos das áreas da geografia humana e demografia, é possível inferir que os trabalhadores maranhenses que habitam Parauapebas foram atraídos por grandes projetos de mineração que se instalaram no município na década de 1980 e que vêm sendo executados pela mineradora Vale S.A. Atualmente, a indústria extrativa mineral está presente por meio de diversas minas de ferro e manganês localizadas na província de Serra Norte, as quais, em 2013, produziram R\$ 28,3 bilhões em minérios, e desse total, R\$ 450,8 milhões ficaram efetivamente com Parauapebas, a título de cota-parte de compensação financeira pelos impactos da atividade mineradora. Essa mesma indústria extrativa, que chegou a empregar 11 mil trabalhadores, sendo 5.500 maranhenses, hoje emprega cada vez menos em razão dos serviços de mineração terem se tornado cada vez mais tecnológicos e especializados, exigindo graus de escolaridade e qualificação geralmente além do que a mão de obra maranhense pode oferecer. Em razão disso, a presente Dissertação busca desvendar a relação entre o processo migratório de trabalhadores maranhenses e a conformação da dinâmica territorial do município de Parauapebas, a partir da mineração, à luz da dinâmica do trabalho. Para tanto, faz uso de uma série de dados oficiais atualizados sobre população e setor mineral, analisando, ainda, de maneira inédita e com base em documentos elaborados pela mineradora Vale, o desfecho das minas de Serra Norte, no município, cuja exaustão está prevista para até 20 anos. Além disso, a pesquisa reflete sobre o atual cenário de desaceleração na geração de empregos, um dos disparates da presença dos grandes projetos capitalistas fincados em Parauapebas, que, em 2013, o consolidaram o maior exportador da balança comercial brasileira e, ao mesmo tempo, o segundo município onde há mais desligamentos de trabalhadores com carteira assinada. Como conclusão, a pesquisa aponta para abertura de novas frentes de migração, tomando Parauapebas, agora, como ponto de partida e Canaã dos Carajás, a 70 quilômetros, como principal destino dos trabalhadores migrantes, que antes viam em Parauapebas um “eldorado” de oportunidades. Isso porque a maior parte dos investimentos da Vale em mineração, para os próximos anos, está no projeto S11D, em Canaã, para onde os migrantes – inclusive trabalhadores desempregados já instalados em Parauapebas – estão tomando rumo.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Mineral. Desenvolvimento Sustentável. Migração. Mineração. Sociedade.

ABSTRACT

SOUZA, A. S. Federal University of the South and Southeast of Pará, April 2013. **Socioeconomics dynamics and Work in the Amazon: Review of the Municipality of Parauebas from Maranhão Workers Migration Mining.** Dissertation (Master Science in Territorial Dynamics and Society in Amazonia). Supervisor: Farid Eid.

The municipality of Parauebas, in southeastern Pará, has a high rate of population growth between 2000 and 2010 censuses. Its population is composed largely of migrants, and maranhenses represent one in three residents – the maranhenses are almost 63 000 of 177 000 citizens of Parauebas. From scientific in various areas of human geography and demography studies, we can infer that maranhenses workers living Parauebas were attracted by large mining projects that have settled in the city in the 1980s and being executed by the Vale mining company. Currently, the mining industry is present through various iron and manganese mines located in the Sierra Norte province, which in 2013 produced \$ 28.3 billion in ores, and of this total, \$ 450.8 million were effectively with Parauebas by way of quotas of financial compensation for the impacts of mining. This same mining industry, which arrived in the employ 11000 workers, with 5500 maranhenses, now employs less and less because of mining services have become increasingly specialized and technological time, requiring levels of education and qualification generally beyond the hand Maranhão work can offer. As a result, this research seeks to unravel the relationship between the migratory process maranhenses workers and conformation of territorial dynamics of the municipality of Parauebas, from mining in the light of the dynamics of labor. To do so, makes use of a series of official data on population and mineral sector, also analyzing an unprecedented way and based on documents prepared by the mining company Vale, the outcome of the Sierra Norte mine in the municipality, which is expected to exhaust 20 years. Additionally, the research reflects on the current scenario of slowdown in job creation, one of the absurdities of the presence of large capitalist projects in Parauebas nailed that, in 2013, consolidated the largest exporter of Brazil's trade balance, and at the same time, the second municipality where there are more dismissals of workers with a formal contract. In conclusion, the research points to open up new areas of migration, taking Parauebas now as a starting point and Canaan, 70 kilometers, as the main point of arrival for migrant workers who once saw in Parauebas a 'eldorado "opportunities. That's because most of the investments in Valley mining is the S11D project in Canaan, where migrants – including unemployed workers already installed on Parauebas – are taking course.

KEYWORDS: Mineral Economics. Sustainable Development. Migration. Mining. Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES**FIGURAS**

- Figura 1** – Município de Parauapebas no mapa do Pará **11**
Figura 2 – Circuito da Estrada de Ferro Carajás, entre Parauapebas e São Luís **65**

GRÁFICO

- Gráfico 1** – Previsão de produção de minério de ferro no Pará **77**

QUADROS

- Quadro 1** – Território de Parauapebas em diferentes entendimentos **19**
Quadro 2 – Comparativo das principais movimentações de nordestinos no País em diversos momentos históricos **58**
Quadro 3 – Principais fontes do orçamento municipal **84**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Nordeste e do Estado do Maranhão migrante pelo Brasil, segundo o Censo 2010	37
Tabela 2 – Unidades da Federação fora do Nordeste com maior concentração de nordestinos e maranhenses, segundo o Censo 2010	46
Tabela 3 – Composição da população de Parauapebas por região em 2010	66
Tabela 4 – Número de habitantes em Parauapebas entre 2000 e 2013	67
Tabela 5 – População migrante em Parauapebas, segundo o Censo 2010	68
Tabela 6 – População Economicamente Ativa (PEA) e Economicamente Ativa Ocupada (PEAO) em Parauapebas, por local de nascimento	71
Tabela 7 – Total de empregados da Vale em Carajás entre 2002-2006 e 2010	71
Tabela 8 – Alíquota da CFEM incidente sobre as substâncias minerais	79
Tabela 9 – Maiores arrecadadores de CFEM entre as UFs (em R\$)	80
Tabela 10 – Evolução da CFEM recolhida no Brasil entre 2004 e 2013 (em R\$)	81
Tabela 11 – Municípios que mais arrecadaram CFEM em 2013 (em R\$)	82
Tabela 12 – CFEM de Parauapebas por <i>commodity</i> em 2013 (em R\$)	83
Tabela 13 – Receita de Parauapebas no período de 2004 a 2013 (em R\$)	84
Tabela 14 – Participação das principais rubricas no orçamento de Parauapebas	85
Tabela 15 – Evolução do PIB de Parauapebas de 2002 a 2011 (em R\$)	86
Tabela 16 – PIB do Pará e Parauapebas entre 2002 e 2010 (em R\$)	87
Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em 2013	91
Tabela 18 – Evolução do IFDM de Parauapebas entre 2000 e 2010	91
Tabela 19 – Posição de Parauapebas no ranking do IFDM 2010	92
Tabela 20 – Síntese dos indicadores negativos a vencer para atingir os ODM	96
Tabela 21 – CFEM, Cota-Parte e Operação Total entre 1997 e 2013 (em R\$)	97
Tabela 22 – Cronograma de operação das novas cavas	102

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Adimb	Agência para o Desenvolvimento Tecnológico para a Indústria Mineral Brasileira
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
Cetem	Centro de Tecnologia Mineral
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coopasul	Cooperativa de Vans do Sul e Sudeste do Pará
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Datusus	Dados Tabelados do Sistema Único de Saúde
Denatran	Departamento Nacional de Trânsito
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC	Estrada de Ferro Carajás
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Firjan	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idesp	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Agricultura
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC	Índice de Potencial de Consumo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ISDM	Índice Social de Desenvolvimento dos Municípios
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Naea	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PEAO	População Economicamente Ativa Ocupada
PIB	Produto Interno Bruto
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Semed	Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas
Sepof	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará
Simineral	Sindicato da Indústria Mineral do Pará
Sine	Sistema Nacional de Emprego
STF	Supremo Tribunal Federal
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Uepa	Universidade do Estado do Pará
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS	3
1.2 JUSTIFICATIVA	4
1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA	6
1.4 METODOLOGIA	8
2 TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO BRASIL	10
2.1 DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	12
2.2 TERRITÓRIO E SOCIEDADE EM PARAUAPEBAS	14
2.2.1 Classificação de Parauapebas na Ocupação do Território	17
3 OCUPAÇÃO, CAPITAL E TRABALHO NA AMAZÔNIA	20
3.1 AMAZÔNIA “COMO ESPAÇO VAZIO”	21
3.1.1 Movimento de Fronteira: “Marcha para o Oeste”	22
3.2 MARCHA PARA O SUDESTE PARAENSE	24
3.2.1 Borracha, Castanha e Terras Conduzem Mão de Obra Migrante	26
3.2.2 Incentivos ao Grande Capital no Sudeste Paraense	27
3.3 CAPITAL E TRABALHO EM PARAUAPEBAS	28
3.3.1 Os Grandes Projetos e a Ocupação da Floresta	29
3.3.2 Os Grandes Projetos e o Suposto Desenvolvimento	31
3.3.3 Incentivos à Indústria Extrativa Mineral	34
4 PROCESSO MIGRATÓRIO DE TRABALHADORES A PARAUAPEBAS	37
4.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS	39
4.2 NORDESTE COMO CENTRO EMISSOR DE MIGRANTES	42
4.3 SUDESTE COMO CENTRO DE ATRAÇÃO DE MÃO DE OBRA	44
4.3.1 Migração de Trabalhadores Maranhenses aos Canaviais de São Paulo	46
4.4 MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES NORDESTINOS À AMAZÔNIA	49
4.4.1 Migração de Trabalhadores Nordestinos ao Pará	53
4.5 MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MARANHENSES A PARAUAPEBAS	59
4.5.1 Histórico da Movimentação Humana no Município de Parauapebas	60
4.5.2 Aspectos Demográficos	66

4.5.3 Estatísticas de Trabalho	70
5 PARAUAPEBAS E A MINERAÇÃO	73
5.1 ASPECTOS GERAIS	76
5.1.1 Análise de Dados da Mineração em Parauapebas	78
5.2 IMPORTÂNCIA DOS <i>ROYALTIES</i> DE MINERAÇÃO	80
5.2.1 Exploração Mineral e Compensação Financeira no Brasil	81
5.3 CFEM, <i>COMMODITIES</i> E EXPORTAÇÕES	81
5.4 COTA-PARTE DA CFEM E FINANÇAS MUNICIPAIS	83
5.5 PRODUTO INTERNO BRUTO	86
5.6 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	90
5.7 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E MAZELAS	93
6 PREVISÃO DE EXAUSTÃO DAS MINAS DE PARAUAPEBAS	100
6.1 CENÁRIO 1	101
6.2 CENÁRIO 2	102
6.3 DESDOBRAMENTOS NAS DINÂMICAS DO TRABALHO E MOBILIDADE	103
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
8 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	110
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Inúmeras ações de apoio ou de embargo a projetos de espoliação que a Amazônia enfrentou ou enfrenta foram desenvolvidas à revelia da população local, a quem toca, diretamente, todas as causas e consequências de determinada atitude. Exemplos disso são projetos já extintos e alguns ainda em andamento na região sudeste do Estado do Pará. Restaria à maioria da população acomodar-se ao suposto desenvolvimento que lhe é imposto e decidido pela classe dominante?

Para solucionar tais questões, é preciso refletir sobre a reestruturação total e completa do Estado e seu aparelhamento na Amazônia. Como escreveu Andrade (1981, p. 38) em seu *Amazônia: A Esfinge do Terceiro Milênio*, “ainda é tempo de aprendermos a ocupar a grande Amazônia, para que não seja uma simples dúvida como herança para os que a ocuparão no decorrer do terceiro milênio”.

Há, ainda assim, estudiosos que vão além de uma política pura e simples de ocupação. Para Becker (1982, p. 83), por exemplo, “se a Amazônia é efetivamente uma região, então há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do desenvolvimento”, que no caso paraense seria a inserção de grandes projetos; para tanto, é necessário articular os diferentes projetos e os diversos interesses e conflitos que incidem na região.

Na análise da centralidade e das articulações das relações produtivas e de trabalho assumidas pelo município de Parauapebas, localizado no sudeste do Pará, esta Dissertação¹ tem em vista contribuir para desvendar tais processos num território marcado por mobilidade demográfica intensa, esta motivada, também, pela expansão de grandes projetos capitalistas de natureza extrativa.

Detentor da província mineral de Serra Norte, na qual se localiza a Serra dos Carajás, esta conhecida por abrigar uma das maiores províncias minerais do globo, o município de Parauapebas se vê às voltas com a exploração mineral em seu território questionada pelo fluxo populacional que promove, em que milhares de migrantes deixam sua terra natal e rumam ao município por enxergá-lo como destino em potencial de oportunidades, em face da histórica abertura de vagas de emprego na indústria extrativa.

¹ A grafia das palavras em uso na presente Dissertação segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dadas as incongruências do modo de produção capitalista, o suposto desenvolvimento de Parauapebas propagandeado pela classe dominante é nutrido por famílias de trabalhadores, migrantes da Região Nordeste do País, notadamente do Estado do Maranhão, que partiram de seus lugares de origem. São ao menos 129 mil migrantes, 79 mil deles nordestinos e, destes, 63 mil maranhenses.

Anterior e simultaneamente a essa dinâmica de mobilidade humana, chegam a Parauapebas empresas capitalistas que se instalam para a atividade econômica da mineração, o que, para Becker (1982), consolida um modelo de desenvolvimento restrito à acumulação de capital. Tal acumulação, a saber, significou entre 1997 e 2013 um total de R\$ 123,5 bilhões, deixando no município menos de 1% desse valor para investimentos locais como contrapartida (DNPM, 2013).

Apesar de Parauapebas ser considerado um “eldorado”, exatamente por deter uma das maiores e mais rentáveis províncias minerais e abrigar as atividades de uma das maiores mineradoras do globo, a Vale S.A., os empregos anunciados para a atividade mineral e que atraem como ímã a população migrante têm exigido mais qualificação por parte dos candidatos. Em 2013, o município foi o que mais exportou *commodities* no Brasil, mas, incoerentemente, passou à condição de segundo que mais demitiu trabalhadores formais, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego.

Viana (2012) observa que os trabalhadores, não tendo a especialização exigida pelos grandes projetos, acabam por avolumar os índices de desemprego, subemprego, marginalização e outros problemas sociais. E essa realidade já é percebida em Parauapebas, dadas as mazelas que sua sede urbana concentra.

Não obstante, o município em questão tem se nutrido de redes de informação, tecnologia, serviços, ideologia e presença política que asseguram a produção e a circulação da acumulação capitalista, sem as quais haveria uma lacuna no elo entre as diversas instâncias que propiciam a migração de trabalhadores maranhenses em busca de emprego e de melhores condições de vida e seus respectivos papéis na divisão social e territorial do trabalho.

Partindo-se do entendimento do papel que a sociedade pode assumir para contribuir com o desenvolvimento local, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: qual a implicação do processo migratório de trabalhadores maranhenses na conformação da dinâmica socioeconômica do município de Parauapebas?

Para elucidar tal questionamento, é preciso considerar um tema complexo e, ao mesmo tempo, fundamental à compreensão da sociedade amazônica, mesmo

em contexto de sudeste do Pará: a própria presença do Estado na região. Esse assunto remonta aos idos do “descobrimento” do Brasil por Portugal, embora não haja período no capítulo da história nacional que possa ser comparado com o vivenciado durante os governos militares, no que tange à ocupação de tão vasta porção do território nacional – território que, a saber, é a base do Estado.

Como ponto de partida, a relação entre Estado e território permite fazer entender uma relação ulterior, que se estabelece entre sociedade e espaço no seu processo de organização e transformação. E é sobre esta última relação que a presente Dissertação se debruça, na busca em correlacionar que no município de Parauapebas, desde sua ocupação até os dias atuais, a mobilidade populacional é motivada pela implantação de grandes projetos de mineração, apropriação e exploração intensiva dos recursos minerais e resulta em fluxos migratórios cujos maranhenses são elementos humanos mais comuns.

Enfatiza-se, assim, a importância e a inquietude desta pesquisa, uma vez que aparentemente estudo algum fora desenvolvido sobre Parauapebas, no sentido de compreender sua dinâmica socioeconômica, tendo a mineração capitalista como polo de atração de trabalhadores migrantes. Além disso, este estudo traz à luz da ciência uma questão importante, mas pouco abordada por muitos municípios que, como Parauapebas, têm a mineração como fonte de sobrevivência: a exaustão das jazidas minerais. Esta é uma realidade cada vez mais próxima – embora não se tenha registros de sua abordagem na perspectiva acadêmica regional – e que a presente dissertação analisa com base em apontamentos inéditos.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral da Dissertação é desvendar a relação entre o processo migratório de trabalhadores maranhenses e a conformação da dinâmica social e econômica do município de Parauapebas, no sudeste do Estado do Pará, a partir da mineração, à luz da dinâmica do trabalho. Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Descrever os processos de expansão do capital e do trabalho na Amazônia, com ênfase nos projetos de mineração localizados no município de Parauapebas.

- Desenvolver breve histórico sobre a migração de trabalhadores maranhenses rumo à Amazônia, percebendo de que maneira o município de Parauapebas se insere nesse contexto e lançando mão de dados disponíveis em órgãos oficiais.
- Compreender de que maneira a mineração capitalista, considerada o motor da economia do município em questão, exerce influência como indutora do suposto desenvolvimento e atração de mão de obra, dimensionando a economia do setor (operações totais, *royalties* e receitas correlatas) em nível local.
- Levantar e analisar problemas socioespaciais de Parauapebas (favelização, falta de saneamento básico, pobreza, etc.) decorrentes da migração intensiva de trabalhadores à busca de melhores condições de vida, discriminando eventuais dilemas e contradições do capital (falta de mão de obra qualificada; subemprego; precarização das condições de trabalho, etc.) num território dito de oportunidades.

1.2 JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa traz diversas contribuições. Ao analisar a atração populacional que grandes projetos de mineração exercem, como modelo simbólico de mudança de vida, arregimentando milhares de trabalhadores em busca de romper as condições que os expulsaram de casa, em sua terra natal, levanta-se a discussão de algo ainda maior: os impactos (sociais, estruturais, ambientais, econômicos) causados pela migração, quando esses mesmos migrantes chegam ao destino.

Tal questão, apesar de amplamente abordada na literatura sobre mobilidade humana, ainda não alcançou cientificamente Parauapebas, município que ganhou projeção nacional em razão de ter-se tornado o maior minerador do País e por conta do crescimento demográfico experimentado – e estabelecido justamente pela dinâmica do capital e de pessoas. Além disso, a migração de trabalhadores, quando analisada à luz do capital, geralmente é discutida com frequência na perspectiva de campos econômicos que não a mineração.

Ao considerar os termos migração, território, trabalho e mineração como palavras-chave desta Dissertação, verifica-se que existem brechas de pesquisa no tocante ao entrelaçamento científico, em nível regional, das temáticas em questão.

No Banco de Teses e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), há apenas 108 produções científicas (oito teses, 42 dissertações e 58 produções intelectuais outras) que remetem a Parauapebas. Em termos comparativos, é menos que a produção de pesquisas relacionada ao município de Araguaína, no Estado do Tocantins, que, com o mesmo perfil demográfico do município paraense, possui 192 pesquisas sobre seu território nos mais diversos campos da ciência junto à Capes. Em Parauapebas, metade da produção se volta à Prospecção Mineral e à Geologia, campos em que a maior referência é a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Na perspectiva teórico-histórica levantada para fundamentar a presente discussão, verifica-se que o trabalhador migrante tornou-se a principal mão de obra do trabalho livre no Brasil, inaugurado como forma dominante em 1888, com a Abolição da Escravatura. A organização do trabalho livre já nasce precária, num mundo habituado a relações escravagistas. Baixos salários, relações análogas ao trabalho escravo ainda existentes no País, inexistência de legislação trabalhista que permeasse as relações capital-trabalho e prevalência, principalmente, da mentalidade elitista que desvalorizava o trabalho compunham a precariedade do mundo do trabalho livre que se iniciava (YAMBANIS, 2003).

A abolição acabou oficialmente com a coerção física como forma de vincular o homem ao trabalho. Era preciso, então, forjar outro vínculo. A produção de uma noção de trabalho assalariado foi corroborada pela condição socioeconômica que caracterizava o trabalhador migrante. Nesta linha de raciocínio, Brito (2011) supõe que o sonho de todo migrante é tornar-se proprietário de um pedaço de terra, mesmo que para isso precise submeter-se, sacrificar-se e, acima de tudo, poupar. Essa noção de trabalho constituída pela burguesia é ideológica e controladora da massa trabalhadora.

Diante dos elementos apresentados, esta Dissertação contribui, em termos práticos, para a compreensão de fenômenos similares de migração que, porventura, vierem a surgir na Amazônia impulsionados pela dinâmica da expansão do capital, tendo em vista ser esta uma região de novidades científicas, alvo de cobiça de toda sorte e onde todo dia uma nova brecha de pesquisa é revelada.

1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA

Se, por um lado, o município de Parauapebas é considerado novo, em razão de ter apenas 25 anos de emancipação político-administrativa, por outro, é uma unidade de análise científica potencialmente rica e a ser explorada. Não raro, considerável parte das investigações acadêmicas remete ao Programa Grande Carajás (PGC). Há lacunas inesgotáveis em temáticas várias que justificam novas produções de mestrado nas áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Economia Mineral, nas quais, aliás, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará (UFPA), mostra-se como a maior referência regional na atualidade.

Em nível de tese de doutorado, destacam-se as produções da Universidade de Brasília (UnB), com as pesquisas de Maria Amélia Enríquez (*Maldição ou Dádiva? Os Dilemas do Desenvolvimento Sustentável a Partir de Uma Base Mineira*, em 2007) e de Maurício Boratto Viana (*Avaliando Minas: Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM)*, em 2012).

Na relação entre o que se tem produzido em pesquisa de dissertação sobre o município de Parauapebas e esta Dissertação, existem investigações sobre migração e cultura; ou migração e território; ou mineração e território; ou trabalho e mineração. Em termos de pesquisa relacionada a alguma das palavras-chave aqui tratadas e que, bem assim, digam respeito a Parauapebas (seja como *locus* de análise, seja como unidade de comparação), tem-se a dissertação de João Márcio Palheta da Silva (*Exercícios do Poder: Os Exemplos de Gestão e Viabilidade Financeira de Parauapebas e Curionópolis*, em 1999), a primeira a tratar da dinâmica territorial do município.

Há ainda as pesquisas de Alberto José Silva Tobias (*Dinâmica Migratória Paraense na Década de 80*, em 2003); José Carlos Matos Pereira (*Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: Uma Abordagem a Partir de Santarém (PA)*, em 2004); Idelma Santiago da Silva (*Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*, em 2006); Marcos Mascarenhas Rodrigues (*Região, Regionalização e Rede Política: Um Estudo da Atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (Amat)*, em 2006); Isadora Castelo Branco Sampaio (*Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho: Um Estudo Sobre*

os *Processos de Subcontratações e Relações de Trabalho na Alunorte S/A*, em 2006); Shirley Capela Tozi (*Municipalização da Gestão Ambiental: Situação Atual dos Municípios do Estado do Pará*, em 2007); José Jonas Almeida (*A Cidade de Marabá sob o Impacto dos Programas Governamentais*, em 2008); Eliseu Pereira de Brito (*O Papel de Palmas-TO na Rede de Integração Regional*, em 2009); Márcio Júnior Benassuly Barros (*Mineração, Finanças Públicas e Desenvolvimento Local no Município de Barcarena-Pará*, em 2009). Essas se mostram as primeiras pesquisas, nos campos em questão, e que servem como bom referencial teórico – ainda em construção – para trabalhos regionais.

A produção científica relacionada a Parauapebas começou a acelerar a partir da década atual, com a dissertação de Rovaine Ribeiro (*As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: A Experiência de Marabá no Sudeste Paraense*, em 2010); Jurema Regueira Arabyan Monteiro Rosa (*A Dinâmica Territorial da Mesorregião do Sudeste Paraense no Início do Século XXI: Uma Proposta de Tipologia para Municípios de Fronteira*, em 2011); Dalva Maria Vasconcelos dos Santos (*Grande Mineração e Desenvolvimento de Comunidades: Uma Leitura a Partir de Canaã dos Carajás*, em 2011); Jovenildo Cardoso Rodrigues (*Marabá: Centralidade Urbana de Uma Cidade Média Paraense*, em 2010); Mateus Monteiro Lobato (*Migração na Fronteira: Pelos Caminhos do Migrante até Marabá*, em 2012); Carolina Soledad Presas (*Instituições e Desenvolvimento em Municípios de Base Mineira: Os Casos de Parauapebas-PA e Itabira-MG*, em 2012).

Para além dos eixos de perspectiva da presente Dissertação, outras pesquisas em nível de mestrado têm sido produzidas sobre ou envolvendo o município nas áreas de Gestão Pública, Planejamento do Desenvolvimento², Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Ecologia, Educação e Saúde, como a dissertação de Dion Márcio Carvaló Monteiro (*Estudo sobre a Organização da Produção em Área de Assentamento no Sudeste do Pará*, em 2004); Fabiano de Oliveira Bringel (*Trajetórias e Identidades Camponesas de Assentados Rurais no Sudeste do Pará*, em 2006); Fábio Rogério Rodrigues Gomes (*Cartografia Linguística e Educação na Amazônia: Um Estudo Semântico-Lexical da Fala na/da Microrregião Marabá/Pará*, em 2007).

² Depois das pesquisas em Geologia e Prospecção Mineral, os estudos em Planejamento do Desenvolvimento têm o maior número de produções voltadas a Parauapebas, sendo o Naea e o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da UnB, os mais destacados centros de produção.

São, ainda, notáveis as pesquisas de Sílvio Campos Guimarães (*Avaliação de Desempenho da Gestão Pública Municipal*, em 2008); Heloísa Maria Machado Silva (*Urbanização, Aumento de Ruído e Problemas de Voz: A Interferência de Ruídos Produzidos em Espaços Abertos na Produção Vocal de Professores*, em 2009); Haroldo Souza (*A Reprodução Socioeconômica e Produtiva do Campesinato no Sudeste Paraense: O Assentamento Palmares II, Parauapebas-PA*, em 2010); Gláucia de Sousa Moreno (*Ação Coletiva e Luta pela Terra no Assentamento Palmares II, Pará*, em 2011); Ana Cecília de Oliveira Valdés (*Mobilidade Espacial e Distribuição da Leishmaniose Tegumentar na Região Amazônica*, em 2012); Fernando Soares Gonçalves (*Eficiência da Recuperação Ambiental de Áreas Antropizadas pela Mineração de Ferro do Complexo Carajás-PA*, em 2012).

Acredita-se, assim, ser este um estudo pioneiro e que traz dados atualizados e reflexões críticas acerca de uma parte da Amazônia conhecida mais pelo seu minério e menos por sua produção científica. Além do mais, por meio desta pesquisa, busca-se estabelecer o diálogo de importantes contribuições dos estudos das Ciências Econômica e Sociais com campos dos quais parecem estar distantes no Brasil, como a Demografia – esta geralmente refletida por meio de números complexos, e não na subjetividade que há sempre por trás dos dados. É na intersecção entre essas áreas do conhecimento que fica possível perceber que os fluxos migratórios rumo a Parauapebas se dão em razão do trabalho na mineração.

1.4 METODOLOGIA

Para estruturar esta Dissertação, foi realizada extensa revisão bibliográfica acerca de discussões importantes para a conformação da Amazônia, como território, capital, migração e mineração, sendo a pesquisa documental e a análise de dados consolidados por órgãos oficiais o cerne do estudo. Foram realizadas, ainda, pesquisas nas bases dos seguintes órgãos:

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para levantar pesquisas e produções científicas sobre o município;
- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp), para levantar dados estatísticos em nível de sudeste do Pará;

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para levantar estatísticas sobre os aspectos demográficos e econômicos de Parauapebas;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), para levantar indicadores atualizados do desenvolvimento municipal;
- Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para levantar dados acerca da produção mineral no município;
- Prefeitura de Parauapebas, para levantar informações sobre a migração no âmbito do serviço social.

Para proceder à pesquisa, foi feito recorte analítico de indicadores demográficos e sociais levantados pelo IBGE, por meio de seus censos demográficos (1991, 2000 e 2010), para o município de Parauapebas. Estudo similar foi observado nas dissertações de Rovaine Ribeiro (*As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: A Experiência de Marabá no Sudeste Paraense*, em 2010) e Dalva Maria Vasconcelos dos Santos (*Grande Mineração e Desenvolvimento de Comunidades: Uma Leitura a Partir de Canaã dos Carajás*, em 2011). Ambas as pesquisas são baseadas em análise de dados estatísticos e premiadas nas respectivas academias onde foram produzidas – Universidade Federal de Pernambuco e Universidade da Amazônia.

Para Lüdke & André (1986), a pesquisa documental e de dados estatísticos, realizada em fontes como tabelas e documentos informativos depositados em repartições públicas, constitui uma técnica importante e extremamente rica na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema, notadamente em casos de teses e dissertações.

Também foram realizadas entrevistas a representantes de entidades locais: Carmem Carume (gestora do Serviço de Atendimento ao Cidadão, SAC) e Uriel de Jesus Silva Rodrigues Pacheco (representante da Cooperativa de Vans do Sul e Sudeste do Pará, Coopasul), com o objetivo de identificar a consolidação ou os novos rumos da dinâmica migratória para o município, apontando direções alternativas que não mais – ou apenas – Parauapebas.

2 TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO BRASIL

O conceito de território, imprescindível para analisar desenvolvimento num País de dimensão geográfica continental como o Brasil, tem origem no contexto da unificação alemã, na esteira da teoria sistemática a respeito de identidade elaborada entre o final do século 18 e início do século 19, para uma unidade política e territorial nacional que fosse única e indivisível para as cidades germânicas.

Na perspectiva de Ratzel, território expressa a conjugação de um povo (vivo) e de uma terra (estática). Em razão de ter o Estado por referência, o território constitui, de acordo com Perico (2009), sua expressão legal e moral, o que justifica sua defesa e a conquista de novos territórios.

O Estado alemão aceitou e se apropriou das ideias de Ratzel que emergiam com características expansionistas evidentes. Entretanto, essa apropriação foi feita também pelos nazistas, e as teorias ratzelianas ganharam desprestígio (PERICO, 2009). Daí por diante, a utilização do conceito de território passou a caracterizar a luta pelo poder que envolve conflitos por definições de territórios cujas práticas envolvem interesses contrários e convergentes (BOURDIEU, 1998).

A partir da década de 1970, o conceito de território volta a ser debatido para incluir a abordagem sobre o controle espacial ou simbólico de determinadas áreas na sociedade, atribuindo a ele um sentido mais amplo (RITTER, 2011). A ocupação de um território é vista como algo gerador de raízes e identidade, ou seja, um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, e a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto: natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem (DUMITH, 2011).

Na aplicação do conceito, em sua forma mais generalista, serão adotadas as explanações de Perico (2009) e de Haesbaert (1997; 1999; 2001; 2004; 2006), cujas contribuições teóricas são, na perspectiva do que aqui é tratado, mais abrangentes.

A saber, reflexões sobre o conceito de território desenvolvem-se há décadas na sociedade acadêmica brasileira, com as contribuições de Becker (1982; 1983; 1990), Souza (1988; 1995), entre tantos outros, a partir de, sobretudo, Ratzel e Lefebvre. Há, evidentemente, diversas análises a partir dos mais variados campos, algumas das quais vão ser destacadas ao longo desta discussão, embora o cerne gire em torno do referencial teórico construído pelos dois autores destacados.

Na abordagem de território aplicado à realidade amazônica, à qual se volta esta Dissertação, com recorte para o município de Parauapebas (**Figura 1**), no sudeste do Pará, far-se-á apropriação do referencial construído por Palheta (2004), que pesquisou a região e analisou suas manifestações em nível de território e Estado. Com vistas a perceber a posição de Parauapebas nesse tema, serão referenciadas as contribuições de Becker que se detêm à mineração em Carajás.

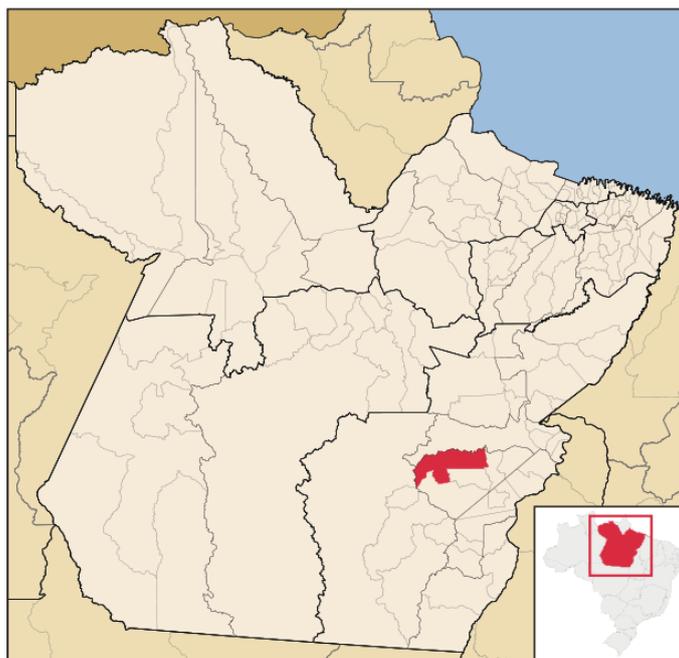


Figura 1 – Município de Parauapebas no mapa do Pará (Fonte: SKYSCRAPERCITY, 2009)

De maneira mais abrangente, Perico escreve que os territórios no Brasil estão sendo criados e conformados a partir de uma proposta de desenvolvimento territorial considerada inovadora. Ele chefiou equipe do Instituto Interamericano de Agricultura (IICA) e produziu pesquisa encomendada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil, sobre as tipologias territoriais.

Esses territórios são tidos como eixo de um plano estratégico alinhado aos processos de desenvolvimento sustentável, à formação de capacidades, à gestão social, à articulação de políticas e à dinamização econômica. Tal estratégia segue critérios de regionalização e inclusão identitária, os quais mudaram a definição e a seleção inicial das microrregiões em favor dos territórios (PERICO, 2009).

Em seu estudo, Perico apresenta a visão integradora de espaços, atores sociais, mercado e políticas de intervenção pública, com a perspectiva de obter geração de riquezas e equidade redistributiva, respeitando a diversidade, a

solidariedade, a justiça social e a inclusão socioeconômica e política. Também cita aspectos que justificariam a abordagem territorial como referência às estratégias de apoio ao desenvolvimento, entre as quais a de que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, os grupos sociais e as instituições. No entendimento dele, a identidade, referida ao território, deveria expressar-se como territorialidade por meio de sentimento político, energia social e vontade coletiva.

Na perspectiva defendida por Haesbaert (1997), em diversos estudos que se debruçam sobre o território, territorializar-se significa criar mediações espaciais que confirmam poder sobre a reprodução de grupos sociais. Contudo, é preciso considerar a variedade geográfica, pois essas mediações são diretamente influenciadas por aspectos culturais e de identidade. Tanto é que, em sua visão, os três elementos que compõem a territorialidade são: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

De igual modo, para Perico (2009), o domínio do espaço territorial revela que este é cercado de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que, por exemplo, o território cultural precede ao território político e ao espaço econômico.

2.1 DISCUSSÃO SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Desde o resgate do termo *territorium*, na antiguidade, já no fim do Império Romano, até as chamadas novas formas de territorialização apresentadas por Haesbaert (1997; 1999; 2001; 2004; 2006), entre outras, como territórios em rede, territórios flexíveis, territórios descontínuos e demais formas, percebe-se a longa evolução histórica conceitual e material que acompanha o termo território de formas distintas pelo mundo.

No Brasil, as políticas públicas para as áreas mais socioeconomicamente deprimidas sofreram certa guinada de orientação nas últimas décadas e passaram a modificar a concepção e a apropriação da palavra. No bojo dessas transformações, segundo Haesbaert (2004), território passou a ser confundido com espaço, sendo o espaço geográfico seu quase sinônimo. Contudo, surgiram aqueles que passaram a

defender a diferenciação e a dar preferência a um ou a outro termo. Sahr (2009), por exemplo, chama “territoriólogos” os defensores e valorizadores dos territórios, contrapondo-os aos “espaciólogos” que atribuem maior destaque ao espaço.

E existe ainda quem tangenciar esse questionamento, como Santos (1996, p. 194-196), que não via “com bons olhos” o conceito território, pelo fato de ele ser usado por “atores hegemônicos em processos de apropriação com fins econômico-políticos”. Em parceria com Silveira, Santos afirmou que a diferenciação entre território e espaço nada acrescenta ao principal e verdadeiro debate substantivo, tendo em vista que:

[...] as configurações territoriais são o conjunto de sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições de sua materialidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 248).

Por conta das várias lógicas que existem e atuam no e sobre o território e em razão de não haver consenso entre as definições que lhe são atribuídas, Santos assumiu ter desistido de buscar distinção entre os conceitos de espaço e território, salientando não existir território em si mesmo sem a inclusão dos seus atores.

Haesbaert (2004, p. 61), por sua vez, defende que espaço é praticamente “sinônimo de território”, a depender do enfoque, abstendo-se de posicionamento diferenciador para os termos em questão. Ele fornece importante contribuição ao admitir a presença de polissemia conceitual com relação ao termo território, dada a dificuldade para diferenciar as suas dimensões política e cultural.

Em Haesbaert (2001), tal conceito é essencial para compreender as relações socioespaciais, pois a apropriação do espaço consiste na criação dos territórios, em duplo sentido de posse e adequação. No entendimento do autor, território é constituído com base nas relações de poder, mas não apenas ao tradicional poder político-econômico, e sim tanto ao poder no sentido mais concreto e funcional, de dominação e apropriação, quanto ao poder no sentido mais subjetivo, cultural, simbólico e psicossocial, entre outras possibilidades.

Souza (1988), no entanto, questiona as afirmações de Haesbaert com relação à dicotomia espaço e território. Mais tarde, Souza (1995) dá continuidade ao embate ao discutir território, espaço, poder, autonomia e desenvolvimento, criando polêmica

principalmente por defender que todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território; por recusar a visão de território, já que, segundo ele, confere aparente ou falsa impressão de reduzir o espaço a “substrato”; e por destacar a existência de outras possibilidades de se constituir territorialidades por ações autônomas, como da prostituição, do tráfico de drogas, entre outras.

Em síntese, Haesbaert (1999, 2006) e Perico (2009) convergem no pensamento de que todas as fundamentações levantadas para eleger um território permitem visão simplificada, tão precisa quanto possível, do espaço; facilitam a gradação dos instrumentos de políticas públicas; refletem a observação dos resultados pretendidos e análises comparativas; apoiam a organização de tarefas comuns a territórios e aprimoram a gestão pública.

2.2 TERRITÓRIO E SOCIEDADE EM PARAUAPEBAS

Na Amazônia, no sudeste do Pará e em Parauapebas, unidade de análise desta Dissertação, o uso do território está, indelévelmente, atrelado ao poder constituído ao longo dos anos. Segundo Becker (1983), o sudeste paraense possibilitou a expansão territorial do País, de baixo para cima, tendo em vista sua localização, que articula a relação da Amazônia com o Centro-Sul.

O sudeste do Pará, aliás, foi a primeira região a conectar o Brasil por meio das rodovias Belém-Brasília e Transbrasiliana, na década de 1960. Por isso, é um território subsidiado por políticas de investimentos estatais que privilegiaram a agropecuária e grupos econômicos empresariais, daí sua relação de território com o poder (BECKER, 1983).

De acordo com Palheta (2007), embora essas políticas – as quais ele define como gestão de poder – articulem uma nova forma de fazer a gestão do território, este é objeto de uso por parte das empresas de mineração e dos demais atores que partilham o poder junto com aqueles que (con-) formam o poder local.

Exemplo disso é a relação direta que o município de Parauapebas estabelece com a mineradora Vale, desde a implantação do Projeto Ferro Carajás, no começo da década de 1980. Por meio dessa relação intrínseca, houve no espaço do município de Marabá fragmentações territoriais que simbolizam, sobretudo, partilhar

o poder e fazer novos laços com novos representantes das elites locais formados a partir dessa fragmentação (PALHETA, 2007).

No sudeste do Pará, verifica-se uma articulação entre os diferentes padrões de relações que se arrasta desde os anos de 1980. As oposições aos interesses entre os diversos atores sociais da região do então município de Marabá (governo local, empresas, governo estadual, fazendeiros, etc.) agravaram-se. Nesse contexto, as relações sociais tornam-se mais complexas em escala local, já que “a localidade é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes, estruturadas em torno de interesses identificáveis” (FISCHER, 1992, p. 107).

A partir da década de 1990, o Projeto Ferro Carajás, implantado na Serra Norte, município de Parauapebas, e os projetos a ele associados passaram a contribuir para mudança na estrutura territorial, social e, conseqüentemente, na formação do poder local. O território regional tornou-se, assim, palco de processos nos quais atores sociais definem práticas espaciais de poder e sua territorialidade, esta uma condição para atingir a resistência e a organização em setores da sociedade civil (PALHETA, 2007).

Segundo Palheta, a classificação dos territórios faz-se pela multiplicidade de fenômenos que ocorrem e qualificam as práticas sociais que os atores desenvolvem no uso do território e por meio das relações de interesses que estão em jogo em certos momentos históricos. Esses atores sociais podem se unir via sindicatos, ONGs, movimentos de bairros, para partilhar ou tentar partilhar o poder no território.

Em Parauapebas, há, segundo Palheta, uma superposição que tem a ver com a forma de governo, ou melhor, com a legislação da área de domínio, onde prevalece conflito implícito entre a Vale, o Município, o Estado do Pará e a União, conflito esse que gira em torno dos minérios que o subsolo municipal guarda.

Nesse caso, o governo perdeu o controle e o domínio sobre as áreas de seus interesses e se tornou ausente na questão dos equipamentos urbanos disponíveis no território. Existe ainda a falta de definição entre os interesses da empresa, do Município, do Estado e da própria União, quando se trata do governo no território. No entanto, podemos levantar um conjunto de questões que poderiam nos auxiliar na busca de uma interpretação do governo na região: quais seriam, então, as áreas de governo em que se pode identificar a quem tem a legislação sobre elas, a fim de, de uma forma ou de outra, impedir uma superposição de áreas e mesmo de interesses? O que significa governo na atual configuração do território e que atores sociais modificam essa forma de governar? Que governos estão modificando seu território em busca de recursos financeiros para dinamizá-lo e quais os mecanismos utilizados por esses governos? (PALHETA, 2007, p. 5).

As diferenciações no território passam, em unidades geográficas como Parauapebas, pela política econômica desencadeada em diferentes níveis, em que o global acaba por influenciar as decisões locais e, no local, evidencia-se a diferença ocasionando conflitos de diferentes naturezas. Isso porque os recursos existentes no município em questão materializam suas configurações territoriais. Não obstante, esses recursos tornam-se passíveis de serem questionados por aqueles que se sentem excluídos de seu uso ou que são parcialmente contemplados. Assim, tanto os recursos naturais existentes como os recursos político-econômicos são alvos de questionamentos que pleiteiam a sua socialização para uso geral da sociedade.

Na visão de Santos & Silveira (2001, p. 268), “nas condições atuais, o modelo econômico incidente sobre o território confere maior peso às forças centrífugas”. Isso é verdade à medida que, ao analisar o caso de Parauapebas, se constata o fato de que a maior parte das decisões tomadas sobre a regulação econômica do território da Vale, principal responsável pela presença da indústria extrativa local, é externa. Isso, por sua vez, ocasiona conflitos de interesses entre atores sociais e a empresa; ou união dos objetivos do segmento empresarial com o governo local.

Ainda conforme os autores, “o papel de comando, todavia, é reservado às empresas dotadas de maior poder econômico e político e os pontos do território em que elas se instalam constituem meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 291).

Sendo assim, há particularidade no tempo histórico e no espaço geográfico que marca o comando das forças locais de organizar o território com fins econômicos, notadamente visando aos recursos naturais de interesse comercial e seu tempo de exploração, como é o caso das jazidas minerais de ferro e manganês que a Vale explora em Serra Norte, em Parauapebas. Além do mercado, o alto teor dos minérios é importante no mercado internacional, o que faz com que a empresa tenha tempo estimado para abandonar suas operações (PALHETA, 2007).

Na visão de Santos & Silveira (2001, p. 292), “cada empresa produz uma lógica territorial. Esta é visível por meio do que se pode considerar uma topologia, isto é, a distribuição no território dos pontos de interesse para a operação dessa empresa”. Esses pontos estão diretamente interligados com a escala global, como é o caso de Parauapebas, e responde a uma lógica do mercado e da modernização da Vale. O resultado, no tocante ao território, é o exercício de um controle parcial de certos pontos por lógicas que se interessam apenas por aspectos particularizados.

2.2.1 Classificação de Parauapebas na Ocupação do Território

A Amazônia³ tem área de 5.109.812 quilômetros quadrados e cobre cerca de 60% do território nacional. É formada pelos sete estados da Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; mais a parte norte do Mato Grosso, na Região Centro-Oeste; e também a porção oeste do Maranhão, na Região Nordeste. Sua população chegou a 25 milhões de habitantes em 2013 (IBGE, 2013). Entre as regiões geoeconômicas delimitadas pelo IBGE, é a menos populosa e menos povoada do País.

Becker (1990, p. 121) define territórios dentro da Amazônia, de maneira que o sudeste paraense⁴ se encaixa na parte leste da região maior, caracterizada como Amazônia Oriental, dentro da qual são encontrados quatro territórios e contextos sociais fragmentados: “os territórios de ocupação induzida, os territórios subsidiados, os territórios de ocupação dirigida e os enclaves de ocupação tradicional, hoje sob o impacto de grandes projetos” (BECKER, 1990, p. 121).

Os territórios de ocupação induzida, segundo a autora, compreendem áreas da mata do antigo norte de Goiás, onde se localizam os latifúndios dedicados à criação de gado. Essa área foi ocupada a partir do estímulo dado pela rodovia Belém-Brasília, “sendo o povoamento induzido pela possibilidade de acesso a terra e pelo crédito para a pecuária” (BECKER, 1990, p. 121).

O território subsidiado por incentivos fiscais é delimitado pelo espaço que teve sua valorização a partir de investimentos realizados pelas empresas agropecuárias e de grupos econômicos na década de 1970. Corresponde, conforme Becker, ao momento em que o capital multinacional se interessou pela terra como alternativa de investimento, e o Estado subsidiou sua apropriação e concentração nas mãos de firmas sediadas principalmente em São Paulo.

³ O conceito de Amazônia aqui tratado é o de Amazônia Legal, uma construção geopolítica estabelecida na década de 1950 para fins de planejamento regional.

⁴ Na definição do IBGE, o sudeste paraense corresponde à Mesorregião do Sudeste Paraense, área que concentra 39 municípios agrupados em sete microrregiões (Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Redenção, Conceição do Araguaia e Paragominas); tem 297.344 quilômetros (o tamanho da Itália, praticamente); possui 1.777.809 habitantes (tanta gente quanto em Tocantins e Roraima juntos); e movimenta anualmente R\$ 38,7 bilhões em Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2013). Há ainda outras definições para a região, como Carajás, que exclui a microrregião de Paragominas e é amplamente utilizada nos meios político e empresarial.

Esse território compreende a faixa de mata do sudeste do Pará e o oeste do Tocantins, área pouco ocupada por ser de difícil acesso. O modelo de exploração implantado superou a ausência de rodovias por meio do investimento no transporte aéreo, o que permitiu o escoamento da produção regional.

A área é delimitada pelo município de Araguaína, no Tocantins, ao centro; Marabá, ao norte, e Conceição do Araguaia, ao sul, ambos no Pará. “É a faixa dos incentivos gerenciados pela Sudam [Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia] e o Basa [Banco da Amazônia], dedicados à pecuária e a exploração da madeira, cuja produção é relativamente significativa” (BECKER, 1990, p. 122).

Apesar de ser um território pouco adensado, faz divisa com a principal fornecedora histórica de mão de obra em potencial do País: a Região Nordeste. De acordo com Becker, estrategicamente, teria menos probabilidade de conflitos agrários por ser pouco ocupada e tender a uma ocupação por mão de obra.

Já a ocupação dirigida foi incentivada pela colonização oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ao longo da Transamazônica. Em sua maioria, o desbravamento das matas foi realizado por trabalhadores nordestinos, mas, por falta de investimentos, estes abandonaram as terras e deram lugar a outra migração, partida do Centro-Sul do País.

Mas é como enclave de ocupação tradicional em que se encaixa o território de Parauapebas, na caracterização de Becker, apresentando traços marcantes da expansão capitalista e de modernizações, notadamente nas áreas do complexo minerometalúrgico do Programa Grande Carajás, de responsabilidade da Vale, e seu eixo ferroviário de escoamento da produção. Essa concepção é similar à de Palheta (2007) e um pouco diferente do entendimento do IBGE e da própria Vale

Apesar das diversas concepções, todas têm em comum, na análise do território, o fator subordinação – seja ao poder do capital ou à lógica da indústria extrativa, seja ao poder político ou à escala geoeconômica. Isso chama atenção, também, para o grau diferenciado acerca da noção de Carajás, onde está inserido Parauapebas. A demonstração das perspectivas assumidas sobre o município consta da síntese do **Quadro 1**.

Quadro 1 – Território de Parauapebas em diferentes entendimentos

Posição de Parauapebas no mapa ideológico e na hierarquia geopolítica e administrativa do território	No entendimento de Becker (1990) e Palheta (2007)	Segundo o IBGE (2010)	Para a Vale (2011)
	Carajás↓	Mesorregião do Sudeste Paraense↓	Sistema Norte↓
	Programa Grande Carajás↓	Microrregião de Parauapebas↓	Complexo Minerador Serra Norte↓
	Serra dos Carajás↓	Município de Parauapebas	Projeto Ferro Carajás↓
	Município de Parauapebas		Município de Parauapebas
Entendimento	Parauapebas se submete à centralidade do poder do capital, simbolizado pela Vale, que toma a maior parte das decisões inerentes ao município.	Parauapebas é uma unidade territorial com importância de centro de zona subordinada à Marabá, capital regional na mesorregião em questão.	Parauapebas é apenas um dos fornecedores de recursos minerais (minério de ferro e manganês) por ter uma parte do precioso “Carajás” em Serra Norte.

Fonte: Becker, 1990; Palheta, 2007; IBGE, 2010; Amplo, 2011; Vale, 2014 – Elaboração Própria.

É possível perceber que, na análise dos estudiosos da Amazônia, Parauapebas se insere em contexto passivo das tomadas de decisão, enquanto para o órgão oficial – o IBGE – assume demarcação subordinada a Marabá, município que lhe deu origem. Para a mineradora Vale, contudo, o município é um grande fornecedor de *commodities* minerais, tendo ela, a empresa capitalista, algumas de suas bases em Parauapebas.

Ademais, frequentemente, a alusão a Carajás é política e atrelada à expansão e à influência da Vale. Para a empresa, contudo, o território de Carajás é outro, tem especialização geológica definida e delimitada a suas pretensões (Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste) e lhe confere imagem industrial.

3 OCUPAÇÃO, TRABALHO E CAPITAL NA AMAZÔNIA

Muitas pesquisas têm sido realizadas no campo da dinâmica do trabalho, e a Amazônia tem inspirado reflexões sobre a expansão do capital, produzidas em maior volume pelo Naea, da UFPA. Em Marx (2011), capital e trabalho apresentam movimento constituído de três momentos fundamentais. Primeiro, a unidade imediata e mediata de ambos, o que significa que num primeiro momento estão unidos, separam-se depois e tornam-se estranhos um ao outro, mas se sustentando reciprocamente e promovendo-se um ao outro como condições positivas.

Em segundo lugar, a oposição de ambos, já que se excluem reciprocamente e o operário conhece o capitalista como a negação da sua existência e vice-versa. E, em terceiro e último lugar, a oposição de cada um contra si mesmo, visto que o capital é simultaneamente ele próprio e o seu oposto contraditório, sendo trabalho (acumulado); e o trabalho, por sua vez, é ele próprio e o seu oposto contraditório, sendo mercadoria, isto é, capital (MARX, 2011).

À luz das considerações estabelecidas por Marx, uma das mais recentes análises sobre capital e trabalho na Amazônia é feita a partir da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e consta da dissertação de mestrado⁵ de Cândido (2010), que delinea a construção participativa do espaço tecnológico em empreendimentos econômicos solidários na região. Segundo ele, é possível identificar pelo menos dois períodos fundamentais para a compreensão da realidade atual da Amazônia.

O primeiro período refere-se aos Ciclos da Borracha, que ocorreram entre o último quartel do século 19 e meados do século 20⁶. O segundo, iniciado no segundo quartel do século 20 e que se estende até hoje, corresponde ao período de busca do Estado brasileiro de integrar a região ao restante do território e promover o seu “desenvolvimento”, e este último período se revela o mais importante para a compreensão da dinâmica de ocupação do Sudeste Paraense.

⁵ *Comunidades Ribeirinhas, Engenheiros e Conservação da Floresta: Construção Participativa do Espaço Tecnológico em Empreendimentos Econômicos Solidários na Amazônia.*

⁶ Antes disso, a Amazônia havia sido palco de um “engenheiro sistema de exploração da mão de obra indígena estruturado pelos jesuítas” (FURTADO, 2007, p. 189) para a exploração de especiarias (especialmente o cacau), o que foi desorganizado no final do século 18, quando a economia da região entrou em colapso.

3.1 AMAZÔNIA COMO “ESPAÇO VAZIO”

Do período colonial até meados do século 20, o rio era quem permitia a penetração nas florestas e a ocupação da Amazônia, mediante a expansão das atividades extrativistas. O sistema fluvial amazônico foi muito importante no período da história em que se ajustava perfeitamente a exploração dos produtos florestais ao transporte, principalmente a exploração da borracha e da castanha-do-pará, desde as florestas até os portos de Belém e de Manaus (SUDAM, 1976).

Segundo Santos (2007), com a queda da economia gomífera, a utilização do sistema hidroviário entrou em declínio. No final do século 20, o rio não servia mais para atender aos novos interesses nacionais e internacionais sobre a Amazônia, e o novo cenário político de integração territorial exigia ações do governo federal de modo a possibilitar a interligação da região ao Centro-Sul do País.

Foi a partir da conclusão de que a utilização dos rios – enquanto caminhos – não permitiram o desenvolvimento e a colonização esperados para a Amazônia que as rodovias implantadas na região foram percebidas pela política governamental na década de 1970 como meios de integração, a fim de possibilitar a ocupação e o desenvolvimento do Norte brasileiro (SANTOS, 2007).

A despeito do slogan “Amazônia: Terra sem homens para homens sem terra”, utilizado pelo governo militar para incentivar a colonização da região nos anos de 1970, a imagem concebida sobre a área era de mero “espaço vazio”. De acordo com Santos (2007), essa noção – que orientou várias das ações do governo militar na Amazônia – simplesmente negou e desconsiderou a existência e a história de muitas das populações que de fato habitavam a região, como as populações caboclas e indígenas e todos os fluxos populacionais que a Amazônia recebeu no século 19.

A literatura que trata da ocupação da região é unânime em afirmar que esse processo ocorre há séculos, mas que a década de 1970 é o momento chave de sua colonização. Essa percepção advém, conforme Hall (1991), do fato de que nesse período a região foi submetida a projetos de colonização dirigida do governo federal, que utilizou como argumentos as características de pouco povoamento e isolamento da região em relação ao restante do País. Logo, os planos foram implantados a partir da necessidade de favorecer o crescimento demográfico e desenvolvimento econômico da Amazônia, tornando-a integrada ao Centro-Sul do Brasil.

3.1.1 Movimento de Fronteira: “Marcha para o Oeste”

Para Velho (1979), a expansão da fronteira nos anos de 1970 estaria destinada a ter, mais uma vez, o papel ideológico assumido na década de 1930. No programa do Estado Novo, a ocupação do oeste (ou melhor, o preenchimento dos vácuos demográficos do território brasileiro) foi ideologicamente justificado como condição necessária para tirar o país do atraso econômico, desfazendo a sua configuração econômica formada por ilhas de prosperidade. A conquista do oeste significou para o regime de 1930 a integração territorial.

Por detrás da função ideológica da fronteira no Estado Novo, poderiam ser encontradas as suas funções mais concretas, tais quais os objetivos de: recuperar a antiga posição do Brasil no mercado mundial da borracha; resolver através da migração o problema dos excedentes populacionais de outras regiões do país; evitar o êxodo rural para as grandes cidades; priorizar a colonização nacional, evitando a imigração estrangeira como estratégia para desbaratar os movimentos trabalhistas e greves que ocorreram no Brasil antes do governo Vargas (VELHO, 1979).

Na análise do autor mencionado, o movimento de fronteira⁷ em 1930 foi visto pelo governo de Getúlio Vargas como momento ideal para solucionar o problema da massa de desocupados do campo, que se aglomeravam nas cidades em ascensão. Nesse ínterim, a ocupação do oeste era alternativa para solucionar as tensões existentes no que se refere à estrutura agrária no Brasil, uma vez que a ocupação de novas terras a partir de pequenas propriedades legitimava a fala de Vargas sobre os males do latifúndio. Ao mesmo tempo, as grandes propriedades rurais do país continuariam intactas. A “Marcha para o Oeste” não objetivava a real ocupação massiva e o pleno desenvolvimento do oeste brasileiro. Pelo contrário: era válvula de escape de problemas que assolavam os anos de 1930 (VELHO, 1979).

Não obstante, observa-se nesse período o avanço da fronteira na Amazônia visto como tática de preenchimento de supostos espaços vazios, desenvolvimento e modernização das terras novas. Na década de 1970, assim como na de 1930, por trás do movimento de fronteira na Amazônia, encontravam-se interesses para além do que fora historicamente apresentado e que têm a ver com as transformações que

⁷ Tal movimento, popularizado durante o governo de Getúlio Vargas, ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”.

estavam ocorrendo no campo brasileiro, a exemplo da redução na plantação de café no Centro-Sul e sua substituição pela criação de gado (SANTOS, 2007).

O uso da mecanização no campo e a substituição da lavoura pela criação de gado levaram os proprietários das fazendas a necessitar cada vez menos de mão de obra. Tal configuração na dinâmica do trabalho vem se acentuando desde a década de 1950 quando os debates sobre a reforma agrária ganharam propulsão e a ameaça de que os proprietários poderiam perder a terra trabalhada por trabalhadores individuais acentuou ainda mais a dispensa do colono no Centro-Sul e do morador na Região Nordeste (VELHO, 1979).

As ponderações suscitadas por Velho (1979) estão intimamente ligadas à nova legislação, particularmente ao Estatuto do Trabalhador aprovado na década de 1960 e que poderia conceder ao colono ou morador o direito à terra trabalhada. A revisão da legislação trouxe a reboque a modificação no entendimento geral entre morador e colono, entendimento esse que regia as relações no campo brasileiro.

Em releitura complementar, Santos (2007) analisa que a revisão das relações de trabalho no campo teve como consequência a baixa na demanda de mão de obra, o que contribuiu para haver trabalhadores ociosos e para a saída desses sujeitos rumo a outras regiões. Outro fator é a desarticulação dos minifúndios, tanto no Nordeste como no Sul, devido à supervalorização da terra nessas regiões, o que levou grande parte das famílias a migrar para os centros urbanos.

A partir dos anos de 1960, a população rural excedente, que desde 1930 havia chegado às cidades e desempenhava funções na indústria e no comércio, se vê forçada a procurar outro espaço onde pudesse viver, pois as relações capitalistas chegaram a tal ponto que promoveu a substituição das indústrias burguesas por novas indústrias, tornando-as menos dependente de mão de obra não qualificada. Desta feita, a forte competição gerada pela intensidade do capitalismo na indústria brasileira criou um fluxo migratório considerável em direção à Amazônia, fluxo esse constituído por pequenos comerciantes que não possuíam possibilidades de concorrer com o grande capital (VELHO, 1979).

Na análise de Velho, o movimento de fronteira na Amazônia na década de 1970 apresenta-se como um novo escoadouro cuja função era receber os trabalhadores rurais e urbanos, expulsos do campo e das grandes cidades dado o constante fortalecimento das relações capitalistas, principalmente no campo.

3.2 MARCHA PARA O SUDESTE PARAENSE

A fronteira que avança sobre a Amazônia no século 20 é percebida, na opinião Martins (1997, p. 13), como momento de encontro e, ao mesmo tempo, de desencontro entre o “homem branco” e os grupos indígenas, onde estes são tidos como inferiores, selvagens, devendo ser dominados, civilizados, explorados e subjugados nesse espaço conflituoso.

Assim, a frente de expansão no Brasil é caracterizada pela ausência da propriedade formal da terra, a qual é constituída ou reconhecida pelos direitos de posse e domínio. E a população camponesa é caracterizada como posseira ou ocupante da terra, pois não possui o título de propriedade. Os patrões, onde os há, foram durante longo tempo, até poucos anos, ou meros posseiros, como os camponeses, ou arrendatários de terras públicas, pagando ao Estado foros quase simbólicos e, sobretudo, com favores políticos e eleitorais, do tipo clientelista, as concessões territoriais recebidas (MARTINS, 1997).

Essa foi durante muito tempo a realidade da Mesorregião do Sudeste Paraense, onde as terras que antes pertenciam a diversificados grupos indígenas na região, de acordo com Santos (1997), foram ocupadas por migrantes. Esses novos habitantes se fixaram na porção oriental do Pará interessados na exploração do caucho que teve curto, mas importante, período de existência, dando espaço à exploração da castanha-do-pará. A forma de apropriação e uso da terra no Sudeste Paraense sofreu forte influência do chamado “ciclo da castanha”.

De acordo com Reis (2011), o campesinato no Sudeste Paraense constituiu-se a partir de frentes migratórias de trabalhadores dos estados de Goiás, Piauí, Ceará e Maranhão – ou seja, principalmente do Nordeste. Caracterizado como região de fronteira agrícola, o Sudeste Paraense é referenciado por conflitos pela posse e permanência na terra, decorrentes da concentração fundiária e das relações de trabalho, nas quais predominam os papéis de dominação e subordinação.

Os conflitos envolveram – e ainda envolvem – diversos sujeitos presentes nesse contexto, que, em primeiro momento, se configurou na disputa entre os camponeses migrantes (posseiros) e os donos dos castanhais ou cauchais, estes os quais utilizavam sua condição para subordinar os trabalhadores. Posteriormente, é

registrada a disputa entre pequenos camponeses e grandes latifundiários, envolvendo fazendeiros, madeireiros e empresários agrícolas (REIS, 2011).

3.2.1 Borracha, Castanha e Terras Conduzem Mão de Obra Migrante

No tocante ao deslocamento das famílias camponesas nordestinas em direção ao Estado do Pará, especificamente ao Sudeste Paraense, Velho (1979, p. 194) observa que se iniciou “particularmente na década de 20 e pode ter sido consequência da disrupção da exploração da borracha, agindo com uma espécie de saída alternativa para o excedente populacional do Nordeste”.

Segundo Emmi (1985), o atrativo principal eram a grande quantidade de terras “desocupadas”, a possibilidade de trabalho na coleta da castanha-do-pará e a extração de diamantes, o que ocasionou a ocupação cada vez mais intensa do Sudeste Paraense. Primeiro, migraram algumas pessoas da família com o objetivo de conhecer a região. Alguns voltavam periodicamente para trabalhar na extração da borracha e, posteriormente, para a coleta da castanha. Muitos voltavam para reencontrar suas famílias e amigos.

A mesma autora narra que nos anos de 1920 a extração da castanha assume expressão econômica significativa no Sudeste Paraense. Até 1924, a extração era realizada livremente pela população nos chamados castanhais livres; a partir dessa data, as terras dos castanhais passaram para o sistema de arrendamento cuja renovação seguia critérios que possibilitavam o controle político dos donos de castanhais, sendo estes os chefes políticos da região.

Marin (2002) relata que na década de 1950 a forma comum de apropriação das terras dos castanhais se deu via sistema de aforamento, quando foi dada concessão de títulos de terras, e quem a tivesse recebido teria o direito perpétuo sobre a terra, direito esse que possibilitou a intensificação da entrada de ocupantes e de homens ligados a negócios fundiários, de agropecuária e agroindústria.

A partir desse momento, e por todos os outros que ainda viriam, o Sudeste Paraense começaria a entrar no que Martins (1997, p. 20) caracteriza de “circuito rentável da renda da terra ou da aplicação de capital na aquisição de terrenos”. Isto é, era a frente pioneira que, com a ajuda do grande capital, chegava, instalava-se e

dava início a um conflituoso processo de disputa pela posse de terras na Amazônia entre os que já habitavam a região e os que, estimulados pela construção de rodovias, ainda chegariam.

A Rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1961 e que ligou fisicamente a Amazônia ao Centro-Sul, foi o marco inicial do processo de integração do território amazônico. De acordo com Santos (2007), essa rodovia fazia parte do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que visava a integrar a Amazônia ao Projeto Nacional Desenvolvimentista.

A estrada seria utilizada para o ingresso de produtos industrializados na região, fazendo dessa um novo mercado consumidor. O discurso sobre o território amazônico nesse período era de valorização e tomada de posse; essa tomada de posse foi pensada a partir da implantação de colônias agrícolas às margens da rodovia que possibilitariam o fortalecimento da atividade agrícola e tornaria a região densamente habitada (SANTOS, 2007, p. 27).

Em linhas gerais, a construção da Belém-Brasília favoreceu a entrada do capital na Amazônia e acarretou mudanças nas relações econômicas da região, notadamente a abertura do mercado de terras e a expansão da pecuária extensiva no Sudeste Paraense, a partir dos anos de 1970, processo discriminado como “modernização acelerada” – o que, no entendimento de Brito (2002) e Santos (2007), contribuiu para elevar o Brasil à condição histórica de país de economia periférica. Na prática, a estrada passou a ser o ponto de destino dos agricultores pobres do Nordeste os quais antes se dirigiam para os estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (VELHO, 1979).

Na avaliação de Hebette & Marin (1979), a fronteira em expansão se movia em direção ao sul do Pará e ao Estado de Mato Grosso. Em primeiro momento, os migrantes que por essas regiões chegavam tiveram acesso às terras devolutas e puderam dedicar-se à agricultura de subsistência, não obstante a falta de planejamento e de organização por parte do Estado. Na década de 1970, essa fronteira já havia se fechado devido à monopolização da terra por grandes proprietários, pois a falta de garantias efetivas estimulou rapidamente a expansão irrestrita do latifúndio.

3.2.2 Incentivos ao Grande Capital no Sudeste Paraense

É notório, contudo, o fato de que a Rodovia Belém-Brasília foi apenas uma de várias rodovias que seriam construídas com objetivos de ocupação, integração e desenvolvimento econômico e social da Amazônia e do Brasil. A partir dos anos de 1970, as políticas de desenvolvimento para a Amazônia passaram a ser guiadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), caracterizados por um modelo de integração econômica da região orientada pelos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) (SANTOS, 2007).

Conforme Velho (1979), a política desses planos estimulou a expansão das empresas agropecuárias e minerais, incentivando, por conseguinte, a migração de empresários com condições para investir na modernização econômica da Amazônia. Para o governo militar, o regime só seria justificado caso provocasse o crescimento econômico e a integração da Amazônia ao contexto nacional.

Santos (2007) nota que o período de aplicação desses planos marcou na Amazônia momento de profundas transformações movidas por ideias políticas e econômicas, de maneira que a estrutura física e social da região passou por profundas mudanças com a finalidade de construir a imagem da Amazônia brasileira como região de riquezas, de progresso, moderna e industrializada. Incentivaram-se as migrações com o objetivo de preencher os espaços “vazios”; implantaram-se as *company towns*, hidrelétricas como a de Tucuruí, estruturas essenciais para o pleno desenvolvimento do Programa Grande Carajás (PGC); construíram-se rodovias para unir a Amazônia (fornecedora de matéria-prima e subdesenvolvida) ao Centro-Sul (industrializado e desenvolvido).

A fim de que os grandes projetos fossem implantados na Amazônia, a região foi alvo de uma reestruturação caracterizada ou possibilitada por incentivos do governo federal para intensificar a ocupação da região com apoio e concessão de incentivos fiscais em investimentos privados e com a aplicação de significativos recursos financeiros na construção de rodovias.

Na opinião de Velho (1979, p. 212), as políticas pensadas para a Amazônia nesse período advêm de discussões sobre o que se deveria finalmente fazer da Amazônia, pois parecia haver “chegado o tempo, em face dos desdobramentos do desenvolvimento, de finalmente dar-se um passo decisivo na direção da Amazônia”.

A partir dessa preocupação, criaram-se órgãos responsáveis em planejar, incentivar e, de certo modo, garantir o desenvolvimento e integração da Amazônia ao restante do Brasil. Entre eles, está o Plano de Integração Nacional (PIN) que tinha como meta financiar obras de infraestrutura da região, uma das quais a construção da Rodovia Transamazônica. Contudo, em 1974, o governo federal deixou de incentivar a colonização dirigida e passou a dar total apoio à implantação de grandes empresas agroindustriais e agropecuárias na Amazônia (EMMI, 1985).

Todo incentivo financeiro que o governo federal concedeu para a implantação de grandes empresas agropecuárias na Amazônia e a falta de apoio ao migrante que chegava à região com objetivo de adquirir terras causaram no Sudeste Paraense vários conflitos agrários. A violência empregada para expulsar posseiros foi a causa principal que levou muitos municípios da região a se converterem, desde início dos anos de 1980, nos cenários de maior número de conflitos no campo e de assassinatos de posseiros e lideranças sindicais ocorridos no Brasil (EMMI, 1985; SANTOS, 2007).

3.3 CAPITAL E TRABALHO EM PARAUPEBAS

Em relação à dinâmica do trabalho no Sudeste Paraense, Cavalcante et al. (2011) observam que a implantação de projetos de infraestrutura estabelece funções e reestruturações espaciais, constituindo novos padrões de organização social, econômica e cultural. Exemplo disso é o que se verifica em Parauapebas, por conta da Serra Norte, onde se localizam as minas da Serra dos Carajás, e cuja exploração mineral tem sido questionada dado o fluxo populacional, em que milhares de trabalhadores migrantes nordestinos deixam a terra natal e se deslocam ao município, vendo-o como fonte em potencial de oportunidades. Esse fluxo pode ser caracterizado em dois processos: o de territorialização e o de desterritorialização.

O primeiro processo, no entendimento de Cavalcante et al., é marcado pela atração populacional, conferida pela oferta de trabalho; o segundo, pautado na desterritorialização devido ao deslocamento populacional de trabalhadores de outras regiões do País, sobretudo do Nordeste, de maneira a impactar a área urbana da sede municipal, que já enfrenta diversos problemas em decorrência do crescimento

demográfico desenfreado e da migração intensa que vem sendo intensificada, desde a década de 1980, quando o Programa Grande Carajás teve início na região.

Percebendo o caso de Parauapebas e sua relação com a mineração, à luz da literatura, verifica-se que as relações sociais de trabalho se formaram a partir da indústria extrativa mineral, que ocasionou acelerado crescimento econômico, que impulsionou o crescimento demográfico. Essa reflexão relaciona-se com a discussão de Santos (1985) acerca dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação, apresentados por ele e resumidos no argumento segundo o qual:

[...] os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração de espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um País. Aí se conjugam as relações de produção social, que os circuitos de ramos tipificam, as relações sociais de produção, dadas pelas firmas, mas também as relações de produção do passado, mantidas ou rejuvenescidas pelas relações atuais e representadas por relíquias ou heranças, tanto na paisagem quanto na própria estruturação social (SANTOS, 1985, p. 130).

Também, Sposito et al. (2007, p. 39) observam que a passagem de uma economia do tipo fordista para sistemas de produção caracterizados como flexíveis “trouxe alterações para a economia brasileira e mudou, simultaneamente, a participação do País na divisão internacional do trabalho e a divisão regional do trabalho, em termos técnico-econômicos e territoriais”.

3.3.1 Os Grandes Projetos e a Ocupação da Floresta

Um exemplo do que hoje é verificado em Parauapebas, tanto nos contextos de economia e trabalho quanto de formação sócio-histórica do território, é o que Candido (2010) mostra que ocorreu em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. Segundo ele, a cidade teve sua origem relacionada ao episódio da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré devido a um compromisso assumido pelo governo brasileiro com o boliviano durante a resolução dos conflitos na disputa pelo território que hoje corresponde ao Estado do Acre.

Apropriando-se da literatura de Ferreira (1987), Cândido destaca que essa ferrovia buscava superar trechos não navegáveis dos rios Madeira e Mamoré, dando

acesso aos bolivianos ao oceano Atlântico via rios Madeira e Amazonas. Ocorre que a capital de Rondônia era a principal base da construção da ferrovia e recebeu mais de 20 mil trabalhadores contratados pela empresa estadunidense que a ergueu.

A construção da ferrovia despendeu recursos financeiros superiores aos planejados pela empresa estadunidense contratada devido às condições adversas de trabalho na floresta. Essas condições também fizeram com que mais de 1.500 trabalhadores morressem durante a construção, o que levou a Madeira-Mamoré ficar conhecida como a “ferrovia do diabo”. Alguns anos após sua conclusão, a ferrovia foi desativada devido à perda de competitividade da borracha amazônica no mercado internacional (CÂNDIDO, 2010; FERREIRA, 1987).

Os fluxos migratórios dos quais as sociedades dos seringais advêm guardam similaridade com a conformação territorial e socioeconômica de Parauapebas. Torres (2008) aponta que a maioria dos migrantes que foram à Amazônia para trabalhar nos seringais era homens que deixaram suas famílias no Nordeste.

O caso de Porto Velho, no passado, volta a se repetir no presente, mas em Parauapebas, que, por meio da relação entre a indústria extrativa mineral instalada em seu território e a migração, se mostra um verdadeiro recorte da influência de grandes projetos do Estado para a Amazônia e é marcado por ser notável polo de atração de trabalhadores nordestinos fora do Sudeste e do Distrito Federal.

A intensificação da dinâmica do trabalho na região de Parauapebas tem início em fins do século 19 e, como não poderia deixar de ser, é marcada por contínuos movimentos migratórios, a partir de frentes diversas de ocupação da região e ou deslocamento de mão de obra em função do que se convencionou denominar ciclos econômicos, os mesmos tratados anteriormente. Por isso, também marcam esse percurso a migração sazonal e a presença de população flutuante. Além disso, continuam a chegar migrantes de outras regiões e provenientes de deslocamentos intrarregionais, como os maranhenses em busca de trabalho nos projetos de mineração sediados no município ou em implantação na região.

Na opinião de Silva (2006), o recorte temporal de 1968 a 1988 é o mais preciso para compreender o período da ocorrência das migrações que “ocuparam” decisivamente o Sudeste Paraense. É o período das transformações de grande impacto na realidade local, mediante a expansão das atividades agropecuária, madeireira e de mineração, com desdobramentos nos dias atuais.

3.3.2 Os Grandes Projetos e o Suposto Desenvolvimento

Para Becker (2006), as transformações impactantes de que a Amazônia vem sendo espécie nada mais são senão tentativas de desenvolvimento e ocupação forçados que fizeram marchar à região milhões de migrantes, sobretudo nordestinos, e que também redundaram em problemas sociais e ambientais sérios, os quais se agravaram ao longo de décadas. Isso porque, até a primeira metade do século passado, a região era compreendida como obstáculo à ocupação humana, conforme demonstram os discursos oficiais produzidos pelos planejadores regionais do País sob o comando direto do ideário da integração nacional. Tal percepção da região se modificou sensivelmente a partir de então. Becker (1982), a esse respeito, denota:

Modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa. No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico, oferecendo uma solução conjunta para os problemas de tensão demográfica da periferia deprimida e de continuidade de crescimento do 'centro'. O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como o próprio 'centro', já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o centro perspectivas de novos investimentos e mobilização de recursos (BECKER, 1982, p. 63).

Esse mesmo desvio das correntes migratórias, do Nordeste à Amazônia, como referenciado pela autora, é o que se tem verificado em Parauapebas, cuja classificação na regionalização socioeconômica dos municípios, proposta por Garcia, Soares Filho & Sawyer (2004), é de micropolo regional⁸ – na verdade, um dos 48 da Amazônia, entre 775 municípios da região. A análise dos três autores supramencionados reforça o argumento de Parauapebas⁹ ser marcado por uma corrente migratória intensa em decorrência da indústria mineral.

O crescimento demográfico do município se associa às transformações provocadas no espaço regional amazônico em decorrência da atuação do poder estatal, cuja preocupação precípua se voltou à modernização da região de maneira

⁸ Expressão utilizada originalmente por Ricardo Alexandrino GARCIA, Britaldo Silveira SOARES FILHO e Diana Oya SAWYER no artigo *Dimensões Socioeconômicas e Movimentos Populacionais: Uma Regionalização da Amazônia Brasileira*, apresentado no 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep), realizado em Caxambú (MG), em 2004.

⁹ Em estudo divulgado em 2014, intitulado *Redes e Fluxos do Território – Gestão do Território 2014*, o IBGE segue com a classificação de Parauapebas como "Centro de Zona de Nível A", exercendo influência sobre 20 municípios paraenses, mas subordinado a Marabá.

a articulá-la ao cenário produtivo nacional e mundial, tendo o minério de ferro como principal elo. Tavares (2007) comenta:

As mudanças ocorridas no padrão de organização do espaço amazônico, decorrentes da estruturação do território contribuíram para a redefinição da rede urbana paraense. O advento dos eixos rodoviários configurou-se como elemento estruturador, exercendo forte impacto nas dinâmicas de muitas cidades ribeirinhas até então não conectadas por rede rodoviária (TAVARES, 2007, p. 163).

Por meio da construção de rodovias e ferrovias, a implantação das redes de integração espacial constituiu importante elo para a articulação do sudeste paraense às demais regiões do País. Soma-se a isso o papel dos projetos minerometalúrgicos difundidos a partir de Parauapebas, comandados pelo capital estrangeiro, sobretudo, em função da atuação da mineradora Vale S.A., por meio do PGC, este o qual foi responsável – ainda que indiretamente – pela emancipação do município e por transformá-lo numa “meca” de migrantes nordestinos atraídos pelas oportunidades fartas de trabalho nas minas de Serra Norte, tão difundidas como Carajás.

A partir da década de 1990, as cidades do entorno, seguindo à risca uma tendência que já vinha sendo verificada na Amazônia, passaram a funcionar como lugares de passagem para a população rural migrante até seu deslocamento definitivo dentro da região ou a algum centro de maior porte – sendo Parauapebas o centro de procura imediato.

Um segundo elemento característico da dinâmica territorial amazônica que apresenta implicações diretas na reestruturação das relações produtivas em Parauapebas diz respeito à mudança na estrutura do trabalho e do povoamento. Trindade Júnior (1998) há algum tempo já tinha notado as mudanças que, inicialmente, foram sutis até se acentuarem:

Trata-se de um processo de perda de importância de Belém em face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora da sua órbita. (...) As cidades ligadas à mineração, indústria madeireira, à siderurgia ou construção civil têm experimentado um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional, seja através da multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 74).

Para Lefebvre (1999), as áreas de expressivo potencial econômico constituem lugares privilegiados que passam cada vez mais a abrigar a concentração de

pessoas, mercadorias, transportes e serviços em geral. Essa concentração é solidária do processo da dinâmica territorial que encontra na cidade o ponto principal para a sua realização. Acerca desta questão, o autor comenta (p. 111) que “a cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações”.

Na análise de Santos (1993), verifica-se que a transformação das últimas décadas conferiu uma verdadeira difusão do trabalho intelectual imposta pela nova divisão territorial do trabalho, haja vista haver um movimento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dá com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e informação. Por conseguinte, aparecem mudanças importantes, “de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infraestruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica” (SANTOS, 1993, p. 35-37).

Portanto, está na divisão territorial do trabalho – que ilustra a espacialização e a especialização da produção – a possibilidade de acompanhar a transformação e a dinâmica do território, e nela, o movimento migratório que ascende como mão de obra. Essa divisão cria uma hierarquia de lugares movidos pela racionalidade do capital e pela maximização dos lucros. As escolhas de espaços com vantagens locais em detrimento de outros, desta forma, criam até mesmo uma divisão interurbana do trabalho.

No caso de Parauapebas, isso é latente, tendo em vista que os municípios maranhenses são responsáveis pela geração de mão de obra para atender os grandes empreendimentos mineradores instalados no município paraense. Por outro lado, apesar das oportunidades de emprego que conduzem os migrantes nordestinos a Parauapebas, há fatores que atrapalham ocupá-los.

A tecnologização dos serviços e o déficit na formação da mão de obra são os maiores inimigos da força bruta de trabalho. Embora tenham sido criados 30 mil postos nas minas de Parauapebas, de sua implantação até 2013, a especialização do trabalho muda a dinâmica das relações produtivas e sociais. Essa perspectiva é analisada por Sposito (2001):

As novas estratégias espaciais das empresas, organizadas segundo novas formas de armazenamento e distribuição de bens, sobretudo os de origem do mercado industrial, como as estratégias do mercado atacadista. (...)

reforçam, também, o papel das cidades médias, ou porque elas são beneficiadas pela dinâmica de deslocalização das atividades produtivas industriais, ou porque são polos intermediários para o armazenamento e distribuição desses produtos, gerando relações econômicas em escala que ultrapassam o regional, que combinam áreas e eixos, e continuidade com descontinuidade territorial. (...) As cidades de porte médio não-metropolitanas tornam-se propícias para receber capitais industriais nacionais e estrangeiros, ampliando a oferta de emprego, sobretudo os mais qualificados, tendo em vista a tendência contemporânea de informatização e automação da produção industrial e dos serviços que lhe dão apoio (SPOSITO, 2001, p. 636).

Para além do potencial de atração de migrantes, Santos (1993) apresenta outras tendências que perfeitamente pode ser aplicáveis à Amazônia, como o crescimento do mercado potencial de trabalho originado nas intensas migrações, mas conjugado com a deficiência na oferta de empregos ou de mão de obra qualificada, como o caso do município de Parauapebas.

3.3.3 Incentivos à Indústria Extrativa Mineral

A descoberta de minérios em Carajás, em 1967, pela Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da estadunidense United States Steel, deu-se no bojo de um processo de investimentos em pesquisas de novas fontes de matérias-primas por parte das empresas minerometalúrgicas transnacionais. Segundo Machado (1991), as revoluções nacionalistas na África, concomitantemente ao pequeno número de países produtores de minerais estratégicos, colocavam em risco o suprimento de matérias-primas para as economias dos países industrializados, então em plena fase de crescimento.

Dessa forma, empresas como a Union Carbide e a United States Steel lançaram-se sobre novos espaços de acumulação, entre os quais a Amazônia, em busca de minerais como o manganês e a bauxita. A United States Steel acabou descobrindo a rica província mineral de Carajás, que, além de contar com reservas de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor, apresenta a ocorrência significativa de manganês, cobre, cassiterita, ouro, níquel, etc (MACHADO, 1991).

Dada a magnitude das reservas descobertas e considerando-se os interesses estratégicos do Estado brasileiro, o governo, por meio da então estatal Companhia

Vale do Rio Doce (CVRD), associou-se à United States Steel e criou, em abril de 1970, a Amazônia Mineração S/A para explorar os minérios da Serra dos Carajás. Mas a recessão mundial iniciada em 1973 reduziu, entre outros fatores, o interesse da United States Steel pelo empreendimento. Em 1977, ela se retirou do projeto, ficando o capital da Amazônia Mineração S/A integralmente pertencente à CVRD, que, já em 1978, iniciou as obras de implantação do Projeto Ferro Carajás (PFC). Desde então, o projeto foi executado como prioridade de governo e, em 1985, a mesma começou a extrair e exportar minério de ferro (MACHADO, 1991).

Na esteira de incentivos a grandes projetos na Amazônia, o Pará iniciou os anos 2000 produzindo quase R\$ 4 bilhões por ano em minérios. Em 2012, o valor da produção atingiu praticamente a marca dos R\$ 26,2 bilhões e encerrou 2013 em R\$ 33,4 bilhões – destinada majoritariamente ao mercado externo (DNPM, 2013).

Na última década, na Amazônia, surgiram inúmeras frentes de extrativismo mineral. Em Parauapebas, por exemplo, a ampliação da produção de minério de ferro e manganês em Serra Norte, área do Programa Grande Carajás, se deu ao lado da abertura de novas minas de cobre e níquel, em municípios vizinhos. Isso, segundo Malerba (2012), permitiu à mineradora Vale – que em 2000 não produzia um grama de cobre – triplicar a produção brasileira, passando de 30 mil toneladas por ano, em média, para mais de 100 mil toneladas. Também possibilitou a ela investir R\$ 760 milhões numa usina de beneficiamento de níquel no município de Ourilândia do Norte, onde explora depósitos desse minério que se estendem até os municípios de São Felix do Xingu e Parauapebas.

Como boa parte dos bens minerais extraídos no País tem como destino o mercado externo, a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a expansão dos portos em São Luís entram na conta do *boom* mineral. Um fenômeno que impulsiona o desmatamento ilegal e a ampliação em alguns milhares de hectares de áreas de plantio de eucaliptos destinados à produção de carvão utilizado como insumo no processo de produção de ferro gusa pelas 14 siderúrgicas já instaladas ao longo da EFC (MALERBA, 2012).

Se no início da década passada a indústria mineral tinha participação pouco expressiva no Produto Interno Bruto (PIB), representando apenas 1,6%, sua contribuição disparou nesta década e já participa com 4,1% na economia nacional, conforme dados dos DNPM (2013). A tendência é crescer ainda mais nos próximos anos, elevando seu peso na geração de riquezas do País.

A história e a experiência em curso de expansão da mineração na América do Sul demonstram que a prioridade, em nome de um suposto interesse público, que é dada pelos governos em relação a outros usos econômicos e culturais dos territórios é implementada, muitas vezes, por meio da violência e da criminalização. E tende a provocar a perda das bases de reprodução socioeconômica dos grupos locais dado o caráter de controle e reorganização que a dinâmica mineral impõe aos territórios (MALERBA, 2012).

Não obstante, a eventual industrialização ao longo das cadeias siderúrgicas ou metalúrgicas, ao invés de fomentar a diversificação econômica e preparar as economias locais para o pós-extrativismo, tende a manter as sociedades reféns do minério, fortalecendo a dependência econômica e aumentando a chance de mais concessões ao setor para evitar depressões econômicas no processo de esgotamento das minas.

4 PROCESSO MIGRATÓRIO DE TRABALHADORES A PARAUPEBAS

No Brasil, a migração tem sido estimulada pela busca de melhores condições econômicas e pela falta de trabalho no local de origem (SÁ & BRITO, 2012). É esse o caso de milhares de trabalhadores nordestinos que rumam ao município de Parauapebas, onde a mão de obra “de fora” corresponde, segundo estatísticas oficiais, a 80% da força de trabalho local.

Com vistas a compreender o fenômeno migratório em que se transformou Parauapebas, para onde migra considerável número desses trabalhadores, destacadamente de origem do Estado do Maranhão, é preciso entender como se processaram historicamente as correntes migratórias no País e a dinâmica populacional dos nordestinos – neste caso, maranhenses – rumo ao Sudeste brasileiro, particularmente ao Estado de São Paulo.

Para ilustrar o número, a **Tabela 1**, a seguir, mostra o exemplo da mobilidade das populações nordestina e maranhense, com base nos dados do Censo 2010.

Tabela 1 – População do Nordeste e do Estado do Maranhão migrante pelo Brasil, segundo o Censo 2010

Região	Nordestinos	Maranhenses	População nordestina fora do Nordeste	População maranhense fora do Maranhão
Norte	1.306.864	744.190		
Nordeste	–	160.095		
Centro-Oeste	1.591.145	340.821		
Sudeste	6.360.878	277.074		
Sul	289.981	14.855	9.548.868	1.537.035

Fonte: IBGE, 2012 – Elaboração Própria.

Segundo Singer (1980), o fator que leva tanta gente a migrar está relacionado com as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando redução do nível do emprego, expulsando camponeses e pequenos proprietários, gerando fluxos maciços de emigração e reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de estagnação – associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. Decorre daí uma pressão

populacional sobre as terras que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por proprietários. Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo.

Para Singer, no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, haveria melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social. Por outro lado, os movimentos engendrados pelos fatores de estagnação levariam a uma maior dificuldade de inserção dos migrantes no local de destino, gerando, em alguns casos, uma re-emigração.

Becker (2006) observa que o modo dos deslocamentos tem se diversificado. Intensos fluxos de caráter rural–urbano ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, representativos de um período marcado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro.

Fontes (2008), ao analisar a experiência de trabalhadores migrantes nordestinos em São Miguel Paulista, entre 1945 e 1966, sinaliza para um avultado número de homens e mulheres que, partindo de diversos estados do Nordeste, se fixa na Região Metropolitana de São Paulo, o maior polo industrial do País:

A grande migração de trabalhadores rurais para as cidades foi um dos fatos marcantes da história social brasileira da segunda metade do século 20. A Região Metropolitana de São Paulo (como principal receptora) e o Nordeste (como região de origem de grande parte dos migrantes) possuem papel central nesse processo. A figura do trabalhador nordestino escapando da fome, miséria e, periodicamente, das secas, chegando à metrópole industrial em busca de emprego e melhores condições de vida, tornou-se um símbolo da migração no imaginário social brasileiro. São Paulo transformou-se em lugar de moradia e emprego para milhões de nordestinos (FONTES, 2008, p. 43).

A própria ideia-imagem dos nordestinos como corridos da fome, seca e miséria também é ressaltada e problematizada por Fontes (2008, p. 49), que considera a seca como “elemento adicional importante de incentivo às migrações”, mas não como o suficiente para seu entendimento.

Na análise de Secreto (2007, p. 36), “essas imagens impregnaram as narrativas de historiadores e sociólogos do século 20 e, ainda, as do presente”. Isso porque aparecem nas descrições e análises mais sensacionalistas e nas criteriosas.

A descrição do horror, intenta em se transformar num argumento, e isso acontece porque se julga que o que se quer narrar é totalmente estranho aos leitores e porque se absolutizou a relação entre o Nordeste, a seca e a miséria.

Para além disso, Fontes (2008) cita a importância das formas de apropriação da terra, os regimes de trabalho e a estrutura agrária nordestina na segunda metade do século 20 como poderosos estímulos à migração. Estabeleceram-se, então, migrações interestaduais de longa distância na década de 1970, especialmente a de nordestinos para o eixo Rio–São Paulo. Também, a de sulistas para o Centro-Oeste e Amazônia, responsáveis pela expansão e consolidação do mercado de trabalho em nível nacional. Multiplicaram-se as migrações de assalariados rurais temporários (volantes, boias-frias) especialmente para as colheitas de cana e laranja, expressão do subemprego sazonal e das relações de trabalho informais geradas pela modernização capitalista no campo. Fomentaram-se os deslocamentos sucessivos de “barrageiros” para a construção de grandes obras de infraestrutura, como em Tucuruí, no coração da Amazônia paraense (BECKER, 2006).

A propósito disso, o fluxo de trabalhadores maranhenses rumo ao município de Parauapebas a partir dos anos de 1990, atraídos pelas oportunidades na área da mineração, também entra na esteira da expansão capitalista decorrente da implantação de grandes projetos de exploração de recursos naturais na Amazônia. E tal processo não é novidade na literatura.

Se Parauapebas é, hoje, um centro de recepção de trabalhadores nordestinos migrantes em razão da mineração, no passado o foram alguns municípios do oeste de São Paulo em face do apogeu da cana-de-açúcar, cujos canaviais atraíram expressiva massa trabalhadora que fugia da falta de oportunidade em sua terra natal (ALMEIDA & LACERDA, 2010). De igual modo, exercendo papel de “meca” de mão de obra em potencial, funcionou o garimpo de Serra Pelada e, atualmente, funcionam os projetos de mineração instalados em Serra Norte, em Parauapebas.

4.1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS

Segundo Santos (1997), por todo o lugar sempre há alguém que não é natural deste ou daquele local. Assim, quem está fora do seu local de nascimento é

considerado migrante. A movimentação da população sobre o espaço seria a definição mais simples. Em conformidade com as argumentações de Santos, Augusto (2007, pg. 24) analisa o migrante como sendo “o indivíduo que mudou de local de residência, estabelecendo-se em outra unidade geográfica”.

No Brasil, há vários estudos produzidos por diversos autores, centros acadêmicos notáveis, órgãos oficiais e instituições privadas conceituadas, nos mais diversos campos do conhecimento, para tratar de migração e compreender alguns “fenômenos” regionais, a maioria voltada ao Nordeste do País, região sobre a qual há inesgotáveis fontes e referências de pesquisa no banco da Capes.

A despeito disso, vale considerar que a própria geografia das pesquisas sobre a migração é curiosa. Não é regra geral, ainda assim os estudos para o destino, ponto de chegada e ou fatores de atração são produzidos em sua maioria por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP). Já os estudos para analisar, sobretudo, a partida, o movimento de saída e ou fatores de expulsão são frequentemente realizados justamente de onde se migra – neste caso, o Nordeste, representado pelas universidades federais do Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), Pernambuco (UFPE) e Bahia (UFBA).

Mesmo havendo diversos estudos a respeito dos processos migratórios, “cabe às pesquisas nessa área continuar desvendando as especificidades e os problemas que acompanham os vários deslocamentos, em toda a sua complexidade” (DERMATINI & TRUZZI, 2005 p. 88). Não obstante, Dermatini & Truzzi (2005) observam que atualmente a discussão em torno da questão é feita, principalmente, sob o ponto de vista das ações econômicas:

Se no Brasil, por um lado, a mobilidade era até a década de 1990 vinculada às condições climáticas e à busca pelo trabalho, por outro lado, na contemporaneidade, esses deslocamentos referem-se às relações sociais, políticas e ideológicas produzidas nos espaços de origem e de destino dos migrantes, relações estas que se transformam, também, em função de uma lógica estrutural do movimento do capital (DERMATINI & TRUZZI, 2005, p. 59).

Na concepção de ser um “fato social”, com observa Sá (2011, p. 17), “a migração é, por isso, tecida de relações entre gentes e lugares: lugares de partida e de chegada; gentes que partiram e que ficaram”. Ela é, também, um fenômeno cuja

mobilidade fomenta “um emaranhado de circunstâncias em que indivíduos se sujeitam ao partir de sua terra de origem em direção a um local desconhecido” (SÁ & BRITO, 2012, p. 2).

Não raro, as idas e vindas são representadas por migrações temporárias que se configuram no deslocamento de indivíduos, em geral, com baixa escolaridade e pouco poder econômico. Para Fonseca (2009, p. 1), “o migrante migra”, mas não abandona totalmente seu local de origem, “retornando periodicamente”.

Outrossim, haja vista a um cenário de desemprego, desqualificação, exclusão social e outras formas de não valorização do trabalhador, “migrar vem se tornando necessidade para milhões de pessoas em muitas partes do mundo” (DERMATINI & TRUZZI, 2005 p. 57), embora estes mesmos autores considerem o fato de que migrar pode também não ser opção de melhorar de vida, visto que, na maioria dos casos, tanto para os que partem quanto para os que ficam, a condição de migrante pode ser frustrante no que concerne ao sonho não realizado no local de destino.

No Brasil, por exemplo, o Censo Demográfico 2010 aponta que muitos brasileiros já não moram mais em suas cidades de origem. Um total de 78.840.311 pessoas já havia migrado alguma vez na vida, por algum período de tempo (IBGE, 2012). Disso se pode inferir que alguns municípios pouco têm a oferecer a seus moradores no que tange à oferta de trabalho.

A propósito, a própria história nacional é marcada por fatores relacionados ao fenômeno migratório, especialmente no final do século 19. Nesse caso, o período da escravatura foi decisivo nessa trajetória. Com o fim do sistema econômico baseado no escravismo e a abolição da escravatura, que, por sua vez sustentava o trabalho nas lavouras de café e na mineração, o País passou a subsidiar imigrantes europeus para substituir o trabalho escravo (SÁ & BRITO, 2012).

Entretanto, segundo Fonseca (2009), de País que há mais de um século era receptor de imigrantes, o Brasil passou a enviar os filhos seus a outros países na década de 1980 em razão de um período que ficou conhecido como “década perdida”. Os Estados Unidos foram um dos países que mais receberam emigrantes brasileiros, pois oferecia mais oportunidades de emprego e salários elevados em relação à Ilha de Vera Cruz¹⁰.

¹⁰ Ilha de Vera Cruz ou Terra de Vera Cruz foi o primeiro nome dado pelos portugueses ao Brasil, assim que aportaram em solo brasileiro em 1500, segundo retratam os livros de história nacional.

Em movimento contrário, com a crise econômica deslançada em 2008 nos países desenvolvidos, a imigração para o Brasil vem se alterando, de modo que os brasileiros estão procurando retornar ao País, ao passo que a economia nacional está se elevando em relação à dos países desenvolvidos (SÁ, 2011). Além disso, o próprio avanço brasileiro no cenário internacional tem feito com que estrangeiros passem a procurar o Brasil como local de trabalho e até a investir nas áreas tecnológicas, contribuindo assim para inversão no processo migratório do País.

4.2 NORDESTE COMO CENTRO EMISSOR DE MIGRANTES

A manifestação dos deslocamentos é diversa, e a mais frequente é, sem dúvidas, a migração de trabalhadores. No Brasil, sabe-se que esses deslocamentos são motivados, no mais das vezes, pela falta de oportunidade na terra natal ou de onde se partiu. De acordo com Gonçalves (2001, p. 179), no que diz respeito às migrações internas, “será preciso encarar alguns nós ou estrangulamentos que (...) fazem parte da formação econômica e política do Brasil. Fazem parte, igualmente, da formação histórica e cultural de nossa sociedade”.

Martins et al. (2010) apontam que, no ápice das migrações internas no Brasil, no século 20, a Região Nordeste – que chegou a 2013 com 55.794.694 habitantes (IBGE, 2013) – foi destaque, particularmente por causa da seca, o que extinguiu postos de trabalho na área rural e, por conseguinte, deu origem a fluxos migratórios que se espalharam por todo o País. Nas palavras de Secreto (2007, p. 45), “a imigração nordestina é um fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século 19” e se tornou pauta de debates entre autoridades imperiais e oligarcas e proprietários regionais. O contingente cada vez mais significativo de retirantes passou a exigir a elaboração de medidas emergenciais e de políticas de incentivo à migração.

No que pese as migrações nordestinas em sua totalidade, estas foram motivadas, sobretudo, pelo clima seco do semiárido, mas na contemporaneidade a razão dos deslocamentos é a busca de trabalho, haja vista grande parte dos municípios ainda não oferecer oportunidades de emprego a seus jovens (SÁ & BRITO, 2012). Sobre isso, Singer (1976) afirma que as populações migrantes são

provenientes de áreas em processo de estagnação, seja econômica ou social (problemas estruturais). A falta de oportunidade de trabalho, saúde, habitação, entre outras privações, são motivações para a saída das áreas do Nordeste com destino a outras que possam oferecer tais necessidades.

Durhan (1973, p. 112) detalha que no Nordeste as motivações que levam o trabalhador rural a sair do seu local de origem rumo à cidade são “porque a roça era muito difícil”. Aliadas a esses argumentos, motivações de parentes que estão se dando bem na cidade influenciam. A autora confirma o argumento de que o trabalho é um fator de grande motivação para se migrar, considerado possibilidade de prosperidade.

Na outra ponta, na visão de Brito & Ribeiro (2010), a não assimilação da “qualificação” pelo migrante gera a ele próprio subintegração ao mercado, ou melhor, desenvolve a economia informal como meio de permanência naquele local para onde migrou, visto antes como lugar de oportunidade para “melhorar de vida”.

Grande parte dessa população migrante se desloca em função de ausência de trabalho nos seus locais de origem, pela falta de um sistema de saúde que atenda as suas necessidades básicas e de educação para seus filhos. No entanto, há um questionamento a ser feito; o que esse migrante tem para oferecer a esse local que se busca? Grande parte desses migrantes possui apenas a força de trabalho e nenhuma qualificação (profissional e relações sociais e valores). Inicia-se o dilema na grande cidade: sem dinheiro, sem casa, sem trabalho e com a família muitas vezes acompanhada (BRITO & RIBEIRO, 2010, p. 6).

Sob outra perspectiva, Brito & Ribeiro avaliam que a migração das áreas rurais, notadamente do Nordeste, confere significativas contribuições aos centros urbanos, sobretudo do Sudeste, por meio da cultura, da culinária e das práticas agroecológicas, como composição de hortas e plantação de espécies nos quintais de casa. Tais atividades, segundo os autores, podem ser, inclusive, um meio para oferecer geração de trabalho e renda a uma grande parte de trabalhadores migrantes com experiências no labor rural e que não conseguem se encaixar no mercado de trabalho dos locais para onde migram.

Aliás, uma justificativa dada pelos mesmos autores para a dificuldade de o migrante encontrar oportunidade no local de destino reside em haver diferenças significativas entre local de partida e local de chegada. Segundo eles, os fatores relacionados ao local de origem são rapidamente analisados e julgados. Todavia, os relacionados ao local de destino não são conhecidos (BRITO & RIBEIRO, 2010).

4.3 SUDESTE COMO CENTRO DE ATRAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Um dos destinos mais procurados dos trabalhadores nordestinos migrantes, durante décadas, foi – e ainda é, em números absolutos, segundo as estatísticas oficiais – a Região Sudeste, notadamente o Estado de São Paulo, este o qual chegou a 43.663.672 habitantes em 2013 e é, de longe, a Unidade da Federação mais populosa do País. No passado, o cultivo da cana-de-açúcar tornou-se característica desse Estado, após campanha, por parte do Governo Federal, do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) nas décadas de 1970 e 1980.

A implantação desse programa, cujo objetivo era apresentar saída à crise do petróleo diante da grande elevação de preço entre 1973 e 1974, poderia ser dividida em duas fases distintas: a primeira, iniciada em 1975, baseando-se principalmente no aproveitamento da capacidade ociosa do setor, na implantação de destilarias anexas às usinas de açúcar já existentes e na produção de álcool anidro para ser misturado como aditivo à gasolina; e a segunda, iniciada no ano de 1979, quando álcool não apenas seria utilizado como aditivo à gasolina, mas também passaria à condição de combustível para consumo direto dos automóveis brasileiros, adaptados para funcionar com esse novo combustível a partir de 1980 (COLETTI, 1998).

Atualmente, vem ocorrendo a reestruturação do programa que, na visão de Almeida & Lacerda (2010), poderia ser designado novo Proálcool, fomentado por meio de medidas governamentais, haja vista o setor sucroalcooleiro movimentar R\$ 20 bilhões anualmente e receber diversas formas de incentivo.

De acordo com Costa & Cleps (2009), a cultura da cana trouxe investimentos e desenvolvimento e, por conta da pequena quantidade de habitantes em alguns municípios, houve crescente procura por mão de obra. Devido à propulsão da atividade açucareira em São Paulo e às dificuldades enfrentadas pela população nordestina, foi registrado intenso deslocamento de habitantes para o Sudeste, em busca de trabalho e melhor condição de vida para suas famílias. Por consequência, milhares de homens e mulheres nordestinos tomaram o rumo do interior paulista.

Oliveira (2007) afirma que os cortadores de cana são, em geral, migrantes de outras regiões do País e que até alguns anos atrás a maior parte deles era oriunda do norte de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e de alguns estados do Nordeste (Pernambuco, Paraíba e Bahia). Hoje, destaca-se aumento no contingente de mão

de obra migrante, não só para São Paulo, mas também para todos os estados do Centro-Sul, que estão expandindo a produção canavieira.

Silva (2008) confirma e atualiza a informação de Oliveira ao dizer que, até os anos de 1990, a maioria dos migrantes era proveniente da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará, mas que, na etapa atual do processo de expansão da lavoura canavieira, trabalhadores dos estados nordestinos Piauí e Maranhão também acabaram atraídos.

A partir dos finais da década de 1990, no entanto, assiste-se ao processo de mudança desta cartografia migratória. Muitos dos migrantes atuais são provenientes do Maranhão e Piauí, estados que, no passado, tinham pouca ou nenhuma participação neste processo (...). Uma das explicações dada para a mudança da cartografia migratória reside no fato de que houve uma enorme intensificação do ritmo do trabalho nos canaviais paulistas, traduzidas em termos da média de cana cortada, em torno de 12 toneladas diárias (SILVA, 2008, p. 1).

Segundo Antico (1997, p. 99), a complexidade da relação migração–emprego pode ser vista como parte do processo de reestruturação produtiva, que, com mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho, torna-se elemento fundamental para o entendimento da nova configuração espacial da migração e urbanização. Nesse aspecto, cabe destacar o fato de que o fluxo populacional entre os estados brasileiros mudou ao longo dos anos. Na década de 1980, por exemplo, era crescente o movimento rumo às capitais. Atualmente, os migrantes procuram cidades do interior, buscando emprego.

No caso específico da migração de trabalhadores nordestinos rumo aos canaviais do interior paulista, tal processo, para ser compreendido, depende de vários fatores, conforme Costa & Cleps, mas um deles é mais esclarecedor: o fato de que o fluxo migratório se dê pela procura de trabalho numa região em que sabem que sua mão de obra é extremamente necessária.

Quanto ao retorno desses migrantes, as autoras citadas alegam que estes podem voltar ou não. E voltam quando têm dinheiro suficiente para pagar a viagem de retorno que, muitas vezes, é bem mais cara. Para Cardoso (2008, p. 6), é fundamental deixar claro que “a migração é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas”.

Alves (2007) considera expulsão o fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa a reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para sobrevivência. Nesse ínterim, a procura por São Paulo denota que os deslocamentos populacionais continuam com a ideia da “busca por uma vida melhor” (COSTA & CLEPS, 2009).

4.3.1 Migração de Trabalhadores Maranhenses aos Canaviais de São Paulo

Em decorrência da necessidade crescente de mão de obra no oeste paulista, foram registrados deslocamentos intensos de trabalhadores oriundos do Piauí e do Maranhão à região. Segundo Silva (2008), com a concorrência alta, há necessidade de se destacar no corte da cana haja vista os trabalhadores rurais receberem de acordo com sua produção. Assim, a figura do “bom cortador de cana”¹¹ é a de que sobreviverá por algumas safras, visto que o cansaço o esgotará em breve.

Mas apesar do fluxo migratório rumo à região de Ribeirão Preto (SP), estudos realizados para os locais de destino mostram que a oferta de emprego diminuiu. Ao escrever sobre as oportunidades nos canaviais do município de Morro Agudo (SP), na região de Ribeirão Preto, Silva (2007, p. 276) afirma que há pouca oferta de trabalho e, fazendo alusão à população migrante, destaca que “Morro Agudo está cheio”. A **Tabela 2** fornece a dimensão da representação da população maranhense em São Paulo e nas demais Unidades da Federação onde esse grupo é numeroso.

Tabela 2 – Unidades da Federação fora do Nordeste com maior concentração de nordestinos e maranhenses, segundo o Censo 2010

Unidade da Federação	População Total	Nordestinos	(%)	Maranhenses	(%)
SP	41.262.199	4.628.959	11,22	163.447	0,4
RJ	15.989.929	1.149.692	7,19	80.581	0,5
PA	7.581.051	724.901	9,56	463.697	6,12
GO	6.003.788	676.064	11,26	161.712	2,69
DF	2.570.160	602.104	23,43	119.995	4,67

Fonte: IBGE, 2012 – Elaboração Própria.

¹¹ Idem, p. 201.

Interessante destacar a síntese que Costa & Cleps (2009) fazem acerca do movimento migratório de trabalhadores maranhenses rumo aos canaviais do interior de São Paulo. Tomando o caso do município de Morro Agudo, por exemplo, elas concluem que muitos que para lá migraram resolveram fixar moradia no município, ao passo que os que retornam ao Maranhão, no ano posterior, voltam a São Paulo trazendo consigo, desta vez, novos migrantes ávidos por emprego e uma nova vida.

A propósito, a migração dos trabalhadores maranhenses coincide com a expansão da lavoura da cana-de-açúcar no Brasil. O crescimento do plantio no Estado de São Paulo ocorreu em razão do estímulo do Governo Federal à produção de etanol. É nessa seara, que a partir dos anos 2000, a expansão da cana-de-açúcar vem mudando significativamente, e em São Paulo está ocorrendo com mais intensidade na porção oeste, com destaque para as regiões de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, o que está provocando mudanças decisivas na Geografia do Trabalho (CARDOSO & THOMAZ JR., 2009).

No caso particular da migração de trabalhadores maranhenses rumo às atividades ligadas ao agronegócio e à monocultura da cana-de-açúcar no oeste paulista, Carneiro & Moura (2008) revelaram como se dá esse fluxo por meio de seu estudo “Migrações no Maranhão Contemporâneo”, iniciado em 2005 e realizado nos municípios maranhenses de Timbiras, Codó e São José dos Basílios.

Das famílias entrevistadas no decorrer da pesquisa em Timbiras, 63% têm pelo menos um membro trabalhando fora do município. Em São José dos Basílios, o percentual é de 42%, e de 24% em Codó, cujo percentual bem menor está associado ao fato de o município possuir algumas indústrias e funcionar como centro regional, com capacidade própria de geração de ocupação e empregos (CARNEIRO & MOURA, 2008).

Ainda de acordo com Carneiro & Moura, a dificuldade em manter trabalho e os fatores de atração colaboram para que os agricultores migrem para outros estados à procura de emprego. Inclusive, muitas usinas paulistas chegam a enviar profissionais para recrutar trabalhadores no Maranhão e no Piauí. Nos cálculos dos pesquisadores, cerca de 60% da mão de obra de Timbiras estão fora de lá.

Outrossim, a migração relaciona-se ao fato de que há poucas possibilidades de trabalho nessa região, entre elas a atividade agrícola. Após identificar os motivos do deslocamento, eles observaram que os trabalhadores têm que manter famílias grandes, com média de cinco pessoas, mas a atividade agrícola, principal fonte de

renda da área do estudo, não supre as necessidades dos agricultores. Além do mais, na atividade agrícola, os trabalhadores não são os proprietários das terras na qual realizam os serviços; a maioria dos espaços é arrendada. Para piorar, um terço da produção é destinado ao proprietário da terra e o que sobra é pouco, o que faz com que as famílias sintam dificuldade em se manter¹².

Em outro trabalho sobre a migração de maranhenses rumo aos canaviais do interior de São Paulo, Carneiro et al. (2008, p. 18) indicam que a maior parte dos camponeses que viviam de forma subordinada no interior de latifúndios até os anos 1970 foi ou está sendo expulsa para os bairros de Timbiras, para as “pontas de rua”. Bairros, a saber, recém-construídos ou ressignificados nos últimos anos para abrigar famílias de origem camponesa expulsas ou forçadas por limitações estruturais de permanecer com a família no trabalho na terra seja ela uma posse ou uma pequena propriedade fundiária.

Na análise de Silva (2012), a intensificação de uma territorialidade de “ponta de rua” na cidade está associada aos processos de expropriação e expulsão verificados ao longo das quatro últimas décadas e, sobretudo, nos anos 1990 e 2000, frutos da concentração fundiária no âmbito local, que acelerou o crescimento demográfico urbano. Por sua vez, a falta de oportunidades de emprego na sede do município deu significado à construção de territorialidades migratórias em diferentes, novas e mais distantes regiões do Brasil.

No arremate da questão, Silva elucida a migração maranhense para o trabalho nos canaviais paulistas a partir de determinantes estruturais que atingem tanto o município de moradia do núcleo ou tronco familiar do trabalhador rural no Maranhão quanto a região onde situa a cidade paulista que ficará alocado durante o período desse deslocamento.

No Maranhão, a estrutura fundiária, concentrada nas mãos de famílias que detém o controle do poder político local ou de grupos econômicos extrarregionais, garante a exploração rentista da terra. Tal concentração fundiária assenta-se também nos projetos agropecuários que possibilitaram a grande criação de gado, ancorada em um movimento agressivo e massivo de despejo e expropriação de famílias que há gerações moravam no interior dos latifúndios, na condição de moradores, posseiros e foreiros, dispersos pelo interior da área municipal de Timbiras (SILVA, 2012, p. 250).

¹² Op. cit.

Em síntese, a concentração fundiária regional é um dos elementos estruturais que, no dizer de Carneiro et al. (2007), conservam as migrações de trabalhadores maranhenses para o corte de cana em São Paulo, juntamente com as oportunidades de trabalho no local de destino, conforme explicou Silva (2007), e com a falta de perspectiva de vida e oportunidade de trabalho, da feita como elencaram Carneiro & Moura (2008).

Não distante da realidade no Sudeste, essa mesma questão é parte do enredo que mobilizou milhares de maranhenses à Amazônia. Em estudo das transformações da estrutura agrária no século 20 no Maranhão, Almeida & Mourão (1976, p. 11) apontam como um dos impactos do adensamento das correntes migratórias de nordestinos, a partir de 1920, a escassez de terras nas áreas de ocupação mais antiga que “será uma das causas da migração de camponeses maranhenses, juntando-se ao fluxo de nordestinos, em direção à Amazônia”.

4.4 MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES NORDESTINOS À AMAZÔNIA

Ao passo que se a migração do Nordeste para o Sudeste se processava com intensidade, é verificada uma intensa corrente migratória de nordestinos que tomaram o rumo da Amazônia, em diferentes capítulos e períodos econômicos da história nacional, também sob o argumento de mudar de vida e fazendo com que atualmente a população seja de mais de 25 milhões de habitantes¹³.

De acordo com Ferreira (2010), no século 19, as migrações de nordestinos, subvencionadas e incentivadas por passagens distribuídas pelo Estado, tiveram dois principais destinos: as plantações de café do Sudeste e o seringalismo na Amazônia. Outros deslocamentos se dirigiam espontaneamente, segundo a autora, para áreas úmidas.

Um desses movimentos espontâneos é percebido no sudeste do Estado do Pará e se refere às “bandeiras verdes”, que, sob o olhar de Almeida (1995, p. 93), são um grupo “[...] dirigido sempre para uma terra onde as folhas nunca secam. Mais

¹³ A Amazônia é a região com a maior taxa de crescimento demográfico do País, segundo o IBGE. Em 2000, a população da região era de 19.878.779 habitantes e uma década mais tarde já era 24.074.677 residentes, distribuídos em 775 municípios. O dado informado no texto refere-se à Estimativa da População realizada pelo IBGE em 2013.

ou menos o sul do Pará e o oeste do Maranhão, onde as folhas nunca secam, onde as águas sempre correm”.

Nascimento (1998) se debruça sobre essa questão e discute duas correntes migratórias para Amazônia, que ocorreram em dois momentos e que vão ter forte influência na produção do espaço regional: a primeira corrente refere-se a nordestinos que migraram no final do século 19 e cujo processo tinha característica de ser migração familiar e sertaneja; e a segunda diz respeito ao período de 1943 a 1945, motivado pela Batalha da Borracha.

De acordo com a autora, as migrações nordestinas para Amazônia sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca. Os pequenos agricultores são os que primeiro sentem os efeitos da mesma. Historicamente, além de serem a maioria da população rural sertaneja, eles não tinham alternativa a não ser migrar.

Boa parte da bibliografia existente sobre o tema enfatiza que os nordestinos, principalmente os sertanejos, migram para outras regiões ou até mesmo para a capital em função das secas que assolam o sertão do Nordeste. O fenômeno da seca é usado como fator de entendimento da migração, e, com isso, esconde-se a questão fundamental, que é a estrutura fundiária nordestina, que vem ao longo de todos esses anos propiciando a expulsão de milhares de pessoas para outras regiões do País (NASCIMENTO, 1998, p. 14).

Conforme Medeiros Filho & Souza (1984), a migração em direção à Amazônia deu seus primeiros passos na grande seca entre 1877 e 1879. À época, também, o surgimento do Ciclo da Borracha transformou-se em grande polo de atração para as populações rurais do Nordeste. E alguns donos de seringais se deslocavam até o Nordeste com o objetivo de recrutar trabalhadores para os seringais, propagando serem elevadas as quantias pagas a eles, que, ao desembarcarem em Manaus e Belém, eram logo levados para as zonas produtoras do látex (NASCIMENTO, 1998).

Nunes (2006, p. 4) confirma que a presença de nordestinos nos núcleos colônias agrícolas se intensifica, principalmente a partir de 1877 em razão da estiagem que atingiu o nordeste brasileiro. A seca que assolou as províncias do Ceará, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Maranhão e que nos dizeres de José Joaquim do Carmo “esterilizou a terra, empobreceu e lançou na miséria o homem”, motivou o deslocamento de uma grande quantidade de retirantes para a Amazônia.

No período de 1890 até 1910, o contingente de pessoas saídas para a Amazônia não teria sido inferior a meio milhão. E foi a mão de obra dos migrantes nordestinos que elevou a produção da borracha em 40% do total da exportação brasileira já em 1910. O índice de migração foi tão alto nesse período que preocupou os grandes proprietários nordestinos de terras, pois deixava desfalcado de mão de obra o meio rural do Nordeste¹⁴.

Já na seca de 1904, o Brasil estava no auge de dois momentos econômicos: o da borracha, na Amazônia, e o do café, no Centro-Sul, havendo, inclusive, incentivo do governo em forma de passagens gratuitas para que os migrantes pudessem se deslocar para essas regiões. “Mesmo aqueles que não queriam sair do Nordeste eram compelidos, pois o governo utilizava-se da força policial para obrigá-los a migrar” (MEDEIROS FILHO & SOUZA, 1984, p. 59).

O segundo momento da migração de nordestinos rumo à Amazônia ocorre a partir do envolvimento do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em 1942, quando o governo brasileiro forneceu contingentes militares para as frentes de combate e firmou acordos internacionais visando a desenvolver a produção da borracha na Amazônia.

De acordo com Martinello (1985), em 1942, ano de grande seca no Nordeste, contingentes significativos de retirantes chegaram à Amazônia. Como consequência dessa migração, estimava-se que o número de seringueiros chegava a 34 mil, com produção média anual de 16 mil toneladas de borracha. Para aumentar a produção anual para 45 mil toneladas em 1942, 60 mil em 1943 e 100 mil em 1944, como era o desejo dos estadunidenses, seria necessário, pelo menos, quintuplicar o número de extratores, e, por isso, o governo brasileiro criou a Batalha da Borracha.

Para a viabilização desses milhares de extratores que seriam convocados para a “batalha”, foram criados pelos governos brasileiro e estadunidense vários órgãos e instituições que se encarregariam de financiamento, recrutamento, transporte, alojamento, assistência médico-sanitária e alimentação para os que lutariam nessa batalha. Mas, dada a precariedade de recursos materiais disponíveis para transporte e alojamento, era quase impossível naquele momento recrutar milhares de pessoas, como queriam os altos escalões do governo estadunidense. O governo tinha como meta recrutar e transportar para Amazônia mais de 50 mil trabalhadores solteiros. Os esforços para atraí-los estavam estampados nas

¹⁴ Ibidem.

propagandas não só no Nordeste, mas também em outras regiões, com promessas de auxílios aos familiares que ficariam nos lugares de origem (NASCIMENTO, 1998).

Nessa seara, a participação do Governo Federal foi ativa, e o próprio presidente Getúlio Vargas desencadeou vasta propaganda no sentido de sensibilizar a população brasileira para que se engajasse na “batalha” em “defesa da pátria ameaçada”, como mostra a mensagem aos “soldados da borracha”:

Seringueiros: Dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidos sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas, toda a nação: homens e mulheres, velhos e crianças. A vós desbravadores da Amazônia sois os mais importantes soldados. Unidos veremos sibilhar a bandeira do Brasil (JORNAL O ACRE, n. 742 de 20.05.43, Rio Branco, Acre apud NASCIMENTO, 1998, p. 10).

Mas, de acordo com Martinello (1985), em 1943, sabia-se da situação de penúria em que se encontravam os dependentes dos “soldados da borracha”; por isso, e por acordos que não foram cumpridos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, por meio das pessoas que estavam à frente dos órgãos e instituições, a Batalha da Borracha¹⁵ atingiu o insucesso e chegou ao fim.

Enquanto o primeiro movimento migratório havia sido organizado, de início, à maneira tradicional com os sertanejos (...) este novo contingente ampliou-se e “enriqueceu-se” com outros elementos regionais desconhecidos e estranhos ao próprio meio e à história econômica e demográfica da Amazônia: cariocas do morro e da cidade, fluminenses de Niterói e do interior do Rio, capixabas de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e de Salvador, pernambucanos de Recife, mineiros da capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, engraxates, choferes de caminhão, operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes; trabalhadores braçais e agricultores, cujo sedentarismo não podia vencer a emoção psicológica da aventura há muito recalcada e comprimida, eis a grande “arca de Noé” que formava esta segunda leva de “soldados da borracha” (MARTINELLO, 1985, p. 40)

Evidentemente, as propagandas do Estado utilizadas a pretexto de recrutar os trabalhadores nordestinos para os seringais da Amazônia foram exercidas sem

¹⁵ Segundo Nascimento (1998), nas trincheiras da Batalha da Borracha, milhares de “soldados” foram exterminados pelas doenças que os debilitavam sem terem o mínimo de assistência, abandonados pelos “comandantes” no meio da “batalha”, vítimas do descaso do governo e seus representantes, além de lutarem praticamente a vida toda.

limites, sempre mostrando que os “soldados” ficariam ricos com facilidade, além de “servir a pátria”. Todos esses engodos, de acordo com Nascimento (1998), usados como atrativos pelo governo e seus representantes contribuíram para arrastar milhares de migrantes viajando em condições perigosas.

A realidade, no mais das vezes, era uma viagem longa e cansativa, em navios superlotados, sem o mínimo conforto, onde se espremiavam mais de mil pessoas – homens, mulheres e crianças – gerando caos e tumulto num moderno navio negreiro. A alimentação era de péssima qualidade. Segundo os depoimentos dos “soldados da borracha”, colhidos pela autora, eles eram “amontoados como animais, sofrendo fome e humilhações”. Nas pousadas, ficavam esperando dias ou meses até chegarem aos seringais. “Neste exército da borracha morreram mais soldados do que no exército da Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália, para onde foram enviados nos período de junho de 1944 a fevereiro de 1945 um total de 25.334, pessoas”¹⁶.

4.4.1 Migração de Trabalhadores Nordestinos ao Pará

A desconcentração produtiva em nível nacional e suas repercussões no processo de especialização das regiões trazem, principalmente à Amazônia, uma preocupação importante levantada por Guimarães Neto (1995), no que diz respeito à ocupação e à fragmentação do território amazônico e, particularmente, do Estado do Pará, onde atualmente residem 7.969.655 habitantes (IBGE, 2013).

Segundo Tobias (2003), a população nordestina no Pará é bastante significativa em todas as décadas e entre todos os migrantes das Grandes Regiões do País: 83% em 1940, 79% em 1950 e 79% em 1960. O Ceará, no período analisado, tem o maior número de migrantes no Pará entre todas as unidades da Federação: 40%, 37% e 43%, respectivamente. Juntamente com o Maranhão, eles representam 57%, 56% e 62%, respectivamente.

A grande novidade da década de 60 refere-se ao “saldo” (diferença entre o número dos não naturais no Pará e o número de paraenses fora do Pará) que é

¹⁶ Ibidem, p. 12.

positivo. São 171.119 pessoas não naturais versus 135.428 paraenses em outras Unidades da Federação. Os nordestinos continuam liderando o ranking da migração, e as regiões Norte e Sudeste são os principais alvos dos emigrantes paraenses.

A década de 70 vai ser um período que marca reversão das migrações internas para o Pará e, para entender o período mais intenso da imigração, deve-se buscar o significado da importância do território paraense nessa iniciativa do governo em colonizar a Amazônia (TOBIAS, 2003).

Conforme os resultados do Censo Demográfico de 1980, o Pará torna-se o estado da Região Norte a receber o maior número de migrantes interestaduais, por conta da colonização dirigida à Amazônia. A Rodovia Belém-Brasília é o principal corredor no sentido Sul-Norte que vai integrar a parte oriental da Amazônia ao Centro-Sul do Brasil, e a Rodovia Cuiabá-Santarém, o corredor responsável por facilitar o acesso à parte ocidental da Amazônia. A Rodovia Transamazônica é considerada como o principal corredor no sentido Leste-Oeste nessa empreitada de integração nacional e, obviamente, o de possibilitar acesso adequado para o deslocamento da população nordestina à região.

Segundo Mahar (1978), estimulando-se a migração interna por essas estradas, raciocinava-se que as pressões demográficas no Nordeste poderiam ser aliviadas, ao mesmo tempo em que se obteria a ocupação produtiva da Amazônia.

Após uma década de intenso movimento de migração para o Estado do Pará, propiciado pelas políticas de ocupação da Amazônia, os resultados da década de 70 apresentaram-se, pouco estimulantes diante das expectativas criadas pelo Governo Federal de integração nacional necessária para o desenvolvimento nacional, redução dos desequilíbrios regionais e crescimento econômico para a Amazônia (TOBIAS, 2003).

A necessidade de uma integração nacional emerge, pois, espontaneamente, como uma realidade imprescindível à continuidade do crescimento do “centro” dinâmico e, portanto, do sistema como um todo. É essa realidade que, somada às tensões da periferia deprimida e às exigências de segurança nacional, levam a conscientização sobre a necessidade de uma política de integração nacional (BECKER, 1982, p. 27).

Conforme Tobias (2003), a necessidade de um programa de migração teria de ser fundamental para viabilizar esse grande projeto de expansão da fronteira preferencialmente agrícola e socialmente distributiva, de modo a criar expectativas

na população excedente do Nordeste e de amenizar as tensões sociais na estrutura fundiária do Sul do País. Todavia, somente a divulgação do oásis amazônico não seria suficiente.

Almeida (1992, p. 85) observa, por seu turno, que o progressivo “fechamento da fronteira por dentro e por fora” provocou tensões sociais crescentes em torno da terra, levando à Amazônia e, destacadamente, ao Pará o próprio problema fundiário das regiões mais antigas – que, aliás, se esperava que a Amazônia solucionasse. “Nesse sentido, o Estado foi ativo durante a década de 70, homogeneizando a questão fundiária no Brasil.¹⁷”

Ainda assim, o fracasso dos programas específicos de colonização e as políticas de crédito que subsidiavam a execução dos projetos de assentamento e da colonização particular fizeram com que as migrações com destino à Amazônia arrefecessem. O processo de urbanização decorrente do fechamento da fronteira estimula o processo de crescimento das cidades, embora mais lento do que ocorrera nas principais regiões receptoras de população no País (TOBIAS, 2003).

Não obstante, a chegada desse contingente populacional a cidades que não estavam preparadas para acolher as vítimas do modelo concentrador de terras promoveu a aglomeração de pessoas – no início, nas periferias; posteriormente, nos núcleos das cidades – que passaram a viver em condições precárias.

Moura & Moreira (2000) destacam que nos anos de 1980 ampliou-se o afastamento do setor público na definição da política social de ocupação da fronteira. Consolidou-se, desta forma, o processo de fechamento de vastas extensões de terra à população excedente, destituída da posse, um dos pilares do projeto inicial de ocupação da fronteira, particularmente da fronteira amazônica.

No Pará, alguns projetos específicos no setor da indústria da transformação mineral e alguns pontos específicos de atividade garimpeira ainda estimulam a migração interestadual, reforçando as evidências de que, segundo Tobias (2003), as trajetórias migratórias, no período 1981-1991, são mais concentradas em determinados polos de desenvolvimento, principalmente na Mesorregião Sudeste Paraense. Também, específicos são os estados que remetem população ao Pará.

A primeira metade da década de 1980 assinalou uma redução da imigração interestadual em todo o território nacional, por conta da crise econômica que se

¹⁷ Idem, ibidem.

abalou sobre o País. No Pará, a concentração da propriedade da terra, a redução dos investimentos nos setores mais dinâmicos da economia paraense (indústria e serviços) e os conflitos sangrentos entre especuladores fundiários de toda ordem devem ser considerados fatores importantes que permitiram esfriamento temporário da migração interestadual (TOBIAS, 2003).

Entretanto, a partir de 1986, a imigração interestadual ganha maior volume, repetindo o mesmo ocorrido nos anos 70, quando a maioria dos migrantes interestaduais encontrava-se com menos de cinco anos ininterruptos de residência no Estado do Pará.

O setor mineral contribuiu para o aumento da migração intraestadual, à medida que foi e ainda é um dos principais recrutadores de mão de obra. A imigração de pessoas para as atividades de instalação das fábricas e dos núcleos habitacionais constituiu-se numa das mais perversas situações para as pessoas que migravam para as áreas dos projetos, pois, terminada essa fase, a maioria da população era despedida e passava a engrossar as periferias de cidades na circunvizinhança dos grandes projetos (TOBIAS, 2003, p. 43).

Em números, a migração interestadual paraense no período 1981-1991 – aquela população que deu entrada no território paraense e que estava residindo nele havia menos de dez anos ininterruptos – contabilizou 400.159 pessoas, das quais 18.170 constituíam-se de paraenses retornados. A migração interestadual do Estado do Pará correspondeu a 8,8% sobre a população não migrante; na Mesorregião Sudeste Paraense essa participação era de 34,2%, isto é, de cada 100 pessoas residindo nesta mesorregião, 34 estavam domiciliadas lá há menos de dez anos. “Em resumo, os nordestinos participam com 59% dos migrantes do Pará no período 1981-1991, destacando-se o Maranhão com 39% desse contingente populacional.”¹⁸

Ainda conforme Tobias, a migração de nordestinos, com destaque para os maranhenses, ganha impulso rumo ao Pará a partir de 1985 e o que explica isso é a estagnação econômica do Maranhão durante o período de consolidação de grandes projetos de extração mineral e da melhoria e expansão das estradas no Pará, aspectos que eliminaram obstáculos intervenientes na dinâmica territorial do Estado. A corrida pelo ouro em determinados pontos das mesorregiões Sudeste e Sudoeste Paraense também mobilizou fluxo considerável de trabalhadores migrantes para o Pará, com destaque para Serra Pelada.

¹⁸ Ibidem, p. 53.

Atualmente, os números do Censo 2010 cruzados com as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) de 2004 e 2012, realizadas pelo mesmo instituto, dão dimensão da dinâmica populacional que se processa nos estados nordestinos e que, de certo modo, trazem implicações ao Estado do Pará.

Segundo Oliveira & Oliveira (2011), no Nordeste, os estados do Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba experimentaram arrefecimento para absorver população. Áreas antes consideradas de rotatividade migratória, como Piauí e Alagoas, tornaram-se de baixa e média evasão migratória, respectivamente; e Rio Grande do Norte e Paraíba reduziram sua capacidade de absorver população. Bahia e Maranhão continuaram como regiões expulsoras de população, embora com índice classificado como de baixa evasão migratória. Sergipe, Pernambuco e Ceará foram classificados como áreas de rotatividade migratória.

Em razão da queda na procura pelo Pará, por parte dos maranhenses, em números absolutos, o Estado mudou sua classificação quanto à capacidade de absorção migratória. Deixou de ser área de baixa atração e passou a ter baixa evasão populacional, tendo o Maranhão como seu principal destino. É uma espécie de retorno populacional do que se verificou, com muita intensidade, nas décadas de 1980 e 1990, quando milhares de maranhenses marchavam rumo ao Pará, fugindo da seca em sua terra natal e aventurando-se atrás de terras ou para trabalhar em fazendas, garimpos e projetos de mineração no coração da Floresta Amazônica.

O Maranhão, de “expulsador”, passou a ser a oitava Unidade da Federação no ranking das que tiveram maior retorno de migrantes, visto que 16,43% dos maranhenses que saíram do Estado desde 2004, para viver em outras Unidades da Federação, voltaram em 2009 (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011). Nesse movimento de retorno, das 230.440 pessoas que foram morar no Maranhão, entre 2000 e 2010, 59.827 eram do Pará; 37.327, do Piauí; 21.470, de São Paulo. Os piauienses representavam 34,9% da população; os cearenses, 17,8%; os paraenses, 12,7%. O número de migrantes do Pará no Maranhão cresceu entre 1991 e 2010, ao contrário dos estados do Ceará e do Piauí (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011; IBGE, 2012). Em 2013, a população do Estado do Maranhão chegou a 6.794.298 habitantes.

O **Quadro 2** sintetiza os grandes períodos e os motivos que marcaram as maiores diásporas de nordestinos e maranhenses rumo ao Sudeste, representado pelo Estado de São Paulo, e rumo à Amazônia, penetrando o Pará, as duas regiões para as quais eles marcharam em maior volume de indivíduos.

Quadro 2 – Comparativo das principais movimentações de nordestinos no País em diversos momentos históricos

MOVIMENTAÇÃO NORDESTINA	NO CENTRO-SUL	NA AMAZÔNIA
1º Momento	1970 – 1980	1870 – 1910
De onde partiram	BA, CE, AL, PE e PI = 12 milhões	CE, SE, AL, PE, RN, PI e MA = 500 mil
Para onde foram	São Paulo	Pará
Onde se instalaram	Noroeste paulista (microrregião de Ribeirão Preto).	Nordeste paraense (microrregião de Bragança) e Sul paraense (microrregião de Conceição do Araguaia).
Motivação	1) O Governo Federal implantou o Proálcool que atraiu milhares de nordestinos que fugiam da seca, da fome e da concentração fundiária; 2) com a industrialização e o crescimento acelerado das metrópoles, notavelmente São Paulo, muitos nordestinos deixaram sua terra natal para “ganhar a vida” na cidade grande.	O Ciclo da Borracha atraiu milhares de nordestinos para trabalhar nos seringais. Até mesmo donos de seringais saíam da Amazônia para recrutar trabalhadores no Nordeste. Nesse momento, as secas prolongadas, que deixaram as terras estéreis, foram responsáveis por enxotá-los.
2º Momento	2005 – 2010	1970 – 1985
De onde partiram	MA e PI = 200 mil	MA, PI, BA e CE = 3 milhões
Para onde foram	São Paulo	Pará
Onde se instalaram	Oeste paulista (microrregiões de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto).	Sudeste paraense (microrregiões de Marabá, Paragominas e Redenção); Terra do Meio (microrregião de Altamira); e Sudoeste paraense (microrregiões de Santarém e Itaituba).
Motivação	O Governo Federal ressuscitou o Proálcool, em nova conjuntura e interesse, o que atraiu milhares de maranhenses e piauienses, os quais deixaram seus lugares de origem pelos mesmos motivos de outrora.	1) O Governo Federal promoveu colonização dirigida e abriu rodovias com vistas a promover a integração nacional, o que atrai grande quantidade de nordestinos vitimizados pela concentração fundiária; 2) o surgimento de fronteiras agrícolas, a descoberta de jazidas minerais e a abertura de garimpos atraíram trabalhadores migrantes sem perspectivas em sua terra natal.
População atual	4.628.959 nordestinos em SP, sendo 163.447 do MA.	724.901 nordestinos no PA, sendo 463.697 do MA.
Outras regiões	RJ (nas décadas de 1920 e 1970); DF (década de 1950); MG (década de 1960); MT e RO (década de 1970); e RR (década de 1980) receberam significativa população nordestina migrante.	

Fonte: MARTINELLO (1985); NASCIMENTO (1998); TOBIAS (2003); COSTA & CLEPS (2009), IBGE (2012) – Elaboração Própria.

4.5 MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES MARANHENSES A PARAUAPEBAS

Apesar de o Pará vir perdendo seus cidadãos maranhenses para o Maranhão, como apontam as análises de Oliveira & Oliveira, com base no Censo 2010, um movimento contrário a isso tem sido registrado no município de Parauapebas, desde o final dos anos de 1980, conforme os próprios números dos censos demográficos realizados em 1991, 2000 e 2010, vezes em que a população de Parauapebas foi contabilizada. O município se tornara ao longo dos anos o destino imediato para onde os maranhenses se dirigem no Pará.

A fim de compreender o deslocamento dos maranhenses a Parauapebas, é preciso considerar alguns elementos anteriores ao contexto atual, em que a mineração emerge como responsável – direta e indiretamente – pela atração populacional. De acordo com Tobias (2003), os grandes projetos de mineração também tiveram sua importância no desenvolvimento econômico e social nas regiões onde foram implantados, como no caso de Parauapebas e entorno¹⁹, muito embora seus produtos sejam direcionados ao exterior. Não obstante, as migrações internas são reflexos dessas evidências. Ao fazer análise contextual do panorama das migrações no sudeste paraense, nos anos 2000, ele escreve o seguinte:

Recentemente a Companhia Vale do Rio Doce²⁰, a maior companhia do mundo a explorar minério de ferro, está mobilizando investimentos nas jazidas de cobre em determinados pontos da Mesorregião Sudeste Paraense. Canaã dos Carajás, por exemplo, com mais de 23 mil habitantes, é a mais nova cidade do Pará, despontando como centro aglutinador de população e de investimentos estaduais nos setores de saneamento básico e energia. O exemplo de Canaã dos Carajás será refletido em Marabá, em Parauapebas, Eldorado do Carajás e tantos outros municípios da Mesorregião (TOBIAS, 2003, p. 157).

Os migrantes de outros estados representavam, no ano 2000, em torno de 14,8% de todos os migrantes da Mesorregião Sudeste Paraense. Em 2010, quando a mesorregião chegou a 1.647.514 moradores, um total de 996.819 habitantes eram

¹⁹ Parauapebas é o centro de uma microrregião homônima que congrega, além do município-sede, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado do Carajás, todos os quais criados nas décadas de 1980 e 1990 e cujas origens estão ligadas, principalmente, à extração mineral. Com 283.946 habitantes (IBGE, 2013), a microrregião de Parauapebas é uma das sete que compõem a Mesorregião Sudeste Paraense, segundo o IBGE – as demais são Marabá (com cinco municípios), Tucuruí (com seis), Redenção (com sete), Paragominas (com sete), Conceição do Araguaia (com quatro) e São Félix do Xingu (com cinco).

²⁰ Em 2007, a empresa mineradora passou a usar o nome e a marca de tão somente Vale.

paraenses e outros 412.718 eram nordestinos, sendo que 294.135 destes eram maranhenses. Assim, do total da população, 39,5% eram migrantes. Para atualizar, em 2012 a população do sudeste paraense chegou a 1.719.989 habitantes distribuídos em 39 municípios. Então, de fato, a migração interestadual confirma o importante papel de fronteira que a mesorregião representou, sobretudo nos anos de 1980, conforme anteriormente exposto, não somente para o Pará, mas também para a Amazônia no contexto das migrações internas no Brasil.

Nesse ínterim, o município de Parauapebas, emancipado oficialmente em 10 de maio de 1988, após ter sido desmembrado do município de Marabá, encontra-se assentado numa região que, nas décadas de 1960 e 1970, foi considerada a principal área de fronteira agrícola do Pará (MOURA & MOREIRA, 2000), onde se destacaram a produção extrativa vegetal, a pecuária e a indústria extrativa.

4.5.1 Histórico da Movimentação Humana no Município de Parauapebas

Em Parauapebas, há um mito histórico e consagrado de que a ocupação municipal só começara a partir do momento em que os minérios de Serra Norte foram descobertos, no final da década de 1960, precisamente em 1967. Mas, em verdade, existem referências à atual área do município de Parauapebas desde o século 19 – inclusive com a ocupação dos índios Kayapó em extensa parte do território municipal. E todo o histórico registrado pela literatura, para antes de 1967, leva em consideração o município em sua formação inicial, a qual compreendia as terras de Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás. O município atual sofreu redução de 10.260,37 quilômetros quadrados a partir de 1991, com o desmembramento dos municípios de Água Azul e Canaã (este último em 1994).

De acordo com o naturalista e professor francês Henri Coudreau²¹ (1980), contratado pelo então Governo do Pará em 1895 para fazer levantamentos sobre os recursos naturais na Amazônia paraense, em 1872 os primeiros nordestinos

²¹ As viagens realizadas por Coudreau renderam diversos livros, como *Viagem ao Tapajós: 28 de julho de 1895 – 7 de janeiro de 1896* e *Viagem ao Xingu: 30 de maio de 1896 – 26 de outubro de 1896*. Sua passagem pelos rios do Sudeste Paraense (Tocantins, Itacaiúnas e Parauapebas) rendeu a obra *Voyage à Itaboca et à L'itacayuna* (traduzido para o português como *Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas*), lançada em 1897, dois anos antes da morte de seu autor.

migrantes e a população existente trabalhavam em extração de látex e coleta de castanha-do-pará. Esses migrantes – que, segundo Silva (2006), fugiam das condições de extrema pobreza no Maranhão e da seca no Ceará e no Piauí – deram os primeiros passos na área de Marabá, hoje pertencente a Parauapebas.

Entre 1898 e 1919, a infraestrutura montada na época da borracha foi gradativamente transferida para a exploração da castanha, o que foi possível devido ao fato de serem atividades econômicas do mesmo tipo (COUDREAU, 1980). De acordo com registros de historiadores, os trabalhadores seguiam em caravanas e montavam acampamentos dentro da floresta, mas não suportavam as condições inóspitas do ambiente (SILVA, 2006).

Nas duas primeiras décadas do século 20, é registrada outra frente de ocupação do atual Parauapebas, quando aportaram em Marabá diversos migrantes que tomaram o rumo da selva paraense, descendo o Rio Tocantins, para trabalhar caçando caucho, árvore da qual se extrai o látex para fabricação de borracha, produto tão valioso naquele momento (SILVA, 2006).

Ao mesmo tempo, muitos ambientalistas, ecologistas e curiosos também fizeram parada em Marabá, via Rio Tocantins, para desbravar a natureza selvagem da região. Conforme o livro *Fauna da Floresta Nacional de Carajás: Estudos Sobre Vertebrados Terrestres*, uma produção inédita de autoria de diversos biólogos da região e do país, a primeira e mais antiga foto de um animal da região é a de um tamanduá-mirim tirada em 1920, na Flona de Carajás, por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Como a Flona se localiza no município de Parauapebas, e não há registro fotográfico mais antigo, a imagem do tamanduá é pioneira no município. Ela consta dos arquivos do MPEG (MARTINS, 2012).

Ainda na década de 1920, as frentes migratórias para Marabá e que permitiram movimentação mais intensa em Parauapebas tinham como foco a extração e comercialização da castanha-do-pará. Nesse período, prevaleceu a migração temporária, em razão da safra da castanha, e os principais indivíduos que circularam nas terras parauapebenses saíam do Baixo Tocantins, no Pará; do então norte do Goiás, hoje Tocantins; e de várias regiões do Maranhão – deste último Estado em maior número (SILVA, 2006).

Na década de 1930, foi registrada nova frente de migração, realizada por garimpeiros que procuravam diamante nos pedrais do Rio Tocantins e, depois, avançavam aos rios Itacaiúnas e Parauapebas. Todos esses migrantes chegavam

primeiramente ao burgo de Marabá, que naqueles anos tinha não mais que 3 mil habitantes e 460 habitações, praticamente todas de palhoça e de taipa, conforme escreve Velho (1981) em seu livro *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*.

O mesmo rio por onde maranhenses, goianos e outros paraenses chegavam a Marabá, o Tocantins, o conduziam ao Rio Itacaiúnas, que deságua no Tocantins; e do Itacaiúnas ao Rio Parauapebas, já que este deságua naquele. Via Rio Parauapebas, que cortava a parte de terras que pertenciam ao município de Marabá, coletores de castanha, seringueiros e garimpeiros chegavam e se instalavam no solo parauapebense.

Entre 1939 e 1945, período da Segunda Guerra Mundial, o movimento Parauapebas adentro foi intenso, especificamente na porção norte do município atual. Isso porque a propaganda do governo Vargas, com vistas a atrair trabalhadores nordestinos para a produção de borracha na Amazônia, instaurou o imaginário sobre a Amazônia como “terra prometida”.

Secreto, em seu artigo *A Fronteira Amazônica no Governo Vargas: Campanhas da Borracha e Mobilização de Trabalhadores*, descreve um dos cartazes do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), do governo da época, o qual continha um mapa com braçais dirigindo-se para o Norte e uma frase de efeito: “Cada um no seu lugar!”.

Em Marabá e região, segundo Silva (2006), os moradores mais antigos geralmente têm algum parente que foi soldado da borracha e que, na procura do produto, se embrenhou nas matas de Parauapebas à procura de caucho e seringueira. A essa época, conforme Velho (1981), os maranhenses estavam deixando de migrar temporariamente para ocupar de vez as extensas terras de Marabá, de quem Parauapebas só ganharia alforria em 10 de maio de 1988.

Na década de 1950, o padre Barruel de Lagenest fez uma pesquisa em Marabá – a primeira de que se tem notícia – e constatou que 65% das pessoas que morriam eram maranhenses, 16% eram goianos e 10% eram piauienses. As mortes estariam relacionadas a doenças contraídas na mata durante os trabalhos de coleta de castanha e extração de látex nas porções oeste e sul do município, esta última porção onde hoje se encontra Parauapebas. As informações constam do livro de Lagenest, *Marabá: Cidade do Diamante e da Castanha*, datado de 1958. Até mesmo

os "casórios" da época já eram dominados pelos maranhenses, que respondiam, também, por 65% das uniões na região.

Os maranhenses posteriores que se instalaram de norte a sul no município de Marabá e, bem assim, em Parauapebas, passaram a desempenhar trabalhos na lavoura e nos castanhais da região. Vieira (1981) nota em sua dissertação de mestrado em Antropologia, *Caçando o Destino: Um Estudo Sobre a Luta de Resistência dos Posseiros do Sul do Pará*, que nos estados do Maranhão e do atual Tocantins ocorriam a concentração fundiária e o seu uso especulativo em função da abertura da Rodovia Belém-Brasília, o que implicou a expulsão de camponeses que migraram ao sudeste do Pará à busca de terras devolutas e de matas para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Isso significa que muitos dos migrantes maranhenses no Pará são frutos da diáspora nordestina intergeracional.

A atração de maranhenses pelo município na atualidade deve-se, entretanto, ao fator mineração, que, direta e indiretamente, fez a população dobrar entre 1991 e 2000 e, mais uma vez, dobrar entre 2000 e 2010, quando ocorreram os censos oficiais (IBGE, 2012). E embora se registre localmente que os primeiros habitantes chegaram na década de 1980 e que a conformação da sede urbana por parte da mineradora Vale tenha incentivado a mobilidade humana na região, é possível perceber que a movimentação a Parauapebas data de muito antes, inclusive com vários pesquisadores e auxiliares de campo a serviço da mineradora Vale e que se embrenharam nas matas do município, no final dos anos de 1960 e durante toda a década de 1970, para produzir diagnósticos ambientais relativos ao licenciamento de projetos de mineração.

Na década de 1980, de fato, o cenário alterou-se para dar lugar ao PGC, iniciativa do Governo Federal que visava à exploração e ao aproveitamento das jazidas de ferro (por meio do Projeto Ferro Carajás, PFC) e outros minérios de elevado valor comercial. Dentro dessa perspectiva, a Amazônia passa a ser vista como frente econômica de ação do capital e de controle político e estratégico do Estado nacional (TOBIAS, 2003).

De acordo com Souza & Brunele (2008), para instalação do PFC, no início da década de 1980, a Vale planejou dois núcleos urbanos, cada um com função específica. O primeiro abrigaria funcionários da Vale – geralmente vindos do Sudeste do País, envolvidos diretamente na extração mineral. Este, construído no

topo da serra, dotado de infraestrutura invejável, ficou conhecido como Núcleo Urbano de Carajás, uma espécie de *company town* ou cidade-empresa.

O segundo núcleo, no sopé da serra, foi construído para alojar mão de obra na construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), na construção civil da *company town* e na estrada de acesso ao núcleo. Foi denominado Cidade Nova (SOUZA & BRUNELE, 2008).

A implantação da primeira mina da Vale em Carajás atraiu funcionários da empresa e prestadores de serviço, que criaram um distrito a 160 quilômetros de Marabá. A mina começou a operar em 1985 e, um ano depois, teve início um movimento separatista. Em maio de 1988, quando tinha 10 mil habitantes, Parauapebas virou cidade (POLONI, 2010, p. 2).

A mão de obra, aliás, era de nordestinos, notadamente maranhenses e piauienses que não tiveram sucesso no garimpo de Serra Pelada, para onde foram inicialmente atraídos, na sanha de “bamburrar” com ouro fácil. Essa condição ratifica as hipóteses de Tobias, de que grande parte das pessoas que migrou a Parauapebas, na década de 1980, tinha como destino as regiões de garimpo.

A propósito, o número de pessoas ocupadas em Parauapebas e região, entre os migrantes interestaduais, já apresentava, desde o primeiro censo realizado no município, equilíbrio nos principais setores econômicos, tendo a indústria extrativa mineral vantagem sobre os demais. Em Parauapebas, a categoria de trabalhadores autodeclarada “produtores autônomos” emerge no Censo de 1991, grande parte dos quais proveniente do Maranhão e 98% são do sexo masculino (TOBIAS, 2003).

Fica claro, assim, que a potencialidade econômica das regiões envolvidas²² nas trocas de população foi decisiva na consolidação da dinâmica migratória de Parauapebas. No caso específico deste município, a mobilidade espacial do capital, por ser crescente, cria a necessidade de difusão dos equipamentos urbanos mínimos para a reprodução da força de trabalho e para a circulação do capital. Entre esses equipamentos, há um que é o símbolo-mor como condutor populacional, literalmente, quando se fala em migração: a Estrada de Ferro Carajás, a mesma que conduz o minério explorado na província de Carajás (COSTA, 2008).

A EFC, em seus 892 quilômetros de extensão, passou a funcionar em 1987 com o trem de passageiros, o qual faz linha de Parauapebas a São Luís, capital

²² No caso das regiões, tem-se, de um lado o Maranhão, como exportador de migrantes, por conta da seca, do desemprego e da concentração fundiária (NUNES, 2006); de outro, o sudeste paraense, com os minérios, a necessidade de mão de obra e as terras “inabitadas” (TOBIAS, 2003).

maranhense, num percurso de 860 quilômetros. A EFC é a maior ferrovia brasileira no transporte de passageiros. São 25 localidades (15 delas cortadas pela ferrovia) e 13 estações, quatro no Pará e nove no Maranhão. O trem é o transporte mais barato para chegar a Parauapebas e, para muitos, o único. Ele leva 1.300 passageiros, em média, a cada viagem (COSTA, 2008; VALE, 2012).

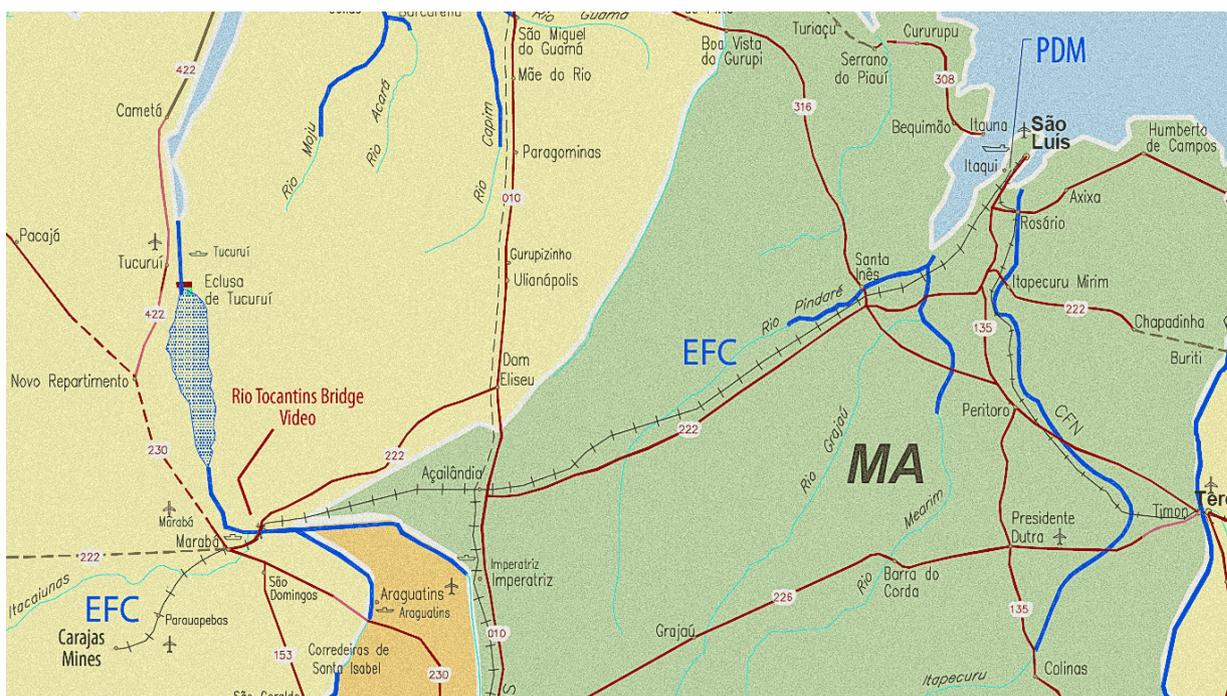


Figura 2 – Circuito da Estrada de Ferro Carajás, entre Parauapebas e São Luís (Fonte: Vale, 2012)

Para viajar pela ferrovia, paga-se R\$ 88 na classe executiva e R\$ 44 na classe econômica, de Parauapebas a São Luís. O trem circula seis dias por semana, fazendo esse percurso nas segundas, quintas e sábados; e retornado da capital maranhense nas terças, sextas e domingos. Uma viagem partindo de Parauapebas para São Luís e vice-versa, é realizada em intervalo de tempo de 17 horas. Em face da facilidade e do preço mais acessível, em relação ao deslocamento rodoviário, muitos trabalhadores e famílias de municípios como Santa Inês, no Maranhão, migraram a Parauapebas, aventurando-se a novas perspectivas de vida.

Um diagnóstico socioeconômico encomendado em 2010 pela empresa Vale às consultorias Arcadis Tetraplan e Amplo, para consubstanciar a duplicação da EFC e a construção de um ramal ferroviário interligando o projeto de mineração S11D, no município de Canaã dos Carajás, à própria EFC, em Parauapebas, revela

que Santa Inês, Zé Doca, Açailândia, Caxias, Santa Luzia e a própria capital maranhense são os municípios que mais enviam migrantes ao sudeste paraense.

Com o elevado fluxo migratório rumo a Parauapebas, a infraestrutura tornou-se insuficiente para dar apoio ao Projeto Ferro Carajás, implementado pela Vale, e ineficiente para atender as famílias que ainda hoje chegam e conferem ao município de Parauapebas crescimento demográfico superior à média brasileira.

4.5.2 Aspectos Demográficos

Os grandes projetos para explorar metais que colocaram Parauapebas no mapa do emprego nacional na década de 1980 são os responsáveis pelo fluxo migratório intenso de que o município tem sido alvo (SOUZA, 2012). Na **Tabela 3**, é possível verificar a representatividade da Região Nordeste na composição da população municipal e o fato de que, embora tenha perdido participação percentual, em relação à Região Norte, ainda contribui com quase metade do bolo demográfico.

Tabela 3 – Composição da população de Parauapebas por região em 2010

Lugar de Nascimento	População			Percentual		
	2000	2010	2013	2000	2010	2013
Total	71.568	153.908	176.582	100,00	100,00	100,00
Região Norte	31.177	72.873	84.305	43,56	47,35	47,74
Região Nordeste	32.665	67.906	78.588	45,64	44,12	44,51
Região Sudeste	3.313	5.296	6.125	4,63	3,44	3,47
Região Sul	482	790	908	0,67	0,51	0,51
Região Centro-Oeste	3.914	5.657	6.534	5,47	3,68	3,70
Brasil sem especificação	8	1.295	0*	0,01	0,84	0,00
País estrangeiro	9	92	122	0,01	0,06	0,07

Fonte: IBGE, 2013 – Elaboração Própria.

*Os valores para 2013 foram redistribuídos entre os estados.

O município – cuja sede está localizada a 647,2 quilômetros (GUIA QUATRO RODAS, 2012) da capital do Pará, Belém – dobrou seu número de habitantes (**Tabela 4**) entre os censos 2000 e 2010, saltando de 71.568 para 153.908 residentes. Apenas em número de migrantes, em dez anos, Parauapebas recebeu 71.111 novos moradores. Nenhum município brasileiro com essa faixa populacional

creceu tanto no período, entre os 283 existentes à época do censo (IBGE, 2012). De 2010 a 2013, Parauapebas recebeu mais de 22 mil habitantes, praticamente uma cidade de Canaã dos Carajás – que, em 2010, tinha 20.727 habitantes.

Tabela 4 – Número de habitantes em Parauapebas entre 2000 e 2013

Ano	População Total	População Urbana*
1991 ⁽¹⁾	53.335	27.443
2000 ⁽¹⁾	71.568	59.239
2001 ⁽²⁾	75.524	
2002 ⁽²⁾	78.303	
2003 ⁽²⁾	81.428	
2004 ⁽²⁾	88.519	
2005 ⁽²⁾	91.621	
2006 ⁽²⁾	95.225	
2007 ⁽³⁾	133.296	118.847
2008 ⁽²⁾	145.326	
2009 ⁽²⁾	152.777	
2010 ⁽¹⁾	153.908	138.690
2011 ⁽²⁾	160.228	144.381**
2012 ⁽²⁾	166.342	149.891**
2013⁽²⁾	176.582	159.118**
2014⁽⁴⁾	184.140	165.929

Fonte: IBGE, 2013 – Elaboração Própria.

(1) Censo Demográfico; (2) Estimativa da População; (3) Contagem da População; (4) Previsão.

*Disponível apenas para os censos oficiais. ** Estimativa do Autor.

Atualmente, 90,11% da população parauapebense²³ residem na sede. O crescimento verificado entre 1991 e 2000 foi de 3,32% ao ano, e entre 2000 e 2010 foi de 7,96% ao ano, uma taxa praticamente sem igual na Amazônia e só menor que a de 15 municípios brasileiros, num universo de 5.565 à época do Censo 2010.

Em Parauapebas, o crescimento demográfico é acelerado por dois fatores: o número de nascimentos (em média, 3.394 por ano) e o número de migrantes que chegam ao município anualmente (10.814 pessoas, em média – e, destes, 5.887 de fora do Pará), segundo o IBGE (2012). Entre os migrantes (**Tabela 5**), a maioria é do sexo masculino e tem mais de 18 anos – portanto, mão de obra em potencial.

²³ Estatísticas da Prefeitura Municipal de Parauapebas apontam que o município registrou 218.104 habitantes em 2011; 257.418 habitantes em 2012; e 263.843 em 2013, crescendo à taxa de 18,03%. Na área urbana, seriam 214.435 residentes em 2011; 249.981 residentes em 2012; e 255.811 em 2013 espalhados em 55 bairros (BLOG DO ZÉ DUDU, 2014). Devido ao fato de os números locais não terem rigor científico, os valores divulgados são desprezados para a presente Dissertação.

Tabela 5 – População migrante em Parauapebas, segundo o Censo 2010

Lugar de Nascimento	População			Percentual		
	2000	2010	2013*	2000	2010	2013
Total	71.568	153.908	176.582	100,00	100,00	100,00
Rondônia	102	179	214	0,14	0,12	0,12
Acre	28	49	54	0,04	0,03	0,03
Amazonas	143	264	303	0,20	0,17	0,17
Roraima	21	165	196	0,03	0,11	0,11
Pará	28.785	67.863	78.500	40,22	44,09	44,46
• Parauapebas	19.214	41.672	47.818	26,85	27,08	27,08
Amapá	65	263	302	0,09	0,17	0,17
Tocantins	2.034	4.091	4.736	2,84	2,66	2,68
Maranhão	24.292	54.359	62.885	33,94	35,32	35,62
Piauí	3.109	5.673	6.570	4,34	3,69	3,72
Ceará	2.202	2.996	3.471	3,08	1,95	1,97
Rio Grande do Norte	280	593	693	0,39	0,39	0,39
Paraíba	397	504	588	0,56	0,33	0,33
Pernambuco	563	1.019	1.175	0,79	0,66	0,67
Alagoas	129	184	214	0,18	0,12	0,12
Sergipe	11	59	72	0,02	0,04	0,04
Bahia	1.682	2.519	2.920	2,35	1,64	1,65
Minas Gerais	2.263	3.416	3.952	3,16	2,22	2,25
Espírito Santo	450	617	712	0,63	0,40	0,40
Rio de Janeiro	152	293	340	0,21	0,19	0,19
São Paulo	448	970	1.121	0,63	0,63	0,63
Paraná	332	555	641	0,46	0,36	0,36
Santa Catarina	37	112	125	0,05	0,07	0,07
Rio Grande do Sul	113	123	142	0,16	0,08	0,08
Mato Grosso do Sul	63	145	160	0,09	0,09	0,09
Mato Grosso	249	549	641	0,35	0,36	0,36
Goiás	3.482	4.776	5.519	4,87	3,10	3,13
Distrito Federal	119	187	214	0,17	0,12	0,12
Lugar não definido**	9	1.295	0*	–	–	–
Exterior	9	90	122	–	–	0,07

Fonte: IBGE, 2013 – Elaboração Própria.

*Os valores para 2013 foram redistribuídos entre os estados.

Descontados os totais de habitantes que falecem e que migram, o município fica com saldo vegetativo de 8.234 novos habitantes por ano, ou ao menos 676 por mês, ou pelo menos 22 por dia. Só Belém recebe ou vê nascer mais pessoas no

Estado. Em toda Amazônia, que tem 775 municípios, Parauapebas só fica atrás de Manaus, Porto Velho, São Luís, Belém, Palmas, Ananindeua e Cuiabá em recepção de novos moradores. No País, é o 54º em atração de migrantes²⁴.

A maior parte dessa população é constituída por trabalhadores (ou mão de obra em potencial) nordestinos, que, como dito anteriormente, aportam em solo parauapebense atraídos pelos projetos de extração de minério.

No contexto da migração, o IBGE aponta que a população nordestina chegou a 67.906 habitantes (44,12%) em Parauapebas, e a concentração de maranhenses atingiu 54.359 pessoas (35,32%) – portanto, maior que a população natural do município, que é de 41.672 habitantes. É expressiva a presença de piauienses, segunda massa humana com 3,69% de participação; de cearenses, 1,95%; e de baianos, 1,64%. São consideráveis também – embora não sejam nordestinas – as populações de goianos (3,1%), tocantinenses (2,66%) e mineiros (2,22%).

Se apenas a população maranhense em Parauapebas fosse um município em particular, ela seria o 30º mais populoso do Pará, atrás de Monte Alegre (55.462 habitantes) e à frente de Acará (53.569); e o 20º do Maranhão, entre Grajaú (57.457) e Barreirinhas (54.327). No Brasil, excetuando-se 19 municípios do Maranhão, apenas Brasília (119.995), São Paulo (56.461) e Teresina (56.349) têm população de maranhenses superior à de Parauapebas, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2012).

Para ilustrar esses números, Poloni (2010) descreve:

A fama de Eldorado (país lendário e cheio de riquezas que existiria na América do Sul) ainda atrai muita gente para Parauapebas. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas desembarcam na cidade, mas entre os moradores é comum ouvir que esse número esteja perto de três mil pessoas ao mês. Uma parte deles chega de trem. Três vezes por semana, o trem para 1,1 mil pessoas sai de São Luís, no Maranhão, percorre 892 quilômetros e passa por 25 cidades e povoados antes de chegar a Parauapebas. A bordo, pessoas vindas de várias partes do Nordeste, principalmente do Maranhão, que buscam emprego e, principalmente, uma vida melhor. Numa segunda-feira de abril, José Augusto Serra desembarcou na cidade com uma mochila nas costas e pouco dinheiro no bolso. Não sabia onde passaria a primeira noite, mas já tinha programa para o dia seguinte. “Amanhã cedo saio em busca de trabalho”, disse Serra (POLONI, 2010, p. 1).

²⁴ O crescimento demográfico do município suscita muitas especulações e mexe com o ideário de órgãos locais e empresas. Em 2006, a mineradora Vale encomendou estudo segundo o qual a população do município chegaria a 500 mil habitantes em 2014 (DIAGONAL URBANA, 2007). Pouco tempo depois, a estimativa foi rebaixada a 300 mil para 2014 (PREMIUM ENGENHARIA, 2010). Há inúmeros órgãos oficiosos que dão conta de que o município já ultrapassara aos 500 mil habitantes.

Sathler et al. (2009) analisam que o modelo de migração de trabalhadores para a mineração em Parauapebas é um dos exemplos de desequilíbrios percebidos na Amazônia, uma vez que os projetos da Vale atraem pessoas que não conseguem inclusão na economia local e encontram condições precárias para sobrevivência econômica e reprodução social. Isso fica claro quando Poloni (2010) ilustra:

Outrossim, o fenômeno demográfico em que se transformou o município vai ao encontro do que nota Becker (1990) acerca da Amazônia, onde o controle da terra, a política de migração induzida pelo Estado e o incentivo a empreendimentos de grande porte asseguraram o desenvolvimento da fronteira urbana. Tal fronteira funcionou como recurso estratégico para a rápida ocupação da região, reproduzindo características de fronteira econômica, com “o monopólio dos meios de produção – matérias-primas, mão de obra e terras” (BECKER & MIRANDA, 1987, p. 5).

Em face de seu crescimento acelerado e dadas as (re) classificações, de diversos órgãos e pesquisadores, da importância de uma cidade para determinada região, é mais razoável, em contexto de Parauapebas, utilizar a de Sposito (2001), segundo quem uma cidade média tem entre 100 mil e 500 mil habitantes. Nesse ínterim, a sede urbana de Parauapebas emerge como centro subregional, já que seu raio de influência extrapola os limites municipais e atinge Canaã dos Carajás (a 76,51 quilômetros), Curionópolis (a 41,99) e Eldorado do Carajás (a 67,19), tendo, contudo, algum grau de subordinação a Marabá (a 167,66 quilômetros), onde está concentrada a maioria dos serviços e representações de órgãos públicos.

Parafraseando Becker & Miranda (1987), Parauapebas assumiu o papel de mediação entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a ressocialização da população migrante, força de trabalho móvel característica de seu tipo de fronteira. Por seu turno, Palheta (2004) questiona se os municípios em área de mineração ou sob a influência da Vale, como é Parauapebas, têm tido condições de dar oportunidade de trabalho a todos os seus habitantes.

4.5.3 Estatísticas de Trabalho

No que diz respeito aos números do trabalho, a população economicamente ativa em Parauapebas é de 68.549 pessoas, conforme o último censo. Destas,

apenas 6.826 são trabalhadores naturais do município, enquanto 61.723 são de fora – sendo 51.187 de outros estados e 10.536 de outros municípios do Pará. A força de trabalho maranhense em Parauapebas é de 30.200 pessoas (IBGE, 2012).

Já a população economicamente ativa ocupada é de 63.804 pessoas. Desse total, 5.695 são parauapebenses e 58.109 trabalhadores são de fora do município. No total, 11.916 desses trabalhadores são oriundos de outros municípios do Pará e 46.193 nasceram noutros estados, 22.385 deles no Maranhão (IBGE, 2012).

Tabela 6 – População Economicamente Ativa (PEA) e População Economicamente Ativa Ocupada (PEAO) em Parauapebas, por local de nascimento

PEA Total	PEA natural de Parauapebas	PEA de outros Municípios do PA	PEA de outros Estados	PEA do MA
71.569	6.826	10.536	51.187	30.200
PEAO Total	PEAO natural de Parauapebas	PEAO de outros Municípios do PA	PEAO de outros Estados	PEAO do MA
63.804	5.695	11.916	46.193	22.385

Fonte: IBGE, 2012 – Elaboração Própria.

Nas minas de ferro e manganês de Carajás, a Vale gerava, em 2010, um total de 4.325 empregos próprios e 2.726 terceirizados, totalizando 7.051 oportunidades. Em 2002, os empregos próprios eram pouco mais de mil trabalhadores (**Tabela 7**).

Tabela 7 – Total de empregados da Vale em Carajás entre 2002-2006 e 2010

Ano	Ferro	Manganês	Outros	Total
2002	943	93	45	1.081
2003	956	95	54	1.105
2004	976	98	65	1.139
2005	1.352	144	98	1.594
2006	2.579	142	153	2.874
2010	3.980	160	185	4.325

Fonte: ENRÍQUEZ, 2007a; AMPLO, 2011 – Elaboração Própria.

O número de empregos começou a crescer principalmente a partir de 2005. Em 2006, o total de empregados terceirizados era 9.500, ou seja, para cada emprego direto na mineradora, havia três empregados em firmas terceirizadas (ENRÍQUEZ, 2007a). Mas o total despencou para pouco mais de 2.700 quatro anos mais tarde.

Atualmente, no entanto, com a desmobilização de diversos serviços e a exaustão de algumas minas, muitos trabalhadores têm sido desligados, sendo os maranhenses a maioria porque ocupam postos cada vez menos essenciais na cadeia produtiva e geralmente em empresas subsidiárias da Vale, grande parte das quais têm encerrado contrato com a mineradora. As informações dessa dinâmica social do trabalho constam de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (2013), por meio dos microdados da Relação de Informações Sociais (Rais).

Nas contas do IBGE (2012), Parauapebas possui 5.675 trabalhadores na indústria extrativa. Porém, sabe-se que alguns deles rompem os limites municipais em seu ofício, como os casos de moradores da cidade que se deslocam diariamente para trabalhar em minas localizadas em Canaã dos Carajás – o que torna a sede de Parauapebas uma cidade-dormitório.

Por seu turno, existia – até antes da crise que afetou as minas de Carajás – um estoque de trabalho da ordem de 10.833 postos²⁵ em Parauapebas. Do total de empregos formais, 9.465 estão na indústria extrativa e outros 1.368, na transformação mineral (MTE, 2013). A mineração é a terceira atividade que mais emprega em Parauapebas, sendo que ao menos 5.500 maranhenses trabalham diretamente no setor (MTE, 2013).

A empregabilidade também tem a ver com o momento – bom ou mau – por que passa o setor mineral, o que geralmente é refletido pelo preço das *commodities* no mercado internacional. Em 2002, ano de poucos empregos diretos, o preço médio da tonelada de minério de ferro explorado em Carajás e exportado pela Vale era de US\$ 35. Em 2011, devido ao superconsumo asiático, especialmente da China, o preço médio da tonelada chegou a US\$ 190 (VALE, 2012), mas os reflexos da crise financeira mundial fizeram, em 2012, os preços oscilarem entre 99,47 e 147,85 dólares (ADIMB, 2012; SIMINERAL, 2013).

Segundo o Simineral (2013), o ganho real da remuneração no setor extrativo mineral é um dos maiores entre as atividades econômicas pesquisadas no Pará. A remuneração média aumentou de R\$ 3.214,24 em 2009 para R\$ 4.717,90 em 2010 – crescimento relativo de 46,78%. É o subsetor de atividade econômica que paga os mais elevados salários no Estado.

²⁵ No cruzamento entre os dados do MTE e do IBGE, é possível concluir que ao menos um de cada cinco trabalhadores do município está diretamente empregado no setor mineral.

5 PARAUPEBAS E A MINERAÇÃO

No cenário mundial, o Brasil se destaca como um dos maiores exportadores de *commodities*, especialmente de minérios. Segundo Schappo (2008), isso é importante para manter a balança comercial favorável, além de gerar divisas em níveis federal, estadual e nos municípios onde grandes projetos se encontram instalados. Depois de Minas Gerais, o Estado do Pará é o segundo maior produtor nacional de minérios, grande parte deles voltada à exportação. Em decorrência do dinamismo proporcionado pelo setor mineral, as dinâmicas socioeconômica e demográfica não param de se mover (SIMINERAL, 2013).

Projetos mineiros pujantes poderiam contribuir para dinamizar a economia dos locais onde se estabelecem e potencializar o desenvolvimento de outros setores econômicos, como o comércio, além da possibilidade de elevar positivamente os índices sociais da região (MINÉRIOS & MINERALES, 2011). Exemplo disso ocorre no município de Parauapebas, onde está localizada a maior mina de ferro de alto teor do mundo, na região conhecida internacionalmente como Carajás.

O município, um dos que mais atraem migrantes no Brasil, é também o maior minerador e arrecadador nacional de *royalty* de mineração, uma taxa que toda atividade de extração de minérios está sujeita a pagar e que, na linguagem técnico-jurídica da Economia Mineral, se chama Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Em 2013, Parauapebas movimentou R\$ 26,3 bilhões em operações minerais, arrecadou R\$ 700,2 milhões em CFEM, dos quais R\$ 450,8 milhões entraram na conta-corrente da Prefeitura Municipal de Parauapebas (DNPM, 2013).

Grosso modo, *royalties* são definidos como parcela que deve ser reinvestida para assegurar que o volume de capital permaneça constante. A legislação brasileira impede o seu uso para contratação de pessoal permanente e pagamento de dívidas. Entretanto, não especifica de que forma essa receita deve ser gasta, muito menos estipula penas para violações (ENRÍQUEZ, 2000).

Atualmente, a sociedade paraense tem discutido com ênfase a importância dos conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social na mineração, colocando em julgamento o valor dos *royalties* destinados pelo setor mineral à população do Pará e outras formas de compensação que podem vir a ocorrer em regiões onde são assentados grandes empreendimentos mineiros.

Em Parauapebas, apesar de a discussão ainda não refletir a mesma repercussão, particularmente por sua distância em relação aos centros de poder, a população e o poder público local veem como insuficientes os “retornos” financeiros das empresas mineradoras em relação ao que estas extraem do subsolo municipal e aos impactos sociais que geram (SOUZA, 2013). E não é para menos, visto que apenas 1,98% de sua mineração retornam em compensação ou *royalties*.

O desafio municipal é tentar diversificar sua vocação econômica para não se permitir estrangular e estagnar financeiramente num futuro que, ao largo das previsões, pode não ser distante. Isso porque as reservas minerais são finitas, já que os minérios não são renováveis e podem acabar para sempre.

Visualiza-se, mesmo diante de tanta riqueza econômica, a necessidade de adensar as cadeias produtivas da mineração em Parauapebas e incentivar a apropriação alternativa dos recursos minerais por parte da comunidade local face à intensa dinâmica populacional – neste caso, de maranhenses, como deduz este estudo – de que o município é alvo e cuja razão se visualiza no anúncio de oportunidades que a mineração alimenta.

5.1 ASPECTOS GERAIS

A mineração é uma das mais antigas atividades produtivas exercidas pelo homem. Não por acaso, a história da civilização adota suas diferentes modalidades como marcos divisórios de eras: idade da pedra lascada (paleolítico), idade da pedra polida (neolítico) e idade dos metais (cobre, bronze e ferro). Consciente ou inconscientemente, o consumo de bens minerais está presente em quase todos os setores da vida moderna: dos insumos para agricultura aos sofisticados materiais para indústria eletroeletrônica; dos bens de consumo aos pujantes equipamentos industriais; da produção de medicamentos e cosméticos à indústria aeroespacial, entre tantos outros usos (ENRÍQUEZ, 2007a).

Na atualidade, Parauapebas é considerado o município brasileiro que mais produz minérios e gera receitas no setor mineral. Ele foi emancipado em 10 de maio de 1988 e tornou-se espelho a outros municípios de mais idade, pelo dinamismo de sua economia. Dos 1.388 emancipados de 1988 para cá, nenhum experimentou

tamanho surto de crescimento econômico. Palmas, capital do Estado do Tocantins, por exemplo, cresceu mais em termos populacionais (em 2013, tinha 257.904 habitantes), porém ainda ocupa o 164º lugar no ranking do Produto Interno Bruto (PIB), produzindo R\$ 3,74 bilhões, um quinto da riqueza gerada pelo solo de Parauapebas (IBGE, 2013).

A ciência vem tentando dar alguma contribuição para explicar o “fenômeno” econômico em que Parauapebas se transformou, por meio da extração de seus minérios e da geração de riquezas decorrentes disso, num cenário de repercussões midiáticas²⁶ negativas, em que o município é preponderantemente referenciado Brasil afora por incêndios florestais, violência, corrupção, manifestações de movimentos sociais e problemas em saúde pública.

Por outro lado, entre as positivities que Parauapebas sempre fez repercutir, destaca-se a geração de empregos via atividade mineradora, cujo setor é tido como vocação econômica local e, justamente por isso, confere oportunidades a empresas de prestação de serviços diversos em diversas áreas. No entendimento de Viana (2012), a geração de empregos na indústria extrativa acelera e aquece as operações comerciais regionais e, por consequência, cria postos de trabalho que estão além da mineração.

Entretanto, é perceptível o fato de que o número de empregos criados diretamente pela mineração não seja significativo no município dada a exigência de qualificação de mão de obra pelo setor (KOPPE, 2007). Ocorre que a atividade mineira em Parauapebas é de capital intensivo, e não de mão de obra intensiva. A saber, de acordo com Carvalho (2004), o processo produtivo pode ser classificado em capital intensivo ou em mão de obra intensiva. Será de capital intensivo quando o fator mais utilizado for o capital; já quando o fator de produção mais utilizado for o trabalho, será classificada de mão de obra intensiva.

²⁶ O autor desta Dissertação fez consulta a diretórios das principais emissoras de TV e a diversos portais de notícia de abrangência nacional e constatou que, entre 2004 e 2012, o município de Parauapebas foi citado/divulgado/referenciado/lembrado/visto a partir de três eixos (com os respectivos assuntos principais): 1 – valorização do município ou menção positiva (40,01%) = *mineração*, em 24,66% das notícias; *geração de emprego e riquezas*, em 11,04%; *educação*, em 3%; *eventos e projetos culturais*, em 1,31%; 2 – desvalorização do município ou menção negativa (44,45%) = *incêndios florestais*, em 13,45% das notícias; *violência* [homicida, no trânsito, contra mulheres], em 13,2%; *corrupção* [desvio de recursos, dinheiro em avião, nepotismo, obras superfaturadas], em 9,36%; *caos na saúde pública*, em 8,44%; 3 – equilíbrio (15,54% positivo e negativo) = *crescimento demográfico*, em 3,52% das notícias, e *outras* formas de citação, em 12,02%. Foram checadas mais de 1.200 notícias, com redação distinta entre si, nas mais diversas mídias.

No caso de municípios mineradores, é vital destacar ainda que a atividade que os consolida é de natureza finita, pois os minerais são um recurso não renovável extraído exclusivamente no local de sua ocorrência. Caracteriza-se, então, pela chamada rigidez locacional: é naquele lugar, e não em outro, que determinado bem mineral é encontrado (ENRÍQUEZ, 2007a).

Sob a perspectiva da indústria extrativa, o ferro – principal *commodity* de Parauapebas e sobre o qual se chegou a especular ter vida-útil de 450 anos – é um dos que podem sumir do mapa mineral no futuro. A estimativa do DNPM (2012) é de que o subsolo parauapebense guarde 2,69 bilhões de toneladas, com teor de pureza de 67% (o teor do minério de ferro de Minas Gerais é de 51,4%, por exemplo). Nas contas da mineradora Vale, a província mineral de Carajás reserva 7,184 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor em três serras (Norte, com 2,637 bilhões de toneladas; Sul, com 4,234 bilhões de toneladas; e Leste, com 307 milhões de toneladas). Grande parte desse minério é lavrável (VALE, 2014).

Por outro lado, a Vale extraiu 104,9 milhões de toneladas do produto em 2013 (VALE, 2014). De acordo com Pinto (2012), pelos 892 quilômetros da EFC passam, por dia, dez trens. Cada composição – formada por duas locomotivas e 330 vagões de 80 toneladas – leva em torno de 26,4 mil toneladas de minério, com pureza sem igual, para serem embarcadas no porto de São Luís (MA). É o equivalente à carga de 17 mil caminhões deixando Parauapebas para ser vendido ao mundo.

A perspectiva de crescimento da produção mineral em Carajás²⁷ é audaciosa: a intenção da Vale é de que a extração de manganês chegue a 3,3 milhões de toneladas em 2016; e de ferro, 240 milhões de toneladas em 2017 (**Gráfico 1**), com o *start-up* do projeto S11D²⁸, em Canaã dos Carajás²⁹, empreendimento da empresa considerado o maior investimento da história da mineração e que tem causado uma

²⁷ Carajás, aqui, refere-se ao Projeto Ferro Carajás (PFC), localizado na Serra Norte, município de Parauapebas, mais o projeto S11D, atualmente em andamento na Serra Sul, em Canaã dos Carajás. Há ainda a porção correspondente à Serra Leste, localizada no município de Curionópolis. Assim, diferentemente da noção geográfica de Carajás vulgarmente divulgada pela mídia, e não raro de maneira equivocada, o “Carajás” que realmente importa nos planos de negócio da Vale corresponde às três jazidas de onde é extraído o minério de ferro (serras Norte, Sul e Leste) (AMPLO, 2011).

²⁸ Por meio do projeto S11D, a mineradora Vale pretende extrair, até 2018, 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (Mtpa) em Canaã dos Carajás para somar aos 150 Mtpa que é a capacidade de produção do município de Parauapebas. Na etapa de implantação (2011-2014) do S11D, a estimativa é de que 3.135 empregos sejam criados e de outros 5.271 no pico das obras (2015-2016). Segundo a consultoria Golder Associates (2010), responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do projeto, a maior parte dessa mão de obra será de fora do município, majoritariamente trabalhadores maranhenses e do município vizinho Parauapebas.

²⁹ Além de S11D, o município é sede do projeto Sossego, da mineradora Vale. O Sossego é um dos maiores empreendimentos para extração de minério de cobre no Brasil.

reviravolta na movimentação da mão de obra trabalhadora, notadamente que vem de Estados como o Maranhão (GOLDER ASSOCIATES, 2010; SIMINERAL, 2013).

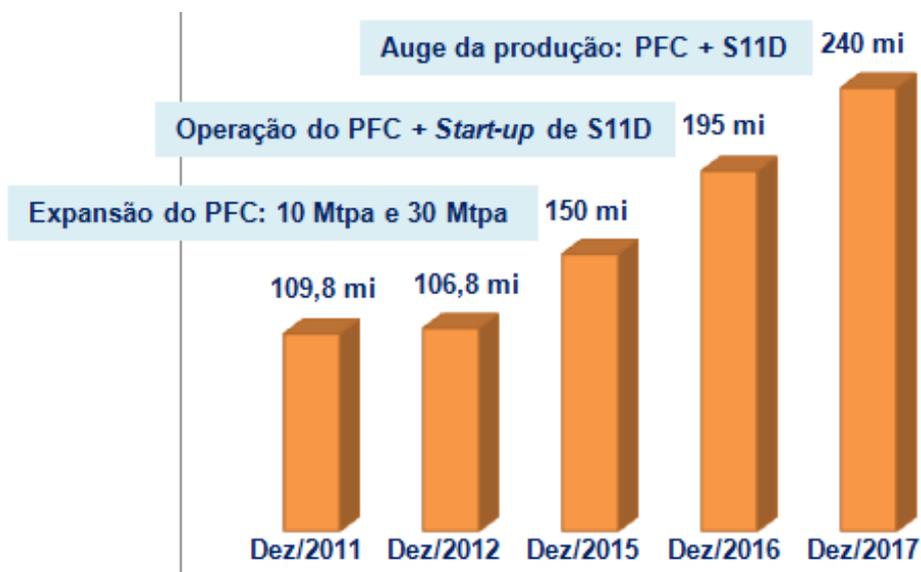


Gráfico 1 – Produção de minério de ferro no Pará (Fonte: SOUZA, 2013)

Do total a ser investido pela Vale para realizar seu intento de duplicar a extração mineral em Carajás, por meio do projeto S11D, ora em implantação no município de Canaã dos Carajás, cerca de R\$ 16,5 bilhões vão para a mina e a usina de processamento de minério e outros R\$ 23,5 bilhões, para construir um aeroporto, um ramal ferroviário e duplicar a Estrada de Ferro Carajás ao porto de Ponta da Madeira, no Maranhão, visando ao escoamento da produção (GOLDER ASSOCIATES, 2010).

De acordo com Teixeira et al. (2009), o idealizável, contudo, é que a exploração mineral não deva ameaçar o meio ambiente tampouco prejudicar o consumo de gerações futuras, e, sim, gerar benefícios socioeconômicos conforme os princípios do desenvolvimento sustentável. Da perspectiva intergeracional, a garantia do bem-estar das gerações futuras é a pré-condição – e isso pode ser feito a partir do uso sustentável das rendas que a mineração proporciona.

Diante dos argumentos supramencionados, neste Capítulo será: a) abordada a importância da mineração na economia de Parauapebas; b) levantado os valores movimentados pela mineração local; c) analisada a arrecadação da CFEM e interpretado de que maneira a produção de riquezas relaciona-se aos indicadores disponíveis sobre a qualidade de vida da população.

5.1.1 Análise de Dados da Mineração em Parauapebas

Para elaboração deste Capítulo, foi utilizada metodologia semelhante à proposta por Teixeira et al. (2009), que realizaram levantamento da importância de *royalties* de mineração nos cinco maiores municípios mineradores dos estados de Goiás e Minas Gerais, em 2009. Com vistas a analisar a importância da mineração e da compensação financeira para o município de Parauapebas, foram selecionados dados correspondentes às seguintes áreas: orçamento; *royalty* mineral; indicadores sociais e econômicos.

- Orçamento: foi utilizada a base de dados das seguintes entidades: Tesouro Nacional e Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp).

- *Royalty* mineral: a partir de dados do DNPM, a CFEM foi comparada com outras fontes de receita que compõem o orçamento municipal.

- Indicadores sociais e econômicos: para investigar a qualidade de vida da população do município de Parauapebas, foram selecionados os seguintes indicadores: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan); Índice Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Produto Interno Bruto (PIB), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Índice de Gini de concentração de renda, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); número de habitantes, indicadores educacionais e outros.

Para compor uma série histórica da arrecadação da CFEM em Parauapebas, foram levantados os valores recolhidos pelo município entre 1997 e 2013. Justifica-se a análise desse – e apenas desse – período porque, curiosamente, o DNPM e o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior disponibilizam dados inerentes à CFEM e à movimentação das exportações de minérios apenas de 1997 para cá. Assim, não é possível levantar dados estatísticos de recolhimento de *royalties* municipais para antes desse período.

Ressalte-se que esta Dissertação lança mão de estatísticas de órgãos e instituições de credibilidade nacional e ajunta, para além da metodologia proposta pelos autores citados, o maior número de dados e indicadores disponíveis sobre o município de Parauapebas, nas seções a seguir, com a mais recente atualização.

5.2 IMPORTÂNCIA DOS ROYALTIES DE MINERAÇÃO

A existência de um recurso natural passível de tributação – como petróleo, gás, água e minérios – pode ser fonte de grande aporte de divisas para o município detentor do bem. Por tabela, tende a culminar em geração de empregos, dinamismo comercial e atração de empresas prestadoras de serviços, mas, por outro lado, em dependência da Compensação Financeira pela Exploração Mineral arrecadada pelo governo local. As empresas só têm o direito de explorar via autorizações cedidas pela União, a detentora do recurso natural, e pagando *royalties* às esferas federal, estadual e municipal (TEIXEIRA et al., 2009).

Conforme a substância mineral, as alíquotas dos *royalties* variam de 0,2% a 3% (**Tabela 8**). O petróleo e o gás natural são tratados separadamente.

Tabela 8 – Alíquota da CFEM incidente sobre as substâncias minerais

ALÍQUOTA (%)	SUBSTÂNCIA
3	Minério de alumínio, sal gema, manganês e potássio
2	Minério de ferro, fertilizantes, carvão mineral e demais substâncias
1	Ouro
0,2	Pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonetos e metais nobres

Fonte: TEIXEIRA et al., 2009 – Elaboração Própria.

A CFEM, arrecadação auferida pelo regime de concessão de bem público a uma empresa para a exploração da mina (TEIXEIRA et al., 2009), é calculada da seguinte forma: o valor a ser cobrado incide sobre o valor do faturamento líquido do produto mineral vendido; são efetuados os devidos descontos tributários; e são computadas e descontadas outras despesas, como as referentes à logística e ao seguro no ato da comercialização. A receita gerada pela arrecadação da CFEM é distribuída assim: 65% cabem ao município que abriga o empreendimento mineiro; 23% são destinados ao Estado onde o empreendimento está localizado; e 12% vão para a conta do Governo Federal. Esta última cota é repartida entre DNPM (8%), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2%) e proteção ambiental em áreas de exploração mineral (2%).

Atualmente, o Pará é o segundo (**Tabela 9**) em arrecadação de CFEM, por ser produtor de destaque de bens minerais do País, atrás apenas de Minas Gerais.

Tabela 9 – Maiores arrecadadores de CFEM entre as UFs (em R\$)

UF	CFEM em 2012	CFEM em 2013	Posição	Crescimento
Minas Gerais	974.497.742,65	1.204.560.292,49	1º	23,61%
Pará	524.261.955,41	804.228.198,50	2º	53,4%
Goiás	74.401.889,09	69.056.949,59	3º	7,18%
São Paulo	51.745.647,33	55.469.275,53	4º	7,2%
Bahia	37.249.639,02	47.492.144,80	5º	27,5%

Fonte: DNPM, 2013 – Elaboração Própria.

O Estado é também o que apresenta a maior taxa de crescimento na arrecadação da CFEM entre os cinco maiores mineradores do Brasil e, diante da perspectivas de *start-up* de novos projetos, deve assumir a liderança de maior minerador e arrecadador de compensação financeira em breve.

5.2.1 Exploração Mineral e Compensação Financeira no Brasil

No Brasil, a arrecadação da CFEM total cresceu substancialmente entre 2004 e 2013. Em 2004, a arrecadação foi de R\$ 326.078.615,50. Quatro anos depois, em 2008, subiu para R\$ 857.819.431,62. Em 2009, com R\$ 742.731.140,98 recolhidos, verifica-se queda na arrecadação da CFEM em relação a 2008, por causa da crise financeira internacional, o que provocou diminuição das exportações de *commodities* para Estados Unidos e Europa (maiores mercados consumidores, até então). Ao mesmo tempo, fortaleceu as exportações para a China.

No ano seguinte, 2010, é notória a retomada da ascensão da arrecadação da CFEM, que atinge a impressionante cifra de bilhão de reais pela primeira vez (exatos R\$ 1.083.142.321,46). Já em 2011, verifica-se aumento de 44,1% em relação ao total arrecadado em 2010, chegando a R\$ 1.560.762.683,69.

Em 2012, a arrecadação atingiu R\$ 1.834.942.358,97 e em 2013 chegou a R\$ 2.373.783.372,38, aumento de 29,37% em relação ao ano anterior (**Tabela 10**). A expectativa é de elevação no recolhimento dos *royalties* nos próximos anos.

Tabela 10 – Evolução da CFEM recolhida no Brasil entre 2004 e 2013 (em R\$)

Ano	Operação Total	CFEM	Crescimento
2004	17.638.753.763,76	326.078.615,50	↓
2005	23.790.619.322,49	406.047.694,66	
2006	28.647.214.243,84	465.881.288,12	
2007	32.499.941.390,09	547.261.645,57	
2008	46.788.120.965,72	857.819.431,62	627,98%
2009	42.235.288.181,22	742.731.140,98	
2010	61.346.463.533,22	1.083.142.321,46	
2011	85.722.260.791,33	1.560.762.683,69	
2012	96.481.755.917,90	1.834.942.358,97	
2013	111.324.163.904,07	2.373.783.372,38	↑

Fonte: DNPM, 2013 – Elaboração Própria.

Cabe ressaltar, porém, que, embora seja o setor mineral de elevada importância para a economia nacional, a atividade de exploração de minérios encontra-se concentrada em algumas Unidades da Federação. No Brasil, a indústria extrativa mineral movimenta o equivalente a 1,83% do PIB nacional (DNPM, 2013; SOUZA, 2012). Em 2000, implicava apenas 0,59% do PIB do País (DNPM, 2012).

5.3 CFEM, *COMMODITIES* E EXPORTAÇÕES

O município de Parauapebas, unidade de análise desta Dissertação é o maior arrecadador de *royalties* do Pará e do Brasil. Ele, onde se assenta o maior projeto de extração de minério de ferro do globo, o Projeto Ferro Carajás, movimentou R\$ 28.277.489.515,76 em exploração mineral em 2013 e foi responsável por 87,07% da arrecadação da CFEM no Pará, totalizando R\$ 700.217.745,22 recolhidos. Outros municípios de destaque no Estado em 2013 são Canaã dos Carajás e Marabá, com 4,68% e 2,59% de participação, respectivamente (DNPM, 2013).

Em 2013, Parauapebas movimentou 25,4% da riqueza gerada no setor da indústria extrativa do Brasil. Sua arrecadação de CFEM foi 64% maior em relação à arrecadação dos *royalties* de mineração do ano anterior, 2012, de modo que, se o município fosse um Estado, ficaria atrás apenas de Minas Gerais em arrecadação (DNPM, 2013).

Tabela 11 – Municípios que mais arrecadaram CFEM em 2013 (em R\$)

No Pará	CFEM em 2013	Posição Nacional
Parauapebas	700.217.745,22	1º
Canaã dos Carajás	37.622.895,32	10º
Marabá	20.788.805,00	13º
Paragominas	15.102.926,25	18º
Juruti	10.166.644,89	23º
No País	CFEM em 2013	Posição Nacional
Parauapebas	700.217.745,22	1º
Nova Lima (MG)	234.071.947,23	2º
Itabira (MG)	195.406.046,75	3º
Mariana (MG)	140.013.921,74	4º
São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	126.561.166,48	5º
Itabirito (MG)	110.812.154,46	6º
Brumadinho (MG)	77.779.333,16	7º
Congonhas (MG)	67.979.957,64	8º
Ouro Preto (MG)	41.277.154,88	9º
Canaã dos Carajás	37.622.895,32	10º

Fonte: DNPM, 2013 – Elaboração Própria.

A saber, excetuando-se Minas e Pará, a CFEM de Parauapebas é equivalente à compensação arrecadada pelas demais Unidades da Federação. Isso faz do município o maior recolhedor do País e deixa para trás o segundo (Nova Lima: R\$ 234.071.947,23), o terceiro (Itabira: R\$ 195.406.046,75), o quarto (Mariana: R\$ 140.013.921,74) e o quinto (São Gonçalo do Rio Abaixo: R\$ 126.561.166,48) colocados, todos localizados em Minas Gerais e que precisariam ter suas compensações somadas para fazerem frente ao município paraense.

Em Parauapebas, que tem 6.886,208 quilômetros quadrados de extensão territorial (IDESP, 2013) e está sobre uma imensa planície mineral, as principais substâncias extraídas são o minério de ferro e o minério de manganês (**Tabela 12**), sob exploração da Vale, que teve produção de 104,885 milhões de toneladas (Mt) de minério de ferro e 1,85 Mt de minério de manganês no ano de 2013 (VALE, 2014). Essa produção sai das minas de N5, N4W, N4E (minério de ferro) e Azul (minério de manganês), todas as quais compõem o complexo Carajás, considerado uma das maiores províncias minerais do planeta e onde 1.451 quilômetros quadrados são áreas de extração.

Tabela 12 – CFEM de Parauapebas por *commodity* em 2013 (em R\$)

Minério	Operação Total	CFEM	Participação (%)
Ferro	27.749.034.693,80	686.704.191,14	98,07
Manganês	501.731.562,43	13.163.597,64	1,88
Granito	23.800.025,10	294.713,95	0,04
Gnaisse	2.923.234,43	55.242,49	0,01
Total	28.277.489.515,76	700.217.745,22	–

Fonte: DNPM, 2013 – Elaboração Própria.

Não à toa, desde o final dos anos de 1990, quando sua economia começou a aumentar substancialmente em razão da mineração, Parauapebas passou a ser conhecido regionalmente como “Capital do Minério”. A propósito, em razão de seu desempenho dinâmico na exploração de *commodities* minerais, Parauapebas ocupou em 2013 o primeiro lugar entre os municípios exportadores do País, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tendo apresentado o maior superávit na balança comercial brasileira, com US\$ 9.890.968.681 oriundos, na maior parte, da extração mineral.

As exportações totalizaram US\$ 10.079.920.849 e as importações, US\$ 188.952.168. Assim, Parauapebas ultrapassou municípios como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), metrópoles nacionais que, em razão dos setores da Indústria e Serviços, desempenham papel fundamental para o crescimento da economia brasileira (DESENVOLVIMENTO, 2013).

5.4 COTA-PARTE DA CFEM E FINANÇAS MUNICIPAIS

A Compensação Financeira pela Exploração Mineral tem peso preponderante no orçamento de Parauapebas, cujas receitas provêm de diversas fontes. Afonso & Araújo (2000) destacam que as prefeituras, após a Constituição de 1988, passaram a ter autonomia para incrementar sua arrecadação, instituindo, por exemplo, a cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e do ISSQN. São importantes componentes as receitas oriundas de transferências de origem federal e estadual, como o ICMS, bem como as provenientes de convênios com instituições públicas, como o Sistema Único de Saúde (TESOURO NACIONAL, 2011).

Não obstante, as principais rubricas que compõem o orçamento de municípios mineradores são a cota-parte da CFEM, o ISSQN, a cota-parte do FPM e a cota-parte do ICMS (TEIXEIRA et al., 2009; TESOURO NACIONAL, 2011). As fontes são inerentes ao recolhimento de impostos, taxas e contribuições; setores de serviços e agropecuária; e, principalmente, transferência de divisas da União e do governo estadual (TEIXEIRA et al., 2009). O **Quadro 2** detalha as principais rubricas que compõem o orçamento do município de Parauapebas.

Quadro 3 – Principais fontes do orçamento municipal

RECEITA	DESCRIÇÃO
CFEM	Arrecadação incidente sobre o lucro líquido da exploração mineral, variando de 0,2 a 3% conforme a substância.
ISSQN	Imposto recolhido mensalmente em razão da prestação de um serviço, cuja alíquota pode variar de 2 a 5%.
FPM	Transferência constitucional composta de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes.
ICMS	Imposto que tem como fato gerador a circulação de mercadorias ou a prestação de serviço de telecomunicação e transporte interestadual.

Fonte: TEIXEIRA et al., 2009 – Adaptação do Autor.

A **Tabela 13** apresenta como a arrecadação de *royalty* mineral contribuiu significativamente na composição do orçamento de Parauapebas em 2013.

Tabela 13 – Receita de Parauapebas no período de 2004 a 2013 (em R\$)

Ano	Receita ¹ Orçamentária	Cota-Parte CFEM	ISSQN	Cota FPM	Cota ICMS
2004	179.251.123,20	31.845.797,89	34.482.610,03	7.340.857,92	52.998.266,85
2005	202.669.083,44	41.805.523,82	36.419.862,55	9.761.633,83	60.682.147,46
2006	236.634.704,09	49.604.916,85	47.579.790,14	10.798.634,68	66.129.670,81
2007	295.560.698,00	55.141.077,33	76.216.466,89	13.238.442,14	71.216.552,24
2008	367.992.381,20	83.235.142,82	62.195.118,99	19.433.386,21	84.738.747,71
2009	407.227.574,13	124.194.286,63	54.573.042,54	36.245.596,41	87.828.773,53
2010	519.279.262,20	137.931.789,78	61.913.162,80	38.549.611,58	119.224.010,00
2011	681.879.868,46	234.391.751,95	107.791.289,70	46.222.186,33	147.771.422,51
2012	829.619.994,44	283.132.063,03	117.061.685,14	48.528.336,89	226.919.716,37
2013²	1.032.632.802,00	450.805.592,51	127.128.990,06	51.758.749,28	288.161.180,77

Fonte: DNPM, 2013; GDIP, 2014; SIMINERAL, 2013; e SEPOF, 2013 – Elaboração Própria.

1) Os itens discriminados não correspondem à receita total porque são considerados aqui apenas rubricas de interesse da análise.

Até 2008, o ICMS foi a principal fonte de divisas para Parauapebas, e só em 2009 a arrecadação da CFEM assumiu esse posto. Em 2013, entrou um total de R\$ 450.805.592,51 em cota-parte de Compensação Financeira pela Exploração Mineral nos cofres da Prefeitura Municipal de Parauapebas. No período de 2004 a 2013, nota-se vertiginoso aumento (476,08%) das receitas analisadas coincidindo com a expansão de projetos da atividade mineradora no município. Isso fez com que, em nível local, se registrasse aumento considerável das atividades comerciais e de prestação de serviços, elevando a arrecadação de ICMS e ISSQN.

A **Tabela 14** relaciona o percentual das receitas selecionadas para análise em relação à receita orçamentária municipal. Em Parauapebas, houve aumento da cota-parte da CFEM em relação ao montante da arrecadação municipal. Em 2004, a compensação era a terceira em importância, entre as receitas analisadas, em nível de orçamento. Desde 2009, porém, passou a ser a principal fonte de arrecadação, e a tendência é de que se torne ainda mais representativa na fatia do orçamento.

Tabela 14 – Participação das principais rubricas no orçamento de Parauapebas

Ano	Receita Orçamentária	% da cota da CFEM	% do ISSQN	% da cota do FPM	% da cota do ICMS	Total (%)
2004	179.251.123,20	17,76	19,23	4,09	29,56	70,64
2005	202.669.083,44	20,62	17,97	4,81	29,64	73,04
2006	236.634.704,09	20,96	20,1	4,56	27,94	73,56
2007	295.560.698,00	18,65	25,78	4,47	24,09	72,99
2008	367.992.381,20	22,61	16,9	5,28	23,02	67,81
2009	407.227.574,13	30,49	13,4	8,9	21,56	74,35
2010	519.279.262,20	26,52	11,92	7,42	22,95	68,8
2011	681.879.868,46	34,37	15,81	6,78	21,67	78,63
2012	829.619.994,44	34,13	14,11	5,85	27,35	76,38
2013	1.032.632.802,00	43,66	12,31	5,01	27,90	88,88

Fonte: DNPM, 2013; GDIP, 2014; e SEPOF, 2013 – Elaboração Própria.

No tocante à cota-parte de ICMS, segunda maior contribuição ao orçamento de Parauapebas, o auditor do fisco estadual Charles Alcântara vê desigualdade na partilha porque a parcela de ICMS que cabe a Parauapebas representa quase dez vezes o ICMS recebido por Belém.

De acordo com o auditor fiscal, a distribuição do ICMS entre os municípios acabou por se tornar, de modo enviesado, um mecanismo de compensação às localidades onde se localizam grandes projetos, quando esta função cabe à CFEM.

“Aos municípios de localização dos grandes projetos, por suportarem os efeitos diretos da atividade econômica danosa ao meio ambiente, cabe a justa compensação financeira, que não se realiza pela via do ICMS, mas da CFEM” (BLOG DO CHARLES ALCÂNTARA, 2012, s. p.).

5.5 PRODUTO INTERNO BRUTO

Em Parauapebas, a concentração de riquezas é acentuada quando são levados em consideração os setores nos quais está dividido o PIB³⁰ (Tabela 15) do município. Além do mais, a distribuição da produção dessas riquezas por habitante mostra-se concentrada, notadamente por intermédio de sua expressão *per capita*.

Tabela 15 – Evolução do PIB de Parauapebas de 2002 a 2011 (em R\$)

Ano	PIB Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2002	1.455.764.887	15.073.841	1.111.295.285	290.167.301	39.227.460
2003	1.818.342.886	18.415.068	1.328.495.922	373.913.085	97.517.811
2004	2.301.187.383	23.687.831	1.651.422.803	482.160.023	143.916.726
2005	2.615.878.733	28.846.060	1.871.241.229	583.068.823	132.721.621
2006	2.997.778.740	35.908.774	2.129.145.239	675.166.068	157.557.659
2007	3.074.977.433	33.107.347	2.046.868.875	815.130.437	179.870.774
2008	6.568.760.363	29.337.891	5.290.824.955	1.082.628.725	165.968.792
2009	5.634.290.615	28.640.979	4.228.559.121	1.209.228.514	167.862.001
2010	15.918.216.648	36.703.324	13.769.956.146	1.923.101.882	217.947.296
2011	19.897.434.661	43.355.329	17.159.842.181	2.417.356.765	276.880.386

Fonte: IDESP, 2013; IBGE, 2013 – Elaboração Própria.

É notório o fato de que a extração mineral seja o sustentáculo da economia local, sendo representada pelo setor “Indústria”; daí ser elevada a arrecadação da CFEM. E é tamanha a participação da mineração na economia local que, na última apuração de PIB pelo IBGE (2013), Parauapebas saiu da 33ª colocação nacional como município mais rico para assumir a 25ª posição³¹, superando Belém, capital do

³⁰ O PIB é um indicador econômico utilizado para mensurar a atividade econômica e representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos. Ele é subdividido em quatro setores: agropecuária, indústria, serviços e impostos. É sinônimo de riqueza.

³¹ Embora seja um dos municípios mais ricos do País, contraditoriamente Parauapebas possui apenas 13 agências bancárias, o que evidencia que a riqueza especulada não fica no município.

Pará, que é atualmente a 26ª praça financeira do País. Esse quadro ficou evidente em 2010, quando a disparada dos preços do minério de ferro, balizado pelo consumo da China, fez com que o município abocanhasse parte do bolo então concentrado nas mãos das capitais (MARTINS, 2012).

Verifica-se, a partir de análise da tabela a seguir, que houve crescimento do PIB de Parauapebas e do Estado no Pará, no período de 2002 a 2011. Mas há um disparate: enquanto riqueza estadual cresceu cerca de 200%, a municipal cresceu quase mil por cento no mesmo intervalo de tempo.

Tabela 16 – PIB do Pará e Parauapebas entre 2002 e 2011 (em R\$)

Unidade Territorial	PIB 2002	PIB 2011	Variação (%) 2002 – 2011
Pará	25.659.110.881	88.370.609.612	+ 244,4
Parauapebas	1.455.764.887	19.897.434.661	+ 1.266,8

Fonte: IDESP, 2013; IBGE, 2013 – Elaboração Própria.

Em análise de menor intervalo de tempo, vê-se que Parauapebas tinha PIB de R\$ 5.634.290.615 em 2009 e passou a R\$ 19.897.434.661 em 2011. Em 48 meses, a riqueza municipal cresceu 253% e mais que triplicou – um feito não apurado em município algum entre os 283 com mais de 100 mil habitantes, conforme contabilizou o Censo 2010 (IBGE, 2012). No mesmo passo, o PIB *per capita* municipal avançou de R\$ 28.641 para R\$ 124.181,23.

Parauapebas é mais rico que 14 capitais brasileiras (Belém, Campo Grande, Maceió, Cuiabá, Florianópolis, Natal, Teresina, João Pessoa, Porto Velho, Aracaju, Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Palmas) e, ainda, que quatro estados (Tocantins, Acre, Amapá e Roraima), estando praticamente empatado com o Tocantins. Seu PIB, em dólares, equivale a US\$ 9.474.968.886, o que lhe permite ser, também, mais rico que 51 países do globo, de um total de 206.

A propósito, o PIB *per capita* de Parauapebas, de R\$ 103.403,99 (ou US\$ 59.134), é superior ao de 198 países. Se o município fosse um país, seria o oitavo, atrás apenas de Luxemburgo (US\$ 112.135), Noruega (US\$ 105.478), Catar (US\$ 98.737), Suíça (US\$ 80.473), Austrália (US\$ 68.939), Emirados Árabes Unidos (US\$ 64.780) e Suécia (US\$ 60.020). Nem mesmo potências como Estados Unidos (US\$ 51.248), Alemanha (US\$ 44.010), França (US\$ 43.000), Japão (US\$ 40.442) ou China (US\$ 6.629) têm, teoricamente, tanto poder *per capita*.

Todavia, sabe-se que esse valor está longe de ser um referencial equitativo. Mesmo porque o PIB *per capita* calculado pelo IBGE diverge da renda *per capita*³² do próprio instituto para Parauapebas no ano de 2010, que foi de R\$ 627,61 – menor que a média nacional, de R\$ 793,87. É verdade que, naquele ano, a população economicamente ativa de Parauapebas recebia quase o dobro da renda média (R\$ 1.217,92). Porém, mesmo entre aqueles economicamente ativos e trabalhando, o valor do rendimento médio mensal do parauapebense (R\$ 1.371,16) não é tão elevado no confronto com o PIB *per capita*, chegando a ser menor que a média nacional (R\$ 1.475,37), embora seja mais alto que a média do Pará (R\$ 1.045,77).

No contexto da geração de riquezas, o PIB de Parauapebas tem sustento essencialmente na indústria mineral, cuja pujança se mostra por meio das cifras bilionárias de operações minerais e exportações de minérios, e estas, nos volumes vultosos da CFEM arrecadados pelo município. Nenhum outro produto municipal – nem mesmo seu rebanho bovino, de 128 mil cabeças em 2012 (IBGE, 2013) – é igual ao poder financeiro que circula nos bastidores da extração de minérios.

A riqueza do município, financiada pelos postos de trabalho e a CFEM, se tornou perceptível na frota local. No final de 2013, o total de veículos em circulação em Parauapebas atingiu 56.322 unidades, dez mil a mais que quando iniciou o ano, com 45.930. A média é de entre 800 e 1.000 veículos novos emplacados por mês – só perde para Belém e Ananindeua. No Pará, a frota local só é menor que a da capital (373.846), Ananindeua (101.062), Marabá (83.314) e Santarém (73.935), tendo superado a de Castanhal (55.703). Em 2010, Parauapebas era o oitavo em número de veículos em circulação; agora, é o sexto (DENATRAN, 2013).

Dos 42.726 lares de Parauapebas, quase todos têm aparelho de TV (93,92%) e geladeira (92,29%); um de cada cinco (20,43%) tem automóvel na garagem e a mesma proporção tem motocicleta; um lar em cada quatro (26,21%) possui computador, sendo que 12,87% das casas estão conectadas à internet; 47,61% têm aparelho de som; e 19,89%, máquina de lavar. Seja em crescimento absoluto, seja em crescimento relativo, os números dobraram em relação à posse dos mesmos bens duráveis existente nos anos 2000.

³² Vale esclarecer a distinção entre PIB *per capita* e renda *per capita* tratada pelo Dieese (2009) e adotada neste trabalho para falar de economia mineral. PIB *per capita* é a divisão do Produto Interno Bruto pelo número de habitantes do país e indica, grosso modo, a contribuição média de cada pessoa para a sua formação; a renda *per capita* implica a divisão da renda total de uma unidade geográfica pelo número de habitantes e serve de indicador para medir o grau de desenvolvimento da mesma.

Tanta expressão de riqueza fez com que o município galgasse 18 posições no *ranking* de potencial de consumo nacional, saindo da 189ª colocação em 2012 para a 171ª em 2013, entre 5.570 municípios brasileiros. Parauapebas vai fechar o ano com uma fatia de 0,08261% dos R\$ 3.000.873.761.917 que devem ser gastos em bens de consumo pela população do Brasil (IPC MARKETING, 2012). O consumo absoluto da população parauapebense é de R\$ 2.479.021.814,72 – praticamente 88% do valor da CFEM que entrou nos cofres do município durante o ano.

Todavia, indiferente à força econômica que lhe é peculiar, a segunda praça financeira do Pará não escapou de, no Censo 2010, aparecer com aglomerados subnormais³³ ou favelas. De acordo com o IBGE (2012), 3.768 habitações se espalham por lá em oito ocupações irregulares, segregando 13.697 pessoas. É como se pouco mais que a população da cidade de Curionópolis – que tinha 12.530 habitantes na sede em 2010 – vivesse favelada.

As favelas são: Jardim América II (com 3.799 pessoas em dois setores); Maranhãozinho (1.317 pessoas); Nova Vida (1.067 pessoas); Primavera (3.262 pessoas em três setores); União (569 pessoas); Jardim América (1.370 pessoas); Jardim Canadá (1.232); e Morro do Chapéu (1.071 pessoas). No Pará, Parauapebas é a sétima cidade em número de ocupações irregulares, atrás de Belém (com 101), Ananindeua (62), Marituba (22), Santarém (18), Tucuruí (14) e Marabá (11).

De acordo com a pesquisa “Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios”³⁴ (IBGE, 2012), com base no último censo, no terceiro município mais rico da Amazônia e que mais arrecada CFEM no País, a sede urbana tem 37,89% das ruas sem identificação, sendo que 52.416 pessoas moram em logradouros cujos endereços remetem a lugar nenhum. Além disso, em Parauapebas, 36,25% da área urbana ainda não têm pavimentação, o que atinge 52.118 habitantes.

Das ruas da cidade, 60,65% têm algum tipo de meio-fio, mas nem metade (47,93%) possui calçadas, e apenas 28,13% das vias têm bueiro, o que expõe 99.478 cidadãos a risco de inundações e doenças. Além disso, o esgoto corre a céu aberto em 53,51% das ruas, onde vivem 74.755 pessoas.

A coleta de lixo é ausente a 9,96% da população ou a 13.035 cidadãos; e a iluminação pública falta a 11,27% deles, o equivalente a 15.330 parauapebenses na

³³ Invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, palafitas e mocambos são considerados aglomerados subnormais, além das favelas.

³⁴ Foram desconsideradas da pesquisa do IBGE as 3.768 habitações dos aglomerados subnormais.

“idade das trevas” [aspas do autor]. Também, apenas 30,54% das vias urbanas são arborizadas, de maneira que existem 95.250 pessoas sem sombra perto de casa.

Apesar da riqueza patrocinada pela exploração de minérios – exportados e gerando divisas noutros lugares – e pelo aporte da cota-parte da CFEM que cabe ao município, as políticas públicas parecem não atingir a contento os parauapebenses, uma vez que 42% deles não têm casa própria³⁵ – o que se deve, em parte, à especulação imobiliária, que há anos supervaloriza o preço do metro quadrado.

Atualmente, dos 42.726 domicílios de Parauapebas, 22.001 são próprios (e nestes habitam 87.869 pessoas) e 15.933 são alugados (49.132 cidadãos). Há outras condições de ocupação dos domicílios (como os cedidos). No município que mais arrecada Compensação Financeira pela Exploração Mineral, ainda são encontradas 273 pessoas morando na sarjeta (IBGE, 2012).

5.6 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Os grandes empreendimentos de extração mineral e as estratégias espaciais das empresas elevaram a qualidade de vida em Parauapebas em razão, sobretudo, da arrecadação da CFEM, embora esta, “ao implicar irrisório 1,98% das operações de mineração, represente uma migalha do processo total” (PRESAS, 2012, p. 175).

Ainda assim, é possível notar que, muito ou pouco compensada com *royalty* de mineração, a comunidade é impactada nos municípios mineradores, e as consequências na área social variam bastante, a depender da atuação do governo local junto às empresas que lideram os projetos. Se a atuação for pró-ativa, a atividade mineral pode implicar benefício à comunidade (TEIXEIRA et al., 2009).

No confronto com municípios tradicionalmente mineradores de Minas Gerais, o Estado mais dinâmico do País nesse quesito, a qualidade de vida de Parauapebas ainda está aquém nos indicadores básicos, apontam dados do Pnud (2013), em seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); e dados da Firjan (2012), a partir de seu Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

³⁵ Segundo o Censo 2010, o déficit habitacional de Parauapebas é de 20.725 domicílios, 18.867 deles na zona urbana. A população municipal sem casa própria é de 65.766 pessoas, 59.225 delas na zona urbana. É quase uma cidade de Redenção (70.065 habitantes) sem teto (IBGE, 2012e).

No tocante ao IDHM, é possível visualizar a evolução do desenvolvimento humano local no acompanhamento da série histórica das avaliações que recebeu com base em dados coletados durante os censos oficiais do IBGE: 0,439 (em 1991), 0,553 (em 2000) e 0,715 (em 2010). Na divulgação de 2013, cujos dados dizem respeito ao Censo 2010, o município despontou como o terceiro melhor do Pará em qualidade de vida (**Tabela 17**). Em nível de Brasil, entretanto, foi o 1.454º colocado entre 5.565 localidades. No IDHM, são avaliados os componentes educação, renda e longevidade e a nota atribuída vai de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, mais evoluída é a localidade (PNUD, 2013).

Tabela 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2013

Município	Índice de Longevidade (IDHML)	Índice de Educação (IDHME)	Índice de Renda (IDHMR)	IDHM	Ranking no Pará	Ranking Nacional
Belém	0,822	0,673	0,751	0,746	1	628
Ananindeua	0,821	0,658	0,684	0,718	2	1.362
Parauapebas	0,809	0,644	0,701	0,715	3	1.454

Fonte: PNUD, 2013 – Elaboração Própria.

Já o IFDM (**Tabela 18**), como o IDH-M, acompanha o desenvolvimento dos municípios em três áreas³⁶: emprego e renda; educação; e saúde. O índice varia de 0 a 1; quanto mais perto de 1, maior o desenvolvimento local (FIRJAN, 2012a). O IFDM é uma espécie de atualização anual do IDH-M, mas sem pretensões de sê-lo.

Tabela 18 – Evolução do IFDM de Parauapebas entre 2000 e 2010

ANO	IFDM	Educação	Saúde	Renda
2000	0,4957	0,3679	0,5702	0,5492
2005	0,6334	0,7154	0,6435	0,5413
2006	0,7038	0,6355	0,6628	0,813
2007	0,7825	0,6941	0,7102	0,9432
2008	0,8031	0,6486	0,7608	1
2009	0,7586	0,6955	0,7851	0,7953
2010	0,7974	0,6943	0,8048	0,8931

Fonte: FIRJAN, 2012 – Elaboração Própria.

³⁶ O IFDM é feito com base em estatísticas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Sua metodologia possibilita determinar se a melhoria relativa em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se é apenas reflexo da queda dos demais municípios. A próxima apuração é está prevista para dezembro deste ano referente ao ano de 2011.

Parauapebas encontra-se na faixa de desenvolvimento moderado, com IFDM de 0,7974 e perspectiva de avançar ao grupo de municípios de alto desenvolvimento (igual ou superior a 0,8) na próxima apuração da Firjan. Em 2008, o município chegou a fazer parte desse seleto grupo, mas seu desempenho regrediu no ano seguinte, por conta da crise internacional, que deixou reflexos na área da renda.

O componente do desenvolvimento municipal que apresentou evolução mais notável foi a educação, que em uma década avançou 88,72%. A área renda desenvolveu-se 62,62% no período. E a saúde cresceu apenas 41,14%, mas esta é a que mais oscila, com picos negativos. Ainda assim, Parauapebas ocupa a primeira colocação (**Tabela 19**) entre os 144 municípios paraenses em qualidade de vida, segundo a Firjan, e está entre os 350 melhores do País.

Tabela 19 – Posição de Parauapebas no *ranking* do IFDM 2010

Município	IFDM	No Brasil	No Pará
Parauapebas	0,7974	349^o	1^o
Belém	0,7855	443 ^o	2 ^o
Ourilândia do Norte	0,7464	873 ^o	3 ^o
Canaã dos Carajás	0,7192	1.327 ^o	4 ^o
Ananindeua	0,6852	2.019 ^o	5 ^o
Marabá	0,6712	2.306 ^o	6 ^o
Marituba	0,6661	2.418 ^o	7 ^o
Bom Jesus do Tocantins	0,6625	2.506 ^o	8 ^o
Castanhal	0,6583	2.587 ^o	9 ^o
Barcarena	0,6563	2.618 ^o	10 ^o

Fonte: FIRJAN, 2012 – Elaboração Própria.

É perceptível, à luz da Compensação Financeira pela Exploração Mineral, como os municípios que recebem *royalties* lideram o *ranking* do desenvolvimento. Dos dez primeiros colocados no Pará, metade é receptáculo da CFEM. Além de Parauapebas, há Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Marabá e Barcarena.

Com relação à educação, no ano 2000 o percentual de analfabetos em Parauapebas era 16,3% da população. Em 2010, caiu para 8,1%, decréscimo de 50% em relação à década anterior, não visto em qualquer dos demais municípios do País com mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2012). Nesse contexto, ressalte-se a formalização de parceria público-privada com a Vale para a obtenção de tal resultado, a exemplo do Programa Vale Alfabetizar, que ajudou a alfabetizar 12 mil

jovens e adultos no município, fazendo da educação de Parauapebas uma das mais destacadas da Amazônia (SEMED, 2012).

Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município tem crescido expressivamente a cada apuração – na última, dois anos atrás, o indicador evoluiu de 4,7 em 2009 para 4,9 em 2011, no ensino fundamental de 1ª a 4ª série; e ampliou de 4,1 para 4,4, no ensino fundamental de 5ª a 8ª série. Assim, Parauapebas mostra que pode atingir as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para 2021 já em 2015, se continuar no mesmo passo.

Por outro lado, ainda há muitos gargalos na educação pública local, como a existência de turno intermediário e de prédios precários que funcionam como anexos às escolas da rede municipal; e a precariedade das escolas de ensino médio, de responsabilidade do Governo do Pará.

Também, em razão de não ter tradição em ensino superior público e gratuito, Parauapebas tem nível de escolarização de ensino fundamental (ou média de oito anos), já que, dos 52.040 estudantes do município, 27.333 estavam nesse nível de ensino. E, apesar de Parauapebas ser o segundo município do sudeste do Pará em escolarização, atrás de Marabá, ainda está abaixo do ideal quando comparado a outras localidades de mesmo porte porque dispõe de poucas graduações regulares, todas as quais ofertadas pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), e não tem *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) nem da Universidade do Estado do Pará (Uepa).

Residem no município 4.320 pessoas apenas com a graduação, 73 com mestrado e 28 com doutorado. Ressalte-se que não existe pós-graduação *stricto sensu* (níveis de mestrado e doutorado) em Parauapebas e a mais próxima está em Marabá, com ingresso restrito a 12 vagas anuais (SEMED, 2011; IBGE, 2012).

5.7 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E MAZELAS

No que tange à concentração de renda, para esta análise foi utilizado o Índice de Gini a fim de investigar a questão. Esse indicador varia de 0 a 1, e os valores próximos a 0 indicam boa distribuição da renda; já próximos a 1 sinalizam má

distribuição ou concentração. Em Parauapebas, o Índice de Gini³⁷ para 1991 e 2000, segundo o IBGE, foi de 0,59 e 0,65, respectivamente, indicando variação de 10,17% e que a concentração de renda aumentou. Mas o Censo 2010 revela que o índice caiu para 0,53, retração de 18,46% em uma década. A diferença de concentração de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres também diminuiu. Em 1991, a diferença era de 25,31 vezes; em 2000, saltou para 54,09 vezes; e em 2010, caiu para 21,21 vezes – retração de 56,78% (DATASUS, 2012; PNUD, 2013).

Mesmo tendo reduzido substancialmente a diferença de renda no período entre censos, Parauapebas parece ter estacionado no tempo no quesito Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM)³⁸, investigado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Isso porque a “Capital do Minério” e que mais arrecada *royalties* de mineração no País passou da nota 4,38 em 2000 para 4,6 em 2010, um crescimento pífio se comparado a outros municípios de seu porte Brasil afora. Araguaína, no Tocantins, que tinha praticamente o mesmo número de habitantes (150.484 em 2010), possui ISDM de 4,93 (IBGE, 2012; FGV, 2012). Ainda assim, no Pará, Parauapebas é o 3º mais socialmente desenvolvido, atrás de Ananindeua (4,76) e Belém (5,01).

Uma pesquisa da FGV (2012), com dados comparados entre os censos 2000 e 2010, aponta que Parauapebas conseguiu reduzir proporcionalmente sua pobreza em uma década. O percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza caiu para menos da metade: de 37,34% em 2000 para 13,17% em 2010. Já a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza recuou de 61,7% para 34,69% no mesmo período.

Entretanto, embora seja o terceiro do Pará em proporção de habitantes em situação menos desigual, Parauapebas ainda possui 14,25% de sua população vivendo com renda inferior a meio salário mínimo e, deles, 4,42% vivem em situação de miséria absoluta. Ademais, o percentual de crianças vulneráveis à pobreza é de 47,16%, enquanto 20,58% moram em lares pobres de fato e 6,94% passam fome.

Conforme o acompanhamento municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apesar da vultosa CFEM que entra mensalmente no caixa de sua

³⁷ O Índice de Gini do rendimento *per capita* dos municípios é menor que o do rendimento *per capita* dos indivíduos porque há maior variação entre a renda das pessoas que dos municípios (IPEA, 2011).

³⁸ O ISDM é um indicador que considera a média das dimensões Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação (H, R, T, S e E) padronizada pela média do Brasil. A nota atribuída vai de 0 a 10; quanto mais próximo de 10, melhor (FGV, 2012).

prefeitura, Parauapebas ainda possui parcela significativa de sua população em situação de indigência absoluta. Além disso, 0,4% das crianças menores de dois anos estava desnutrida em 2012. Para alcançar a meta de redução da pobreza³⁹, o município deve ter, em 2015, no máximo 19,1% da população nessa condição (PORTAL ODM, 2012), meta que, pelo índice de 13,17%, alcançou. A dificuldade é controlar o fluxo migratório promovido pela cobiça às riquezas minerais.

Além disso, a taxa de mortalidade infantil é, atualmente, de 17,4 para cada mil nascidos vivos. Apresentou decréscimo significativo em relação a 2000, quando era 32,3. Mas já foi menor: em 1996, por exemplo, era 10,4; em 1997, era 13,7.

Com 177 mil habitantes em 2013, o município conta com apenas 491 profissionais de saúde (142 médicos), 126 unidades ambulatoriais e 344 leitos – o que significa 1,95 leitos por mil habitantes, abaixo do recomendável pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que orienta 4,5 leitos para cada grupo de mil habitantes (IBGE, 2012; DATASUS, 2012).

O município é um dos líderes no Pará em número de casos de dengue e em 2012 registrou 1.330 casos confirmados da doença, atrás apenas de Belém, que teve 1.897 casos. De janeiro a agosto de 2013, foram mais 749 casos. Também é elevado o número de casos de Aids, que chegou a 542 ocorrências diagnosticadas até o final de 2012 e 72 mortes já registradas (DATASUS, 2012).

No que tange à segurança, os repasses da Compensação Financeira pela Exploração Mineral de Parauapebas não dão conta de esconder o fato de que o município tem caminhado rumo à violência homicida e no trânsito.

No Mapa da Violência 2013, o município ocupa a 86ª entre os 5.570 municípios brasileiros em taxa de homicídios totais. Em 2011, foram registrados 60,5 assassinatos em cada grupo de 100 mil habitantes, taxa superior à apresentada no Mapa da Violência 2012, de 52,6 (WAISELFIZ, 2012c; WAISELFIZ, 2013b). Se fosse um país, seria o 3º mais violento do mundo, atrás de El Salvador (71 assassinatos por 100 mil habitantes) e Honduras (67). A taxa de homicídios por arma de fogo, sozinha, é de 36,3 registros a cada grupo de 100 mil habitantes, superior à taxa da Colômbia (35), o que lhe rende o 167º lugar no Brasil (WAISELFIZ, 2013a).

No Mapa da Violência 2011, Parauapebas aparecia com uma das taxas de suicídio mais elevadas do País, entre jovens de 17 a 29 anos, ocupando a 42ª

³⁹ O número de habitantes maiores de dez anos no município sem rendimento ou vivendo com menos de um salário mínimo saltou de 35.311 em 2000 para 74.514 pessoas em 2010.

colocação nacional, com 12,2 casos por 100 mil indivíduos nessa faixa etária (WAISELFIZ, 2012b). Além disso, é o 88º município mais violento do Brasil, em número de homicídios juvenis, com taxa de 99,4 registros a cada grupo de 100 mil jovens (WAISELFIZ, 2013b; O LIBERAL, 2012), assim como é cada vez mais fatal para suas 76.015 mulheres (FOLHA DE PARAUPEBAS, 2012) e está entre os 25 mais violentos (24º colocado) do Estado e os 400 mais violentos (396º colocado) do Brasil. Até seu trânsito está cada vez mais mortal, visto que a violência sobre rodas sepulta, em média, 22,7 pessoas a cada 100 mil habitantes (WAISELFIZ, 2012a).

Na **Tabela 20**, a seguir, é apresentada a síntese de indicadores municipais, por meio dos quais é possível analisar a situação social atual de Parauapebas.

Tabela 20 – Síntese dos indicadores negativos a vencer para atingir os ODM

População em 2013*	176,6 mil
Favelas	8
População favelada	13,6 mil
População sem casa própria	65,8 mil
Nascimentos por ano	3,4 mil
Taxa de crianças desnutridas	0,4%
Taxa de mortalidade infantil	17,4‰
Média de mortes por ano	415
Taxa de homicídio total	60,5 por 100 mil
Taxa de homicídio juvenil	99,4 por 100 mil
Taxa de suicídio	12,2 por 100 mil
Taxa de mortes no trânsito	22,7 por 100 mil
Índice de ruas sem asfalto	36,25%
Índice de esgoto a céu aberto	53,51%
População em ruas sem asfalto	52,1 mil
População sem rede de esgoto	74,8 mil
População sem coleta de lixo	13 mil
População em ruas às escuras	15,3 mil
Migrantes por ano	10,8 mil
Taxa de desemprego	10,38%
Diferença de ricos e pobres	21 vezes
Renda média do trabalhador	R\$ 1.371,16
População na linha da pobreza	23,2 mil
População indigente	7,8 mil

Fonte: IBGE, 2012; DATASUS, 2012; WAISELFIZ, 2012c – Elaboração Própria.
*Estimativa da População 2013.

Apesar de os indicadores sociais em Parauapebas ainda estarem abaixo do ideal, para um município considerado o maior arrecadador de *royalties* de mineração no País, é imprescindível ressaltar que os benefícios das comunidades locais com a mineração são vários: aumento das oportunidades de diversificação da economia, ampliação do valor do território, expansão dos benefícios tradicionais, tais como empregos, apoio às atividades econômicas, oferta de água e de energia, de transporte e de outras infraestruturas, além de educação, saúde e demais oportunidades (ENRÍQUEZ, 2007b).

A discussão que se levanta reside na gestão dos recursos da CFEM e em saber como os *royalties* de mineração são aplicados em benefício da comunidade, uma vez que os valores totais movimentados (**Tabela 21**) pela mineração são expressivos para um município com população ainda pequena.

Tabela 21 – CFEM, Cota-Parte e Operação Total entre 1997 e 2013 (em R\$)

Ano*	Operação Total	CFEM total	Cota-Parte CFEM
1997	906.797.228,27	18.135.944,57	11.788.363,97
1998	946.824.592,69	18.936.491,85	12.308.719,70
1999	1.298.798.896,59	25.975.977,93	16.884.385,65
2000	1.426.913.177,37	28.538.263,55	18.549.871,31
2001	1.904.765.504,37	38.095.310,09	24.761.951,59
2002	2.349.812.271,04	46.996.245,42	30.547.559,52
2003	2.162.380.989,93	43.247.619,80	28.110.952,87
2004	1.498.379.883,15	30.302.698,94	31.845.797,89
2005	3.339.731.302,39	66.050.601,70	41.805.523,82
2006	4.796.351.605,12	77.182.521,92	49.604.916,78
2007	5.241.608.762,57	85.004.148,73	55.141.077,33
2008	8.398.930.273,30	156.482.202,22	83.235.142,82
2009	8.944.735.520,27	165.744.836,88	124.194.286,63
2010	12.614.857.307,67	229.896.598,41	137.931.789,78
2011	19.921.877.643,68	371.088.416,69	234.391.751,95
2012	21.494.709.204,96	427.086.035,56	283.132.063,03
2013	28.277.489.515,76	700.217.745,22	450.805.592,51
Total	125.524.963.679,13	2.528.981.659,48	1.635.039.747,15

Fonte: DNPM, 2013; DESENVOLVIMENTO, 2013 – Elaboração Própria.

* Os valores exportados em minérios foram US\$ 847.474.045 em 1997; US\$ 830.547.888 em 1998; US\$ 742.170.798 em 1999; US\$ 771.304.420 em 2000; US\$ 810.538.512 em 2001; US\$ 758.003.958 em 2002; e US\$ 733.010.505 em 2003. Para calcular a movimentação financeira total da mineração, converteu-se o total das exportações pela média da cotação do dólar para cada ano, a saber: 1997, R\$ 1,07; 1998, R\$ 1,14; 1999, R\$ 1,75; 2000, R\$ 1,85; 2001, R\$ 2,35; 2002, R\$ 3,10; e 2003, R\$ 2,95. Os cálculos da CFEM e da cota-parte, a partir do produto da conversão das exportações, seguem a proporcionalidade definida pela DNPM.

No balanço da indústria extrativa, considerando-se os últimos 17 anos, verifica-se que a mineração do município realizou operações que totalizaram praticamente R\$ 125,5 bilhões. Em termos didáticos, é um montante que daria para “comprar” o Pará e sobrar troco para “comprar” Rondônia e Amapá [aspas do Autor]. Apenas a cota-parte da CFEM recolhida nesse período e que foi parar na conta da Prefeitura Municipal de Parauapebas, no valor de R\$ 1,6 bilhão, é superior a riqueza de 5.244 municípios brasileiros.

Em caráter de ilustração, apenas os R\$ 450,8 milhões que entraram no caixa da Prefeitura Municipal de Parauapebas em 2013, como cota-parte da CFEM, compõem um montante suficiente para: eliminar um terço do déficit de 20.725 habitações do município, com a construção de 9.016 casas no valor de R\$ 50 mil cada; ou asfaltar toda a sede municipal, em 644 quilômetros de vias urbanas, já que a cidade tem atualmente 281,98 quilômetros de ruas sem asfalto (IBGE, 2012), com cada quilômetro ao custo de R\$ 700 mil; ou construir 180 escolas públicas municipais, cada uma orçada em R\$ 1,5 milhão; ou erguer dez hospitais do porte do Municipal, cuja obra teve início em 2005 e custaria ao final R\$ 45 milhões, mas jamais foi concluída; ou acabar com o problema crônico da falta de água.

Prefeitura alguma, entre os municípios com até 500 mil habitantes (um total de 5.531) recebeu tanto dinheiro em tão pouco tempo. Mas não se verifica em Parauapebas investimentos públicos condizentes a tal aporte de *royalties*, os quais, embora tenham tido destinação desconhecida, sabidamente dariam para eliminar toda a problemática social no município.

De acordo com Presas (2012), a pouca participação da sociedade local faz com que a classe política de Parauapebas, como na maioria dos municípios mineradores, acomode-se e deixe de prestar contas sobre onde e de que maneira os repasses da CFEM estão sendo aplicados. A impressão, segundo ela, é de que os *royalties* estão “se perdendo no caixa do município” (PRESAS, 2012, p. 176).

A falta de clareza na aplicação dos recursos junto com a impossibilidade da Seplan [Secretaria Municipal de Planejamento] de conceber o orçamento (impossibilidade que só obedece a questões puramente políticas) é o grande gargalo do poder público local para lograr fazer o que mais se precisa naquele território: planejamento eficiente para lidar com as dinâmicas que a própria atividade mineradora gera e conseguir assim dar respostas às infinitas demandas sociais (PRESAS, 2012, p. 193).

Com os aportes da CFEM que entraram no caixa da Prefeitura Municipal de Parauapebas, daria para implementar um megaprograma em nível municipal – e até estadual – de erradicação da pobreza. Isso porque, segundo dados do Governo Federal, com R\$ 20 bilhões, foi possível tirar 36 milhões de brasileiros da linha da pobreza. Logo, na mesma proporção, a cota-parte da CFEM que a prefeitura recebeu entre 1997 e 2010, no valor de mais R\$ 666 milhões, daria para tirar da pobreza 1.307.275 – considerando-se que o salário mínimo para o ano de 2010 era de R\$ 510. A título de esclarecimento, a população abaixo da linha de pobreza em Parauapebas já era, em 2010, de 27.239 pessoas.

6 PREVISÃO DE EXAUSTÃO DAS MINAS DE PARAUPEBAS

Como explanado, a indústria extrativa mineral é a principal fonte de recursos em Parauapebas, de onde sai a maior produção de ferro do Brasil. Contudo, Viana (2012) adverte que as reservas minerais são finitas, uma vez que o produto de sua exploração (os minérios) não são renováveis e podem acabar para sempre.

Tendo em vista a importância da mineração para Parauapebas, este capítulo apresenta e discute dados de documentos inéditos produzidos pela mineradora Vale S/A. acerca da exaustão das minas de ferro e manganês localizadas no complexo minerador Serra Norte. A Vale tem mapeada toda a área do Programa Grande Carajás e, por isso, seus relatórios sobre as jazidas de Parauapebas têm caráter oficial, haja vista o fato de não existir documento de entidade pública que tenha dimensionadas com precisão as reservas minerais lavradas e lavráveis da região.

No tocante ao complexo Serra Norte, em Parauapebas, cujas reservas de minério de ferro⁴⁰ totalizam 2,637 bilhões de toneladas com teor de hematita de 66,7%, são apresentados dois cenários prospectivos com base na produtividade das minas em operação. O Cenário 2, com projeção de o minério esgotar-se em 2027, é realista, já que a expansão que justifica o aumento da produção (e a consequente diminuição da vida-útil da jazida em relação ao Cenário 1) encontra-se em curso.

Uma das motivações desta pesquisa é a falta de planejamento em nível local para enfrentar o fim da atividade minerária, esta responsável pela migração intensa de que o município se tornou alvo. Para Viana (2012, p. 25), “a mineração precisa se preocupar não só com a etapa de operação, mas também com a pós-exaustão, principalmente nos casos em que há estreita dependência socioeconômica das comunidades locais quanto aos empregos e às rendas dela advindos”.

Sendo assim, foram levantados dados inéditos sobre a mineração em Parauapebas, com base em documentos produzidos pela Vale e entregues a órgãos e instituições cujas sedes estão localizadas distantes do município. Um dos documentos é o *Relatório de Impacto Ambiental (Rima)*, de 113 páginas, elaborado em 2011 pela Amplo, consultoria contratada pela Vale para fazer estudo visando a consubstanciar a ampliação das minas de N4 e N5, em Serra Norte.

⁴⁰ O estudo da vida-útil das jazidas tem seu cerne no minério de ferro porque este é a *commodity* mais abundante e lucrativa para a Vale, entre todos os bens minerais do subsolo de Parauapebas.

O outro documento é o *Relatório Anual 2013*, conhecido como Formulário 20F, um texto de 278 páginas elaborado pela própria Vale e que discrimina todas as suas operações no Brasil e no exterior. É um relatório que, todo ano, deve ser obrigatoriamente entregue à Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, onde a Vale tem ações. O documento em questão é geralmente entregue à entidade americana entre os meses de março e abril.

A partir das informações colhidas de documentos da Vale, a exaustão das minas de Parauapebas é prevista em dois cenários, a saber: 1) cenário mais longo; e 2) cenário realista, conforme os planos de expansão da mineradora.

6.1 CENÁRIO 1

Na página 68 do *Relatório Anual 2013*, consta que em 2028, a mina de N4E, aberta em 1984, encerra as atividades; em 2032, N4W, aberta em 1994, estará exaurida; e em 2035, N5, aberta em 1998, será fechada. Esse prognóstico diz respeito ao minério de ferro. Em 2022, será exaurido o manganês da Mina do Azul, aberta em 1985, também em Parauapebas.

MINA DO AZUL (MANGANÊS): Segundo a Vale (2014), a reserva do Azul tem 30,1 milhões de toneladas (Mt) de manganês provadas e outras 7,8 Mt prováveis, com teor de 40,1%. A produção oscilou entre 1,6 Mt (2010), 2,1 Mt (2011), 1,9 Mt (2012) e 1,9 Mt (2013). Mantendo-se o ritmo de extração de 2012, a Vale projeta o fechamento da Mina do Azul para 2022.

MINAS N4E, N4W e N5 (MINÉRIO DE FERRO): Conforme o cronograma da Vale, a primeira das minas do Projeto Ferro Carajás (PFC) a encerrar as atividades será N4E em 2028. A reserva dessa mina tem 240,8 Mt de minério de ferro provadas e outras 84,4 Mt prováveis. O teor médio de hematita contida chega a 66,4%. A produção de N4E apresentou declínio nos últimos três anos, com 22,2 Mt (2010) 20,1 Mt (2011) e 18,7 Mt (2012) extraídos, mas voltou a subir para 19,9 Mt (2013).

Entre as minas da Vale em Parauapebas, a de N4W é a que tem a maior reserva de ferro, com 1.099,6 Mt provadas e outras 275,1 Mt prováveis, além de excelente teor de 66,5% de hematita. O minério de ferro dessa cava atinge exaustão

em 2032, dado o ritmo de extração: 33,4 Mt (2010), 38,9 Mt (2011), 39,3 Mt (2012) e 31,3 Mt (2013). O desempenho de N4W em 2013 foi o pior dos últimos cinco anos.

Ainda assim, está em N5 o minério que terá vida mais longa, até 2035, e o de mais alto teor no Brasil e no mundo, com 67,2% de hematita pura. São 231,3 Mt de reservas provadas mais 705,8 Mt de prováveis reservas que têm alimentado um processo extrativo expressivo e que rendeu 45,6 Mt (2010), 50,8 Mt (2011), 48,8 Mt (2012) e 53,6 Mt (2013), o recorde entre as minas de Serra Norte.

6.2 CENÁRIO 2

As projeções para este cenário mantêm as perspectivas do manganês do Cenário 1 e remodelam a extração do ferro a partir de um fato novo: a expansão das minas. Atualmente, a capacidade de produção do minério de ferro nas três minas de Parauapebas é de 110 milhões de toneladas por ano (Mtpa). O recorde de produção foi alcançado em 2011, quando foram extraídos delas 109,8 Mtpa. Em 2012, a produção caiu para 106,8 Mtpa; e para 104,9 Mtpa em 2013 (VALE, 2014).

Mas a Vale planeja – e já possui um projeto em andamento para tal, intitulado Adicional 40 Mtpa – expandir a produção de 110 para 150 Mtpa em Serra Norte, o que implica, na prática, abertura de novas cavas de minério e, por conseguinte, redução da vida-útil de 2035 (Cenário 1) para 2027 (Cenário 2). Com a expansão, segundo a Vale, existe a possibilidade de converter as reservas estimadas dos corpos minerais de N1, N2, N3, N6, N7, N8 e N9 e incorporá-los à produção de N4 e N5, ampliando-se, assim, a extração do ferro e prolongando-lhe a existência.

A **Tabela 22** discrimina a produção do Projeto Ferro Carajás, na Serra Norte, a partir de 2018, após ter aberto novas cavas e aglutinado cavas remanescentes.

Tabela 22 – Cronograma de operação das novas cavas

MINA	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
N5S	31,59	31,27	45,21	31,45	29,5	26,54	21	—	—	—
MORRO 1	23,3	22,61	28,85	27,19	28,4	33,2	16,69	—	—	—
N4WS	91,48	91,47	91,45	91,45	91,4	91,46	140,51	111,5	111,5	—
MORRO 2	—	—	—	—	—	—	—	70	70	21,4

Fonte: AMPLO, 2011.

É possível visualizar que a produção de minério de ferro alcance seu pico em 2025 e 2026, anos em que a mina com a maior reserva, N4W, deve ser exaurida. A partir de 2027, restará minério apenas em Morro 2, que nesse mesmo ano deve se exaurir, findando-se, então, o ciclo extrativo em Parauapebas, município em relação ao qual sempre foi dito haver minério para 450 anos ou mais. Por outro lado, as expansões previstas não implicam elevação de novos postos de trabalho, uma vez que a mão de obra da Vale fará trabalhos rotativos (AMPLO, 2011).

Vale lembrar que essas minas são o motor da economia de Parauapebas, tanto pelo volume de recursos financeiros que geram quanto pela abertura de postos de trabalho e pela fama concedida ao município como terra do emprego e “Capital do Minério”. Por outro lado, a possibilidade de emprego é cada vez menor diante da especialização dos serviços minerários. No passado, as minas empregaram quase 12 mil operários, e atualmente esse número não passa de 7.000, sendo que, com a exaustão, todos os trabalhadores deverão ser dispensados (AMPLO, 2011).

Viana (2012) nota que os empregos anunciados e que atraem a massa trabalhadora migrante, ao exigir qualificação, faz com que a maioria dos candidatos seja privada das oportunidades e entre para as estatísticas de desemprego. Em parágrafo do Jornal Beira do Rio (2012), a culpa é do desenvolvimento desigual.

O sudeste paraense é conhecido por apresentar grandes depósitos e jazidas de ametistas, citrino, opala, quartzo rosa, amazonita, ouro, entre outros. Mas também apresenta elementos decorrentes do histórico processo de construção da economia brasileira centrada no desenvolvimento industrial, que resultou na concentração de renda e no acirramento das desigualdades sociais (BEIRA DO RIO, 2012, p. 4).

Diante disso, é possível notar que a comunidade parauapebense, em suas dinâmicas social e econômica, será fatalmente impactada com o fim da indústria extrativa, tendo em vista a dependência econômica do município dessa atividade.

6.3 DESDOBRAMENTOS NAS DINÂMICAS DO TRABALHO E MOBILIDADE

A gestora do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) de Parauapebas, Carmem Carume, foi formalmente entrevistada para ajudar a delinear os efeitos que

a mineração tem provocado a Parauapebas⁴¹. Segundo ela, chegam em média a Parauapebas cerca de 200 novas famílias por dia, com a esperança de arranjar emprego no município, argumento que esbarra no fato de que a mineração, atividade que concentra a maior força de trabalho local, está cada vez mais seletiva e, portanto, a cada dia empregando menos.

Ela lembra que os empregos na área de mineração atualmente divulgados no Sistema Nacional do Emprego (Sine) são todos voltados a atender ao projeto S11D, em Canaã dos Carajás.

Recentemente, tivemos 700 oportunidades de trabalho numa subsidiária da Vale, para contratação imediata no setor mineral, mas nenhuma das vagas era para Parauapebas. A Rua E, nas imediações do Sine, ficou tomada por quase 5 mil homens, de todos os lugares. Esse fato ficou marcado para mim porque eu nunca antes havia visto tantas pessoas desempregadas num lugar que sempre foi considerado terra de oportunidades. As imagens da Rua E tomada por aqueles homens, desempregados, ganhou a imprensa regional. De tudo isso, o que podemos concluir é que a desaceleração dos postos de trabalho na indústria extrativa em nosso município chegou com força. Ninguém imaginaria tamanha crise em Parauapebas, crise essa que atinge importantes setores econômicos, como o comércio, e expõe os diversos problemas sociais que temos em decorrência de uma migração histórica, muito embora Parauapebas seja considerado um município rico.

A titular do SAC esclarece que os migrantes que chegam a Parauapebas continuam sendo maranhenses, mas estes vêm mirando Canaã dos Carajás e o S11D. Ela observa que Parauapebas ainda emprega, mas não mais como antes e apenas em setores como o comércio. Além disso, a perspectiva para o município, segundo Carmem, é de desemprego, admitindo-se a inexistência de um plano social e de diversificação da matriz econômica para que o município siga sem a dependência da mineração.

O presidente da Cooperativa de Vans do Sul e Sudeste do Pará (Coopasul), Uriel de Jesus Silva Rodrigues Pacheco⁴² afirma que em média 300 pessoas

⁴¹ Entrevista gravada no dia 4 de outubro de 2013 para levantar dados do perfil dos migrantes que chegam a Parauapebas. Na ocasião, a gestora ficou de apresentar relatórios elaborados pela gestão anterior sobre a chegada de novas pessoas a Parauapebas via Estrada de Ferro Carajás (EFC), por meio do trem, e via PA-275, a partir de vans, micro-ônibus e ônibus. No entanto, Carmem Carume informou que servidores da administração passada, exonerados este ano, deram fim no extenso banco de dados – e até em computadores – do órgão, dificultando o delineamento, empírico, de um perfil do migrante que chega a Parauapebas, bem como a implantação de políticas públicas tendo em vista a chegada constante de novos moradores.

⁴² Entrevista gravada no dia 11 de outubro de 2013 para levantar dados do perfil dos viajantes e ou migrantes que, a partir das rodoviárias de Marabá – Terminal Rodoviário “Pedro Marinho”, na Folha 32; e Terminal Agrorodoviário “Miguel Pernambuco”, no Km 6 –, chegam a Parauapebas, distante 167 quilômetros. A saber, Marabá é o principal ponto de partida rodoviário no sentido a Parauapebas.

desembarcam no Terminal Rodoviário Municipal de Parauapebas diariamente. Porém, igual número embarca – o que também ocorre na estação ferroviária, com número de embarques semelhante ao de desembarques (AMPLO, 2011).

Uriel de Jesus observa que, diferentemente do que ocorreu nas décadas de 1990 e de 2000, quando muitos procuravam Parauapebas por tê-lo como referência de empregabilidade e prosperidade, atualmente as pessoas que chegam exclusivamente ao município já não são mais “desavisados” ou “rodados” à procura de emprego. São cidadãos que têm raízes já fincadas, com mulher, filhos ou pais.

Acabou aquela história de que só chegava maranhense rodado a Parauapebas. Agora, só vem aqui quem tem negócio. A Vale nem está mais empregando, só demitindo. A fase áurea do minério por aqui já se foi. Agora, é a vez [do município] de Canaã [dos Carajás]. Lá é onde está bombando, onde tem emprego e onde a especulação imobiliária está altíssima. Lá será o futuro. Muita gente de Parauapebas está tomando o rumo de Canaã e investindo por lá para garantir o futuro. Por aqui, nunca se viu tanta casa com placa de “vende-se” e “aluga-se”. O município passa pela maior crise da história.

O motivo de Parauapebas estar perdendo espaço para o vizinho Canaã dos Carajás está, como também notado por Carmem Carume, na implantação do projeto S11D em solo canaense. O representante dos vanzeiros analisa que a rota da dinâmica do trabalho em Parauapebas esteja sofrendo influência e se debandando para, além de Canaã, Altamira, onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a maior genuinamente brasileira.

Uriel exemplifica que até pouco tempo não existia linha direta de micro-ônibus entre Marabá e Canaã dos Carajás. Agora, são ao menos três por dia, a partir de Marabá. No circuito Parauapebas a Canaã, o número de passageiros triplicou.

Muitas pessoas, a maioria homens maranhenses, que compram a passagem na linha de Marabá a Parauapebas, na verdade embarcam rumo a Canaã. Como há apenas três linhas diretas entre Marabá e Canaã e umas 20 entre Marabá e Parauapebas, as pessoas compram até Parauapebas e, de lá, compram até Canaã, que fica a 70 quilômetros. Então, podemos afirmar que, hoje, metade dos passageiros da linha entre Marabá e Parauapebas está pegando o caminho de Canaã, porque estão indo buscar oportunidades no novo projeto da Vale [o S11D]. De maneira geral, é possível dizer que Parauapebas deixou de ser o lugar preferido aqui no interior há uns dois anos. Atualmente, quem manda é Altamira. Antes, a gente via uma ou duas vans diárias fazendo linha para lá, saindo de Marabá. Agora, são 20. Houve dia em que vi 30 vans saírem lotadas para Altamira, que, no momento, é o lugar de mais empregos aqui no interior do Pará. Digo sem medo de errar.

A gestora do SAC, Carmem Carume, por seu turno, divulga que está sendo feito um levantamento no município e os resultados preliminares apontam que, apesar da taxa de crescimento populacional de Parauapebas ser uma das maiores do País, a mão de obra local tem baixa qualificação. As grandes empresas que se instalaram no município oferecem emprego, mas para quem tem qualificação, uma vez que, para trabalhar com grande maquinário da mineração, empreiteiras e empresas de infraestrutura, é preciso ter conhecimento técnico. O resultado são um crescimento populacional enorme e uma massa exorbitante de desempregados.

No balanço de 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego, divulgou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apontando que Parauapebas foi o segundo município do Brasil com o maior número de demissões. Nos 12 meses do ano, foram fechados 5.795 postos de trabalho com carteira assinada. É o pior registro de Parauapebas em 25 anos de existência, cabendo ressaltar que, em 2012, o município fechou com saldo positivo de 4.068 empregos com carteira assinada.

Por outro lado, dois dos municípios onde estão sendo instalados grandes projetos no Pará estão na lista dos 50 que mais empregam no Brasil: Altamira, onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e que abriu 15.053 postos de trabalho em 2013; e Canaã dos Carajás, município que tomou o lugar de Parauapebas nos planos de investimentos da mineradora Vale devido ao projeto S11D. Neste último, foram abertos 4.488 postos de trabalho, a maioria ocupada por trabalhadores desempregados de Parauapebas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado o município mais rico do Estado do Pará, com produção de divisas que é a 25ª maior do País e superior à de quatro Estados da Federação, Parauapebas vê na atualidade sua sede urbana enfrentar uma miríade de problemas socioespaciais em meio a uma riqueza que é apenas teórica e mal distribuída. Em meio aos números, a maioria dos migrantes maranhenses que supostamente ainda chegam ao território, com a esperança de conseguir emprego na mineração, depara-se com o desemprego, tendo em vista que as oportunidades nas minas de Carajás estão cada vez mais raras e com alto nível tecnológico, o que geralmente é desvantajoso para os migrantes.

É importante salientar que todas essas ponderações, levantadas no decorrer dos capítulos anteriores, são basilares para compreender a dinâmica social e produtiva de Parauapebas, bem como para subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de eliminar ou minimizar os principais gargalos socioeconômicos deixados ao município em decorrência da expansão das atividades capitalistas em seu território que tantas contradições geram, a exemplo do fato de o município ser o maior exportador nacional e o segundo onde o trabalhador formal mais perde o emprego. Assim, cada capítulo desta Dissertação teve a essência de sua discussão – centrada em Parauapebas – resenhada em artigos publicados em importantes eventos acadêmicos, científicos e técnicos do País, a saber:

- Capítulos 2 e 3 (*Território e Sociedade no Brasil e Capital e Trabalho na Amazônia*): artigo “Migração de Trabalhadores Nordestinos a Parauapebas” publicado na edição especial da Revista GeoNorte, em 2013, durante o 3º Simpósio Nacional de Geografia Política, realizado em Manaus (AM).

- Capítulo 4 (*Processo Migratório de Trabalhadores a Parauapebas*): artigos “Paranhãopebas!: Relação Sociodemográfica entre os Maranhenses e o Município de Parauapebas (PA)”, publicado em 2013 nos anais do 3º Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Recife (PE); “Migração, Trabalho e Mineração: Maranhenses Tomam o Rumo de Parauapebas, no Sudeste do Pará”, publicado em 2013 nos anais do 4º Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFSCar, realizado em São Carlos (SP); e “Migração de Trabalhadores Maranhenses a Parauapebas (PA) Atraídos

pela Mineração”, publicado em 2013 nos anais do 4º Seminário Amazônia: Interações entre o Global e o Local. O Pensamento Social Crítico Contemporâneo, realizado em Marabá (PA).

- Capítulo 5 (*Parauapebas e a Mineração*): artigos “A Importância da CFEM no Município de Parauapebas (PA)”, publicado em 2012 nos anais do 3º Congresso de Mineração da Amazônia – Exposibram, realizado em Belém (PA); e “Royalties de Mineração e o Financiamento de Problemas Sociais no Município de Parauapebas”, publicado em 2013 nos anais do 4º Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFSCar.

- Capítulo 6 (*Previsão de Exaustão das Minas de Parauapebas*): artigo “Exaustão das Minas de Ferro e Manganês em Parauapebas. Mineração (In) Sustentável?”, publicado em 2013 nos anais do 4º Seminário Amazônia: Interações entre o Global e o Local. O Pensamento Social Crítico Contemporâneo.

Na síntese de toda essa produção, é possível entender que, não obstante as contradições e os dilemas causados pela mineração, como o “boom” populacional de que alguns municípios se tornam vítimas, Enríquez (2007) estima que, para cada emprego gerado na indústria extrativa mineral, 13 postos são criados noutros setores da economia, nos serviços ou em indústrias. A associação entre a criação de empregos e a redução da pobreza ocorre por intermédio da renda salarial que flui para a economia, contribuindo positivamente para o aumento da renda *per capita* e, conseqüentemente, para a redução da pobreza, conforme o esquema a seguir:

mineração → impostos, taxas, *royalties* para o governo → financiamento de programas de alívio à pobreza → geração de emprego e renda → redução da pobreza

No caso de Parauapebas, com a ampliação das minas em operação na Serra Norte, deverá haver significativa ampliação das receitas, o que não quer dizer que haverá ampliação da oferta de empregos no setor – pelo contrário, as oportunidades estão cada vez mais escassas, tecnológicas e especializadas.

Por outro lado, é preciso considerar o futuro da região com a ampliação da extração mineral em Serra Norte, o que deve acelerar o processo de exaustão das jazidas e promover a finalização das atividades minerárias no município, que, em termos econômicos, deve sofrer as conseqüências, conforme prevê a empresa Vale:

O impacto na receita anual de Parauapebas poderá ser da ordem de R\$ 300 milhões anuais a menos em sua arrecadação, afetando de forma importante as contas públicas. Além disso, somente a massa salarial mensal vinculada ao Projeto Ferro Carajás, que hoje é da ordem de 8,1 milhões de reais, seria muito reduzida a partir de demissões decorrentes da significativa redução da produção até se completar o fechamento (AMPLO, 2011, p. 84).

O prognóstico de longo prazo aponta que não existe, em Parauapebas, uma avaliação da efetiva realidade econômica para o período pós-mineração. Ressalte-se que, conforme estudos já realizados e ou encomendados pela Vale, o município tem mais de 86% de suas terras comprometidas com unidades de conservação, fato que dificulta tornar a agropecuária uma eventual alternativa econômica que possa abrir oportunidades de trabalho aos milhares de migrantes maranhenses e de outras regiões do Brasil que escolheram Parauapebas atraídos pela vocação extrativa da “Capital do Minério”.

É imprescindível esclarecer que, atualmente, se visualiza um fato novo no cenário regional da mineração e da dinâmica do trabalho: a perda de importância de Parauapebas, nos critérios de massa trabalhadora, para Canaã dos Carajás, onde está sendo erguido o projeto S11D para exploração de, também, minério de ferro. Na perspectiva de médio e longo prazos, Canaã dos Carajás deverá se consolidar como o maior fornecedor de minério de ferro, superando Parauapebas, e como o maior receptáculo de população migrante atraída pela mineração, o que já está acontecendo na atualidade, conforme apontamentos de representante do setor de transportes e de estudos encomendados pela mineradora Vale.

Em todo o caso, a questão crucial é saber se municípios como Parauapebas, que geram divisas em razão da exploração de minérios, têm tido condições de alcançar autonomia financeira e ampliar a oferta de emprego, motivo que, no tocante à unidade geográfica em questão, fez dela uma espécie de “Meca” de migrantes maranhenses, que agora tomam – eles e pessoas de outros estados – novos rumos, à procura de outras oportunidades. Se a atuação for racional, a atividade mineral pode implicar benefício para a comunidade onde esteja acontecendo.

Por fim, é preciso envidar esforços em projetos de diversificação da matriz econômica, hoje centrada na mineração, a fim de que o município possa enfrentar, sem grandes prejuízos, a baixa na arrecadação em decorrência da exaustão das minas e transformar os recursos ainda arrecadados no presente em garantia de desenvolvimento com equilíbrio ambiental e social para a comunidade.

8 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A presente Dissertação, por meio da relevância dos temas aqui abordados (migração, mineração e trabalho), particularmente para um município considerado “Capital do Minério” e reconhecido dentro das estatísticas nacionais como o maior produtor de minério de ferro do Brasil e do mundo, traz brechas de pesquisas que permitem releituras outras, bem como a continuidade das investigações, haja vista os poucos estudos que inter-relacionam tais argumentos, em nível de Pará, nos bancos de dados da Capes. Assim, com base nos objetivos estabelecidos para esta pesquisa e a partir do detalhamento deles, será possível futuramente:

1) continuar a atualização dos resultados desta Dissertação para o município de Parauapebas, percebendo-se de que alternativas a população migrante faz uso ao não conseguir emprego na mineração capitalista;

2) dar prosseguimento à teorização crítica para a consolidação de um referencial teórico acerca da mineração regional, percebendo as transformações sociais que, desde já, se anunciam, diante da provável exaustão das minas de Serra Norte;

3) pesquisar, propor e acompanhar meios de fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos da mineração, a fim de que a sociedade – a quem deve ser retornado o conhecimento científico da Instituição de Ensino Superior pública – possa ter clareza dos investimentos em nível municipal em suas comunidades.

4) desenvolver pesquisa similar e analisar os impactos que grandes projetos provocam em outros municípios, como Canaã dos Carajás (devido ao projeto Sossego e, mais recentemente, pelo S11D, da mineradora Vale), Rondon do Pará (dado o anúncio da implantação do projeto Alumina Rondon, da Votorantim Metais) e Altamira (em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte), apontados como principais destinos contemporâneos de migrantes no Pará;

5) consolidar os resultados de pesquisas sobre esta temática como produto de ciência e instrumento de gestão, ao discutir a importância da mineração e seu papel como propulsor de migração, que financia problemas sociais;

6) levar o conhecimento acadêmico a áreas pouco estudadas nesse sentido, como Canaã dos Carajás e Rondon do Pará, no sudeste paraense, fortalecendo o legado científico e difundindo a importância do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 14724 – Informação e Documentação**: Trabalhos Acadêmicos: Rio de Janeiro, 2011.

ADIMB (AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A INDÚSTRIA MINERAL BRASILEIRA). **Clipping**. Brasília, 05 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.adimb.com.br/site/admin/inc/clipping/155.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

AFONSO, J. R. R. & ARAUJO, E. A. A Capacidade de Gastos dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível. **Caderno de Finanças Públicas**, ano I, n. 1. Brasília, 2000.

ALMEIDA, A. L. O. Colonização Dirigida na Amazônia. Rio de Janeiro: Ipea, 1992.

ALMEIDA, A. V. Movimentos Sociais na Amazônia. Amazônia, Mito e Desencanto. **Revista Debate**. Salvador: Cese, 1995.

ALMEIDA, A. V. & MOURÃO, L. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. **Pesquisa Antropológica**, n. 9 e 10, Brasília, UnB, 1976.

ALMEIDA, J. G. & LACERDA, D. E. Migrações de Trabalhadores Rurais do Maranhão para o Corte da Cana-de-Açúcar no Estado de São Paulo: O Caso do Município de São Vicente Férre (MA). In: **16º Encontro Nacional de Geógrafos**, jul. 2010. Porto Alegre, 2010.

ALMEIDA, J. J. **A Cidade de Marabá sob o Impacto dos Programas Governamentais**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2008. 273f.

ALVES, F. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte de Cana em São Paulo: Será Esse Um Fenômeno Casual ou Recorrente da Estratégia Empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

AMPLO. **Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental (EA-PBA) da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Diagnóstico da Área Diretamente Afetada (ADA) e Área de Influência Direta (AID)**. Vol. 5. Belo Horizonte, 2011.

AMPLO. Projeto Ferro Serra Norte – Mina N4 e N5: Estudo Global das Ampliações. In: **Relatório de Impacto Ambiental (Rima)**. Belo Horizonte, 2011.

ANDRADE, M. **Amazônia: A Esfinge do Terceiro Milênio**. Manaus: Metro Cúbico, 1981.

ANDRADE, M. P. **A Produção de Carvão e o Plantio de Eucalipto no Leste Maranhense**. In: Conceição, F. G. Carajás: Desenvolvimento ou Destruição? São Luís: CPT-MA, 1995.

ANTICO, C. Por que Migrar? In: PATARRA, N. & BAENINGER, R. (Orgs.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana – São Paulo 1980-1993**. Campinas: Unicamp, 1997.

ARCADIS TETRAPLAN. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Ramal Ferroviário Sudeste do Pará (RFSP)**. Dimensão Socioeconômica. São Paulo, 2011.

AUGUSTO, H. A. **Migração Recente nas Mesorregiões de Minas Gerais Segundo os Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BARROS, M. J. B. **Mineração, Finanças Públicas e Desenvolvimento Local no Município de Barcarena-Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: UFPA, 2009. 141f.

BECKER, B. K. & MIRANDA, M. P. **O Papel das Cidades na Ocupação da Amazônia**. Brasília: Ipea-Cepal, 1987.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro; Zahar, 1982.

BECKER, B. K. O Uso Político do Território: Questões a Partir de Uma Visão de Terceiro Mundo. In: BECKER, B. et al. (orgs) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século**, 2a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BEIRA DO RIO. Incubadora investe em tecnologia social. Por: Mayara Albuquerque. **Jornal Beira do Rio**, ano XXVII, n. 108, out. 2012. Belém: UFPA, 2012.

BLOG DO CHARLES ALCÂNTARA. **A Injusta Distribuição do ICMS**. Publicação de 31/12/2012. Disponível em: <<http://charlesalcantara.wordpress.com/category/opinioao/page/2/>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

BLOG DO ZÉ DUDU. **Parauapebas: população já ultrapassa 250 mil habitantes**. Publicação de 14 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.zedudu.com.br/?p=34842#comments>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade: Para Uma Teoria Geral da Política**. 14a. ed. Coleção Pensamento Crítico, 69. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRINGEL, F. O. **Trajetórias e Identidades Camponesas de Assentados Rurais no Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Belém: UFPA, 2006. 217f.

BRITO, D. C. **A Modernização da Superfície**. Belém: UFPA, 2001.

BRITO, E. P. **O Papel de Palmas-TO na Rede de Integração Regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD, 2009. 262f.

BRITO, G. S. & RIBEIRO, A. E. M. **Migrações Rurais e Fluxos de Conhecimento Agroecológico**: O Caso de Montes Claros (MG). *Qualit@s Revista Eletrônica*, vol. 9, n. 2, mai. 2010.

BRITO, G. S. **Migrações Rural e Urbano e Fluxos de Conhecimento Agroecológico**: O Caso de Montes Claros, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Montes Claros: UFMG, 2011.

BUENO, M. S. & KHOURI, D. Redes de Acolhimento para a Imigração Libanesa em São Paulo. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, v. 16. Caxambu, 2008.

CANDIDO, S. E. A. **Comunidades Ribeirinhas, Engenheiros e Conservação da Floresta**: Construção Participativa do Espaço Tecnológico em Empreendimentos Econômicos Solidários na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). São Carlos: UFSCar, 2010.

CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR). **Portal Periódicos Capes**. Ano 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&mn=68>. Acesso em: 03 jan. 2014.

CARDOSO, L. M. **Arranjo Produtivo Local de Gemas e Joias Como Ferramenta de Desenvolvimento Socioeconômico**: Estudo de Caso no Município de Teófilo Otoni, MG. Resumo acadêmico. Teófilo Otoni: UFVJM, 2009.

CARDOSO, M. A. & THOMAZ JR., A. **A Migração para o Capital e a Constituição do Território da Alienação do Trabalho nos Canaviais de Gastão Vidigal (SP)**. Presidente Prudente: Unesp, 2009.

CARDOSO, M. A. **Migração para o Capital nos Canaviais do Oeste Paulista**: A Geografia do Trabalho e os Imperativos da Barbárie. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

CARNEIRO, M. D. S.; MOURA, F. A. (Orgs.). **Migrações no Maranhão Contemporâneo**. Uma análise do Deslocamento de Trabalhadores Maranhenses Rumo à Lavoura Canvieira de São Paulo. São Luís: UFMA-CPT/MA, 2008, p. 9-26.

CARNEIRO, M. S.; SOUZA, A. J.; MARINHO, K. Migração, Estrutura Agrária e Redes Sociais: Uma Análise do deslocamento de Trabalhadores Maranhenses Rumo à Lavoura da Cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R. & ALVES, F. **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 215-232.

CARNEIRO, M. S.; SOUZA, A. J.; MARINHO, K. O Deslocamento Temporário dos Trabalhadores de Timbiras para a Lavoura Canavieira no Sudeste Brasileiro. In: CARNEIRO, M. D. S.; MOURA, F. A. (Orgs.). **Migrações no Maranhão Contemporâneo: Uma Análise do Deslocamento de Trabalhadores Maranhenses Rumo à Lavoura Canavieira de São Paulo**. São Luís: UFMA-CPT/MA, 2008, p. 9-26.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 6a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAVALCANTE, M. M. A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G. C.; LOBATO, L. C. H. **Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Contribuições Sobre a Área de Influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil)**. Revista Confins [Online]. Publicação de março de 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6924>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CETEM (CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL). Ferro: Mina N5 – Carajás, CVRD. **Comunicação Técnica**. Elaboração para o livro Usina de Beneficiamento de Minérios do Brasil. Rio de Janeiro: Cetem, 2002. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002-159-00.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

COLETTI, C. A **Estrutura Sindical no Campo: A Propósito da Organização dos Assalariados Rurais na Região de Ribeirão Preto**. Campinas: Unicamp, 1998.

COSTA, A. L. S. & CLEPS, G. D. G. **A Influência da Migração Nordestina e da Cana-de-Açúcar no Município de Morro Agudo (SP)**. Uberlândia: UFU, 2009.

COSTA, J. M. **Redes Técnicas e Uso Privado do Território na Amazônia: O Caso da Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 a 2006)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: UFRGS, 2008. 116f.

COUDREAU, H. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. São Paulo: Edusp, 1980.

DATASUS (DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE). **Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita – Pará**. Dados do Censo 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipa.def>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

DEAN, W. **A Luta Pela Borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEMARTINI, Z. B. F. & TRUZZI, O. **Estudos Migratórios: Perspectivas Metodológicas**. São Carlos: UFSCar, 2005.

DENATRAN (DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO). **Frota por Município**. Setembro de 2013. Disponível em: <www.denatran.gov.br>. Acesso em: 06 jan. 2014.

DESENVOLVIMENTO (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR). **Balança Comercial Brasileira por Município**. Dados de 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

DIAGONAL URBANA. **Dimensão Demográfica**, vol. 2. Fundação Vale e Diagonal Urbana Consultoria, 2007.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS). **Anuário dos Trabalhadores**. 10a ed. Brasília: MTE, 2009. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuarioTrabalhadores2009/Arquivos/glossario.html>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

DNPM (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL). **CFEM – Arrecadação por UF a Partir de 2004**. Base Estados, 2013. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx>. Acesso em: 06 jan. 2014.

DNPM (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL). **Sumário Mineral 2012**, vol. 31. Brasília: DNPM, 2012.

DUMITH, R. C. Território, Territorialidade e Identidade dos Pescadores Artesanais: Subsídios Conceituais ao Planejamento e Gestão de Reservas Extrativistas Marinhas. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, 2011.

DURHAM, E. R. **A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para o Urbano**. São Paulo: Ática. 1973.

EMMI, M. F. **Estrutura Fundiária e Poder Local: O Caso de Marabá**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). 172f. Belém: UFPA, 1985.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Maldição ou Dádiva? Os Dilemas do Desenvolvimento Sustentável a Partir de Uma Base Mineira**. Tese (Doutorado em Planejamento Sustentável). Brasília: UnB, 2007. 449f. (a)

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Mineração e Desenvolvimento Sustentável: É Possível Conciliar?**. In: **VII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Fortaleza, 2007. (b)

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Royalties da Mineração: Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Regiões Mineradoras na Amazônia Oriental? Cadernos do IG**, Unicamp, Campinas, v. 8, n. 1-2, p. 3-21, 2000.

FERREIRA, M. M. G. **Memória Dividida: Historiografia da Migração de Nordestinos e Narrativas Oraís de Migrantes Nordestinos para o Médio Mearim, Maranhão**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFF, 2010.

FERREIRA, M. R. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). **Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios**. Divulgação 2010. Disponível em: <[http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/ISDM%20por%20munic%C3%ADpio%202000%20e%202010\(1\).xls](http://cmicro.fgv.br/sites/cmicro.fgv.br/files/file/ISDM%20por%20munic%C3%ADpio%202000%20e%202010(1).xls)>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FIRJAN (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO). **Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal-IFDM 2012**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=PA&IdCidade=150553&Indicador=1&Ano=2010>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FISCHER, T. Poder Local: Um Tema em Análise. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 4, n. 26, p. 105-113, out.-dez., 1992.

FOLHA DE PARAUPEBAS. Pará tem 36 mil casos de violência contra a mulher. Fev. de 2012. **Folha de Parauapebas**: Parauapebas, 2012. Disponível em: <<http://www.folhadeparauapebas.com/2012/02/para-tem-36-mil-casos-de-violencia.html#.UOMGslGFDkl>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil não está pronto para erradicar miséria, diz pesquisador. Por: Uirá Machado. Caderno Poder, mar. 2011. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/884966-brasil-nao-esta-pronto-para-erradicar-miseria-diz-pesquisador.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

FONSECA, G. S. **Reterritorialização de Migrantes Temporários Mirabelenses**. Artigo de Mestrado em Geografia pela PUC-SP, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area08/8216_FONSECA_Gildette_Soares.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**: Trabalhadores Migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FURTADO, C. **A Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FURTADO, L. L.; SOUZA, A. S.; MACEDO, A. J. B. **A Importância da Compensação Financeira pela Exploração Mineral no Município de Parauapebas, Pará**. Artigo Acadêmico de Graduação em Engenharia de Minas e Meio Ambiente. Marabá: UFPA, 2012.

GARCIA, R. A.; SOARES FILHO, B. S.; SAWYER, D. O. **Dimensões Socioeconômicas e Movimentos Populacionais: Uma Regionalização da Amazônia Brasileira**. Artigo apresentado no 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep), realizado em Caxambú (MG), em 2004. Caxambu: UFMG, 2004.

GDIP (GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES PÚBLICAS). **Receitas Orçamentárias Arrecadadas**. Última atualização: 06 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.gdip.com.br/movimentoreceita.xhtml>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

GOLDER ASSOCIATES. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Projeto Ferro Carajás S11D**. Belo Horizonte, 2010.

GOMES, F. R. R. **Cartografia Linguística e Educação na Amazônia: Um Estudo Semântico-Lexical da Fala na/da Microrregião Marabá/Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação). Belém: Uepa, 2007. 287f.

GONÇALVES, A. J. **Migrações Internas: Evoluções e Desafios**. Estudos avançados vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a14.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

GONÇALVES, F. S. **Eficiência da Recuperação Ambiental de Áreas Antropizadas pela Mineração de Ferro do Complexo Carajás-PA**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Seropédica: UFRRJ, 2012. 140f.

GUIA QUATRO RODAS. **Mapas e Rotas: ViajeAqui**. Editora Abril S.A., 2012. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/tracar-rota>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

GUIMARÃES NETO, L. **Dinâmica Recente das Economias Regionais Brasileiras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GUIMARÃES, S. C. **Avaliação de Desempenho da Gestão Pública Municipal**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). São Paulo: FGV, 2008. 201f.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: A Rede Gaúcha no Nordeste**. Niterói: UFF, 1997.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: Conceitos e Temas**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (orgs). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, A. L. O Desenvolvimento da Amazônia Brasileira. In: **Amazônia – Desenvolvimento para Quem? Desmatamento e Conflito Social no Projeto Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HEBETTE, J. & MARIN, R. A. Colonização Espontânea, Políticas Agrárias e Grupos Sociais. In: **Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1979.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico 2010**. Divulgação de resultados em 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estimativa da População 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_pop.shtm>. Acesso: 06 jan. 2014.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa Pecuária Municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Produto Interno Bruto dos Municípios (1999-2011)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IDESP (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ). **Estatística Municipal: Parauapebas**. Belém: Idesp, 2013.

IPC MARKETING. **Ranking IPC Maps 2013 – 500 Maiores Municípios**. São Paulo. Edição 2013. Disponível em: <http://www.ipcbr.com/downpress/Ranking_IPC_2013_500_Maiores.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2013.

IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). Evolução da Desigualdade no Rendimento Domiciliar per Capita nos Municípios Brasileiros. **Comunicado do Ipea**, n. 120, 10 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/111110_comunicadodoipea120.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2014.

KOPPE, J. A Lavra e a Indústria Mineral no Brasil: Estado da Arte e Tendências Tecnológicas. In: FERNANDES, F.; CASTILHOS, Z.; LUZ, A. B.; MATOS, G. (eds.) **Tendências Tecnológicas – Brasil 2015**. Geociências e Tecnologia Mineral, Parte II – Tecnologia Mineral. Rio de Janeiro: Cetem, 2007.

LAGENEST, H. B. **Marabá: Cidade do Diamante e da Castanha**. São Paulo: Anhembi, 1958.

LEAL, A. L. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. São Paulo: Mimeog, 1993.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 6a. edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEONEL, M. **Biossociodiversidade: Preservação e Mercado**. São Paulo: Estudos Avançados, 2000.

LEROY, J. P. Territórios e Bens Comuns. Agriculturas: Experiências em Agroecologia. **Acesso à Terra e Direitos Territoriais**, v. 8, n. 4, p. 4-8, dez. 2011.

LOBATO, M. M. **Migração na Fronteira: Pelos Caminhos do Migrante até Marabá**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2012. 139f.

LÜDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, P. F. O Polo Siderometalúrgico de Carajás: Gênese de Uma Nova Região Industrial? **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 12 ed., p. 158-175, 1991.

MAHAR, D. J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise das Políticas Governamentais**. Rio de Janeiro: Ipea, 1978.

MALERBA, J. (org.) **Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para Quem? Para quê um novo código mineral? Fase**, 2a. ed., Rio de Janeiro, 2012.

MARIN, R. A. **Conflitos Agrários no Pará**. Belém, 2002.

MARTINELLI JR., O. **A Globalização e a Indústria Alimentar: Um Estudo a Partir das Grandes Empresas**. Marília: Unesp, 1999.

MARTINELLO, P. **A Batalha da Borracha na II Guerra Mundial e Suas Consequências para o Vale Amazônico**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1985.

MARTINS, F. D. et al. (Org). **Fauna da Floresta Nacional de Carajás: Estudos sobre Vertebrados Terrestres**. São Paulo: Nitro Imagens, 2012.

MARTINS, J. S. **Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. S. **Fronteira: A Degradação do Outro Nos Confins do Humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, M. F.; MALAGODI, E. A.; MENEZES, M. A. **A Migração Temporária Como Estratégia de Reprodução Social de Famílias Camponesas: Um Estudo no Sertão do Estado da Paraíba**, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Jaqueline-Fran%C3%A7a-Martins.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

MARTINS, V. Municípios com foco na mineração ganham espaço das capitais no PIB. **Correio Braziliense**. Caderno Economia. Publicação de 13/12/2012. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/12/13/internas_economia,338955/municipios-com-foco-na-mineracao-ganham-espaco-das-capitais-no-pib.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro (1867): O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS FILHO, J. & SOUZA, I. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MINÉRIOS & MINERALES. Corumbá: Novo Ciclo Econômico. **Revista Minérios & Minerales** (online). Publicação de outubro de 2011. São Paulo, 2011. Disponível em:

<http://www.revistaminerios.com.br/Publicacoes/3632/Corumba_novo_ciclo_economico.aspx>. Acesso em: 06 jan. 2014.

MONTEIRO, D. M. C. **Estudo sobre a Organização da Produção em Área de Assentamento no Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2004. 119f.

MORENO, G. S. **Ação Coletiva e Luta pela Terra no Assentamento Palmares II, Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias). Belém: UFPA, 2011. 134f.

MOURA, H. A. & MOREIRA, M. M. Análise Demográfica da Região Norte. In: PACHECO, C. A. & PATARRA, N. L. (Orgs.). **Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil**. Coleção Pesquisas, v. 4. Campinas: Unicamp, 2000.

MTE (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO). **Perfil do Município: Parauapebas**. Data-base: 1º jan. 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 06 jan. 2014.

NASCIMENTO, M. G. Migrações Nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, n. 12, vol. 2, dez. 1998.

NUNES, F. A. Migração Nordestina e a Luta Pela Terra na Amazônia da Segunda Metade do Século XIX. In: **XII Encontro Regional de História: Usos do Passado**. Rio de Janeiro, Anpuh, 2006.

O LIBERAL. Ananindeua lidera matança de menores no Pará. **O Liberal**. Publicação de 22/07/2012, cad. Pará. Disponível em: <<http://www.orm.com.br/noticia/noticia.asp?id=601107&|Ananindeua+lidera+matan%C3%A7a+de+menores+no+Brasil#.UOMIJIGFDkl>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

OLIVEIRA, A. M. S. de. As Novas Fronteiras do Agronegócio Canavieiro no Brasil: Tecendo Leituras Sobre as Condições de Trabalho e a Segurança Alimentar. Presidente Prudente, **Pegada**, v. 8, n. 1, 2007. p. 47-75.

OLIVEIRA, L. A. P. & OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.). **Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PALHETA, J. M. S. **Exercícios do Poder: Os Exemplos de Gestão e Viabilidade Financeira de Parauapebas e Curionópolis**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 1999. 175f.

PALHETA, J. M. S. **Poder, Governo e Território em Carajás**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Unesp, 2004. 191f.

PEREIRA, J. C. M. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: Uma Abordagem a partir de Santarém (PA)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Belém: Naea-UFPA, 2004. 139f.

PERICO, R. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PINTO, L. F. Serra dos Carajás pode sumir em 80 anos. In: **O Imparcial**. Caderno País, ed. 28 set. 2012.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios 2013**.

POLONI, G. **À sombra da Vale, cidade cresce mais do que a China**. Reportagem de 12 mai. 2010, do Portal IG, Caderno Economia. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/a-sombra-da-vale-cidade-cresce-mais-do-que-a-china/n1237616610128.html>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

PORTAL ODM: Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Sistema Relatórios Dinâmicos de Indicadores Municipais**, 2012. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/objetivo1.php>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

PREMIUM ENGENHARIA. **Parauapebas**: Economia Acelerada. Seção Notícias. Ano 2010. Disponível em: <<http://www.premium.com.br/noticias/conheca-a-premium-engenharia-9/>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

PRESAS, C. S. **Instituições e Desenvolvimento em Municípios de Base Mineira: Os Casos de Parauapebas-PA e Itabira-MG**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2012. 207f.

REIS, N. F. I. Campesinato e Memória Social: Reflexões Teóricas Sobre o Sudeste Paraense. In: **2º Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais**. Goiânia, UFG, 2011.

RIBEIRO, R. **As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica**: A Experiência de Marabá no Sudeste Paraense. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2010. 136f.

RITTER, C. Reflexões Epistemológicas sobre os Territórios de Identidade. **Revista Geografar**. Curitiba, v.6, n.1, p.95-109, jun. 2011.

RODRIGUES, J. C. **Marabá**: Centralidade Urbana de Uma Cidade Média Paraense. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2010. 188f.

RODRIGUES, M. M. **Região, Regionalização e Rede Política**: Um Estudo da Atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (Amat). Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: UFPA, 2006. 88f.

ROSA, J. R. A. M. **A Dinâmica Territorial da Mesorregião do Sudeste Paraense no Início do Século XXI**: Uma Proposta de Tipologia para Municípios de Fronteira. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: UFPE, 2011. 164f.

SÁ, R. F. R. & BRITO, E. P. **Filhos da Terra**: Migração dos Paraibanenses no Maranhão para a Cidade dos Sonhos, São Paulo. Artigo de Mestrado em Desenvolvimento Regional Urbano. Palmas: UFT, 2012.

SÁ, R. F. R. **Do Rio ao Asfalto**: Redefinições Territoriais dos Ribeirinhos na Vila dos Alagados no Município de Babaçulândia, TO. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia). Araguaína: UFT, 2011.

SAHR, W-D. Territórios-Faxinais-Espaços: A Problemática Espaço/Território na Formação Social Brasileira. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (orgs) **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular: Unesp, 2009.

SAMPAIO, I. C. B. S. **Reestruturação Produtiva e Flexibilização do Trabalho**: Um Estudo Sobre os Processos de Subcontratações e Relações de Trabalho na Alunorte S/A. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Belém: UFPA, 2006. 155f.

SANTOS, D. M. V. **Grande Mineração e Desenvolvimento de Comunidades**: Uma Leitura a Partir de Canaã dos Carajás. Dissertação (Mestrado em Administração). Belém: Unama, 2011. 124f.

SANTOS, E. **Vila Arraias**: Espaço de Sobrevivência, Morte e Núcleo de Organização na Luta Pela Terra na PA-150 (1970-1985). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: UFPA, 2007. 166f.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Tempo e Técnica – Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, R. B. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione. 1997.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R.; CARVALHO, J. A. M. As Redes para Além dos Rios: Urbanização e Desequilíbrios na Amazônia Brasileira. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 11-39, jan.-abr. 2009.

SCHAPPO, V. **Preços Internacionais das Commodities Agrícolas**: Caso do Brasil Como Exportador de Carne Bovina Congelada. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Florianópolis: UFSC, 2008.

SECRETO, M. V. A Fronteira Amazônica no Governo Vargas. Campanha da Borracha e Mobilização de Trabalhadores; Travessia. **Revista do Migrante**, ano 17, n. 48, 2004, p. 15-22.

SECRETO, M. V. **Soldados da Borracha**: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Abramo, 2007.

SEMED (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO). **Analfabetismo foi reduzido à metade em apenas dez anos**. Parauapebas: Semed, 2011. Disponível em: <<http://semed-parauapebas.blogspot.com.br/2011/07/analfabetismo-foi-reduzido-metade-em.html>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

SEPOF (SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS). Portal da Sepof na internet. Belém, 2013. Disponível em: <<http://sepof.pa.gov.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

SILVA, A. E. R. **Territorialidades e Redes da Migração Maranhense para o Trabalho nos Canaviais Paulistas**. Tese (Doutorado em Ciências). São Paulo: USP, 2012. 282f.

SILVA, H. M. M. **Urbanização, Aumento de Ruído e Problemas de Voz: A Interferência de Ruídos Produzidos em Espaços Abertos na Produção Vocal de Professores**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano). Belém: Unama, 2009. 133f.

SILVA, I. S. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2006. 181f.

SILVA, M. A. M. Trabalho e Trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. In: NOVAES, R. & ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro)**, São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 250-280.

SILVA, M. A. M. **Vidas de Mulheres: Dos Cocais Maranhenses às Periferias das Cidades Canavieiras Paulistas**. UFSCar-Unesp, 2008.

SILVA, V. F. **Migração e Redes Sociais: Trajetórias, Pertencimentos e Relações Sociais de Migrantes no Interior de São Paulo**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVEIRA, M. L. **Globalização, Trabalho, Cidades Médias**. In: GeoUerj – Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: Uerj, 2002.

SIMINERAL (SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ). **Anuário Mineral do Pará**. 1a. ed. Belém: Simineral, 2012.

SIMINERAL (SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ). **Anuário Mineral do Pará 2013**. 2. ed. Belém: Simineral, 2013.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre Seu Estudo. In: MOURA, H. A. (Coord.). **Migração Interna: Textos Selecionados**. Estudos Econômicos e Sociais, 4. Fortaleza: BNB, 1980. p. 211-244.

SKYCRAPERCITY. **Parauapebas (PA): Uma das Cidades Mais Emergentes do Brasil – Vila de Carajás e a Mina de Ferro de Carajás**. Publicação de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=902284>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

SOUZA, A. S. **Análise da Importância da Compensação Financeira pela Exploração Mineral para o Município de Parauapebas**. Monografia (Graduação em Engenharia de Minas e Meio Ambiente). Marabá: UFPA, 2013. 90f.

SOUZA, C. B. G. & BRUNELE, T. C. A Urbanização no Entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: As Áreas de Risco em Parauapebas-PA. In: **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília, jun. 2008.

SOUZA, H. **A Reprodução Socioeconômica e Produtiva do Campesinato no Sudeste Paraense: O Assentamento Palmares II, Parauapebas-PA**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2010. 175f.

SOUZA, M. L. Espaciologia: Uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudocríticos do Espaço Social). **Terra Livre**, São Paulo, v. 5, p. 21-46, 1988.

SOUZA, M. L. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, M. E. B. (et al.). **Cidades Médias: Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, M. E. B. As Cidades Médias e os Contextos econômicos Contemporâneos. In: **Urbanização e Cidades**. Perspectivas Geográficas. São Paulo: Edusp, 2001.

SUDAM (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA). **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Programa de Ação do Governo para a Amazônia (1975-1979). Belém: Ministério do Interior/Sudam, 1976.

TAVARES, M. G. C. **A Formação Territorial do Espaço Paraense: Dos Fortes à criação de Municípios**. Boa Vista: Acta Geográfica, 2007.

TEIXEIRA, N. S.; FERNANDES, F. R. C.; STRAUCH, J. C. M. A Importância da Compensação Financeira pela Exploração Mineral nos Maiores Municípios Mineradores de Goiás e Minas Gerais. In: **13º Simpósio de Geografia Física Aplicada**. Viçosa, 2009.

TESOURO NACIONAL. **Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios – 2011. Dados de 2012**. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 06 jan. 2014.

TOBIAS, A. J. S. T. **Dinâmica Migratória Paraense na Década de 80**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Rio de Janeiro: Ence, 2003. 165f.

TORRES, M. **A Despensa Viva: Um Banco de Germoplasma nos Roçados da Floresta**. São Paulo: USP, 2008.

TOZI, S. C. **Municipalização da Gestão Ambiental: Situação Atual dos Municípios do Estado do Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: UFPA, 2007. 130f.

TRINDADE JR., S. C. Faces da Urbanização na Fronteira: A Dinâmica Metropolitana de Belém no Contexto da Urbanização Amazônica. In: **Experimental**. n. 4-5, 1998.

VALDÉS, A. C. O. **Mobilidade Espacial e Distribuição da Leishmaniose Tegumentar na Região Amazônica**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: ENSP, 2012. 125f.

VALE. **Relatório Anual 2013 (20F)**. Rio de Janeiro, 2014.

VALE. **Relatório de Produção Vale – 2011**. Rio de Janeiro, 2012.

VELHO, O. G. A Fronteira Amazônica e o Campesinato. In: **Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento**. 2a. ed. São Paulo: Difel, 1979.

VELHO, O. G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANA, M. B. **Avaliando Minas: Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2012. 372f.

VIEIRA, M. A. C. **Caçando o Destino: Um Estudo Sobre a Luta de Resistência dos Posseiros do Sul do Pará**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). São Paulo: PUC, 1981.

VILLA VERDE, R. B. & FERNANDES, F. R. C. **Panorama Socioespacial de Parauapebas (PA) após a Implantação da Mina de Ferro Carajás**. XVII Jornada de Iniciação Científica – Cetem. Rio de Janeiro: Cetem, 2010. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/publicacao/serie_anais_XVII_jic_2009/Rodrigo_Braga_da_Rocha_Villa_Verde.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2014.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Acidentes de Trânsito**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. (a)

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. (b)

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Violência Homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. (c)

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2013: Mortes ‘Morridas’ por Armas de Fogo**. São Paulo: Instituto Sangari, 2013.

YAMBANIS, E. **São Paulo: O Papel da Migração na Construção e Economia da Cidade**. Portal Uol Educação. Artigo de 2003. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/sao-paulo-o-papel-da-migracao-na-construcao-e-economia-da-cidade.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2014.